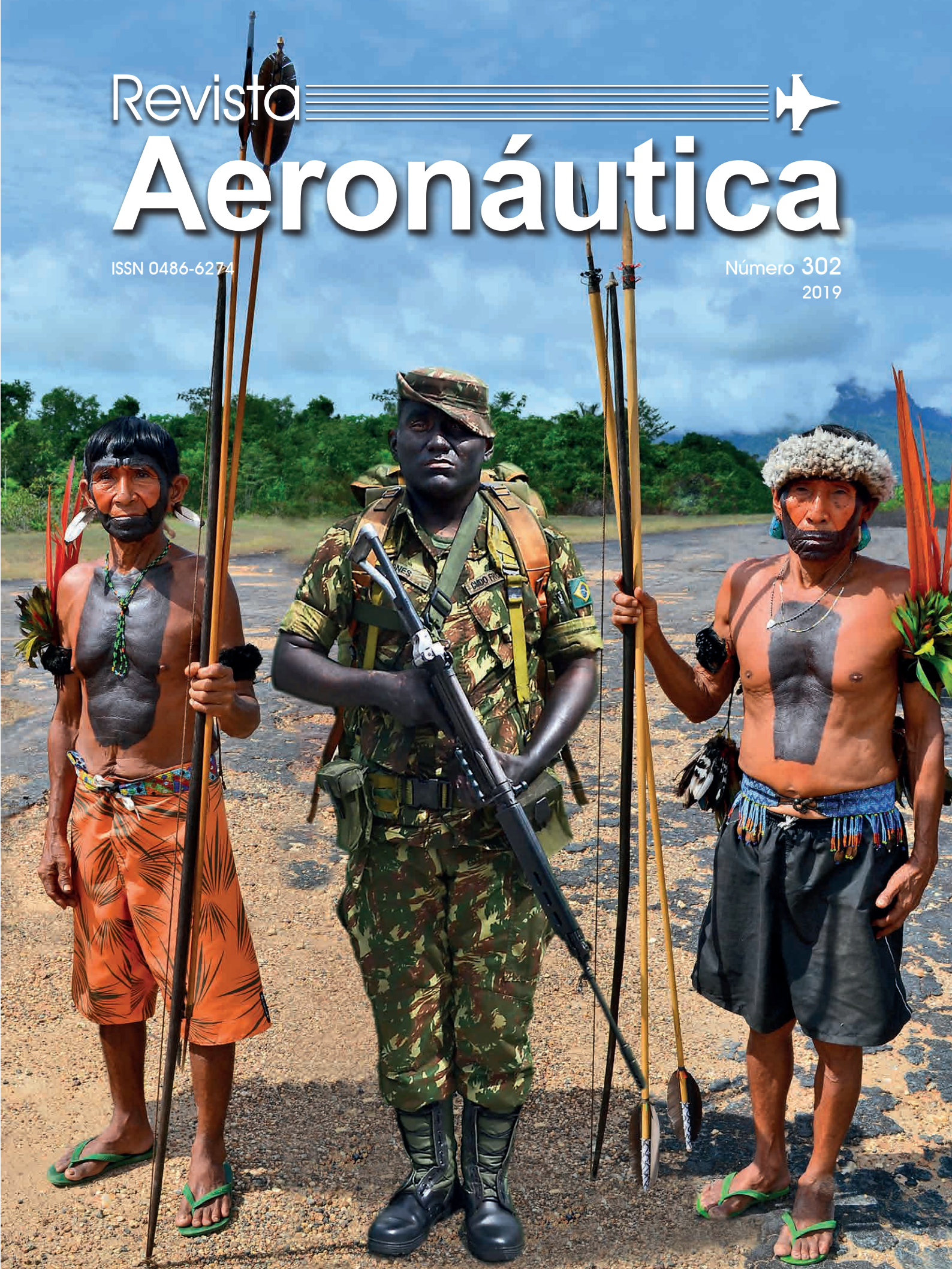
Revista Aeronáutica

ISSN 0486-6274

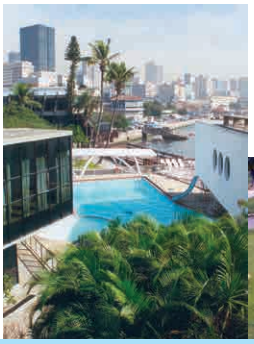
Número 302
2019



PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez

1º Vice-Presidente
Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

2º Vice-Presidente
Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira



Expediente

Jan. a Mar. 2019

www.caer.org.br revista@caer.org.br ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central
Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra
Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

CONSELHO DELIBERATIVO
Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL
Presidente - Maj Brig Int Manoel José Manhães Ferreira

SEDE CENTRAL

Diretor Cultural
Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel
Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Administrativo e Chefe Secretaria Geral
Cel Av Théo Salgado Falcão

Diretor Beneficente
Cap Adm Ivan Alves Moreira

Diretor Jurídico
Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Assessores
Financeiro e Patrimonial - Cel Int Genibaldo Bezerra de Oliveira
Assessor Secretaria Geral- Cap Adm Ivan Alves Moreira

SEDE BARRA

Diretor Desportivo
Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Diretor Aerodesportivo,Técnico e Operações
Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Assessores
Social - Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro
Administrativo e de Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues
Financeiro - Cel Int Carlos Eduardo Costa Mattos
Infraestrutura - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

SEDE LACUSTRE

Assessor - Cap Esp Met José Renato do Nascimento

Sede Central
Praça Marechal Âncora, 15
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200
• Tel.: (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 8h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra
Rua Raquel de Queiroz, s/nº
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710
• Tel.: (21) 3325-2681

4ª a domingo de 9h às 17h30

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES
Assessores Clube de Aeronáutica
Maj Brig Ar Venancio Grossi
Cel Av Araken Hipolito da Costa
Cel Av Ajauri Barros de Melo
Contato pelo tel.: (21) 2220-3691

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA
Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor
Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Cel Av Renato Paiva Lamounier
Cel Av Manuel Cambeses Júnior
Cel Av Araken Hipolito da Costa

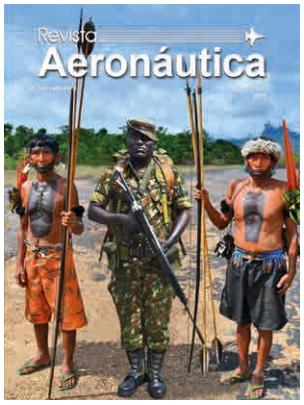
Produção Editorial e Design Gráfico
Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica
Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão
Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Administrativo
Gabriela da Hora Rangel
Ricardo Luiz Georgiadis Germano

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Maturacá (AM). Soldado do 5º Pelotão Especial de Fronteira ladeado por dois brasileiros de ascendência indígena Ianomami

Baixe um leitor de **QR code** em seu celular, fotografe o código ao lado e você poderá ler, fazer *download* ou compartilhar esta revista pela internet.

Sumário

4 MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez

5 PALAVRAS DO NOVO COMANDANTE DA AERONÁUTICA
Ten Brig Ar Carlos Moretti Bermudez

7 UM HOMEM COMPLETO
Carlos Alberto G. Miranda
Cel Av

8 NOTÍCIAS DO CAER
A Redação

10 A REINTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DA GEOPOLÍTICA
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av

12 VIAGEM DE ESTUDOS DO IX CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO AMAZÔNIA OCIDENTAL
Araken Hipolito da Costa
Cel Av - Editor da Revista Aeronáutica

22 PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR DO PODER AEROESPACIAL NA AMAZÔNIA GUERRA AÉREA
Luiz Fernando Póvoas da Silva
Cel Av

25 A PREVIDÊNCIA MILITAR UMA RESENHA
Renato Paiva Lamounier
Cel Av

28 PENSAR EM PORTUGUÊS
Ricardo Vélez Rodríguez
Ministro da Educação

34 RELATO HISTÓRICO DOS ACONTECIMENTOS AGOSTO 1961 - MARÇO 1962
Brig Ar Luiz Carlos Baginski Filho

38 RELATO HISTÓRICO DOS ACONTECIMENTOS MARÇO 1962 - ABRIL 1964
Brig Ar Luiz Carlos Baginski Filho

44 SE POUSAR UM NORTH-AMERICAN T-6 JÁ NÃO ERA FÁCIL, IMAGINE (QUASE) SEM COMANDOS DE VOO...
Vicente Cavaliere
Cel Av

48 O VOO DO 2º GTE PARA BRASÍLIA
Maj Brig Ar Carlos Sergio S. Cesar

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Iniciamos o 61º ano de vida da nossa conceituada Revista Aeronáutica, em sua 302ª edição, num clima de otimismo entre os brasileiros de bem, com os novos rumos que o país vem tomando. Certo é que uma pequena parte da população continua remando contra essa melhoria, na já conhecida estratégia do "quanto pior, melhor". Mas, a despeito desses, este Brasil, adormecido e maltratado, há de continuar despontando, novamente, como uma Nação pujante e coesa, mercê do trabalho, da coragem moral e da honestidade de propósitos da maioria dos brasileiros – e isto tem que dar certo, pois, errado, já vinha dando!

Nesta edição, os autores nos brindam com excelentes artigos, aeronáuticos ou não, dentre eles uma extensa cobertura da viagem realizada por comitiva de integrantes do IX Curso do Pensamento Brasileiro, do CAER, pela Amazônia Ocidental, passando por Manaus, São Gabriel da Cachoeira e Maturacá. O nosso Brig Ar Baginski, brilhante ex-Comandante da Academia da Força Aérea, também nos presenteia com dois históricos artigos, que relatam importantes momentos vividos nos idos de agosto de 1961 a abril de 1964, testemunha ocular que foi, em Unidades da FAB no sul do país.

Com a devida autorização do nosso Comandante, Ten Brig Ar Bermudez, a nossa Revista passará a ser distribuída nas bolsas das poltronas das aeronaves do Grupo de Transporte Especial (GTE) e do 1º/2º GT – Esquadrão Condor, para o deleite dos nossos passageiros.

Esperamos poder continuar contando com a prestimosa colaboração dos autores, na confecção das matérias para a nossa Revista Aeronáutica, que está voltando a ser trimestral, e não mais quadrimestral, ressaltando que estamos com uma tiragem de 5.000 exemplares, distribuídos para os sócios em todo o Brasil, para o Congresso Nacional, o STM, o STF, bem como para autoridades e Organizações da FAB.

Uma boa leitura a todos.

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
Presidente do Clube de Aeronáutica

PALAVRAS DO

TENENTE BRIGADEIRO DO AR ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ

Ao assumir o honroso cargo de Comandante da Aeronáutica, quero, como minhas primeiras palavras, manifestar que me sinto privilegiado em receber a maior missão da minha carreira das mãos do Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Oficial General que, com espírito empreendedor e vivaz, dedicou meio século de vida aos assuntos da Aeronáutica.

Nesse instante, quando ocorrem as naturais mudanças no âmbito da Administração Pública, e novos rumos são estabelecidos, cabe-me agradecer-lhe pela distinção com que fui brindado ao ser designado para o cargo de Comandante-Geral do Pessoal, no qual pude compartilhar, juntamente com o Alto Comando da Aeronáutica, de um ambiente de amizade e camaradagem, deliberando sobre complexas situações afetas aos destinos da nossa Instituição.

Prezado Tenente-Brigadeiro Rossato,

No momento em que inicia uma nova fase em sua vida, permita-me transmitir-lhe, e também à estimada esposa Rosa, o reconhecimento dos que fazem a Força Aérea Brasileira, formulando-lhes votos de saúde e de muitas felicidades junto a sua família.

Crendo que os vencedores da batalha da vida são os homens perseverantes que, sem se julgarem gênios, se convenceram de que só pela constância e pelo esforço poderiam chegar ao fim almejado, posso

Fonte: GABAER
Edição: Agência Força Aérea

CLUBE DE AERONÁUTICA SEDE CENTRAL

NOVO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

afirmar que Vossa Excelência cumpriu com êxito e muito sucesso a sua missão.

Que Deus o proteja na nova fase da vida que hoje tem início!

Da minha parte, após mais de quatro décadas de serviços prestados no cumprimento das múltiplas tarefas comuns aos que se dedicam ao serviço da Pátria, vejo-me rejuvenescido diante da missão de dar continuidade ao primoroso legado deixado por oficiais visionários que me antecederam nessa posição, muitos dos quais aqui se encontram e abrilhantam esta cerimônia com suas presenças.

Sinto-me desafiado, todavia, muito à vontade, justamente por ver, na minha ala, homens e mulheres, que, atuando nos mais diversos setores, voando e fazendo voar, constituem um terreno fértil;que portam todas as qualidades habilitadoras para o exercício das demandas operacionais e administrativas inerentes ao cenário dinâmico que vivenciamos na FAB e no Brasil.

O mundo passa por transformações. Assim como na evolução natural, também vale para as instituições o pensamento de que não são os mais fortes que sobrevivem, e sim, os que se adaptam mais rapidamente às mudanças.

Ainda nesse contexto, a palavra Governança ganhou destaque na Administração, e a FAB, por sua vez, continuará aperfeiçoando seus processos operacionais, logísticos e administrativos, empregando sofisticados sistemas de TI, corrigindo rumos e resultados, de forma que nossas organizações militares continuem mais focadas em suas atividades-fim.

Outro objetivo a ser perseguido será o de garantir o aporte de investimentos nos projetos estratégicos que suportam a nossa efetiva atuação num cenário tridimensional fabuloso que a Força Aérea protege, a chamada Dimensão 22.

Temos certeza de que somente com a incorporação de novas tecnologias, novas plataformas e a capacitação do nosso efetivo é que seremos capazes de controlar, defender e integrar esta fabulosa área de 22 milhões de quilômetros quadrados.

Isso nos impulsiona e nos dá certeza de que estamos no caminho certo.

Minha prioridade será a de aumentar a qualidade dos nossos cursos, a fim de garantir a formação de profissionais que saibam aliar inteligência multifacetada, comunicação construtiva, trabalhar em equipe e, principalmente, realizar várias tarefas simultaneamente.

Cada vez mais precisaremos de pessoas que transformem habilidade e esforço em desempenho e eficácia, que estejam aptos a operarem equipamentos de finas e sensíveis tecnologias embarcados em nossas aeronaves KC-390 e F-39 Gripen, plataformas estas que darão especial realce à prioridade conferida à Amazônia e ao Atlântico Sul, regiões que ostentam potencialidades e atraem cobiças que conflitam com os interesses maiores do povo brasileiro.

Assim, prosseguiremos conscientes de que o leque de responsabilidades das Forças Armadas vai além das lides puramente castrenses, e impõe o engajamento nos grandes projetos desta Nação.

Nesse sentido, estaremos sempre prontos para interagirmos, de forma sinérgica, com todos os segmentos verdadeiramente comprometidos com o desenvolvimento do país, sendo um dos vetores da pronta-resposta aos clamores da sociedade, pois nossa missão é defender a Pátria, garantir os poderes constituídos e, por demanda destes, assegurar a garantia da lei e da ordem.

Como parte dessa visão, continuaremos a modernizar nosso sistema integrado de controle do espaço aéreo, garantindo a defesa dos nossos céus e a qualidade da prestação de serviços no principal modal de transporte e meio de desenvolvimento do país, cujos padrões são internacionalmente reconhecidos.

De forma especial, é imperioso que empreguemos a melhor de nossas energias em apoio ao homem, a nossa gente, o bem mais precioso que temos. Para que cada vez mais tenham, além de moradias condizentes, um real suporte de saúde, trabalhem em instalações adequadas e, principalmente, sejam reconhecidos pela dedicação aos rigores da profissão militar, uma carreira de Estado que detém características únicas e especiais.

A esperança, a alegria e as expectativas prenunciam sinais claros de novos tempos, valores distintos e mentalidade diferente – uma outra visão de mundo.

Nós somos daqueles que acreditam e apostam no futuro deste país.

Por isso, continuaremos a investir na capacitação dos centros de pesquisa, dos campos de provas, das bases de lançamento de veículos destinados ao aeroespaço, delineando, desse modo, a intensa participação do Comando da Aeronáutica no Programa Nacional de Atividades Espaciais.

O Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, o ITA, orgulho da FAB e do Brasil, continuará formando profissionais de altíssima qualificação, para impulsionar o desenvolvimento de atividades conjuntas, dentro e fora do Brasil, no sentido de ampliar a capacitação científico-tecnológica da Aeronáutica no campo aeroespacial.

A implementação do Projeto Estratégico de Sistemas Espaciais trará uma significativa mudança nos conceitos das operações das Forças Armadas. Simultaneamente, permitirá seu uso em aplicações para a sociedade brasileira nas áreas de comunicações, meteorologia, navegação e monitoramento do espaço.

Continuaremos a fomentar e priorizar nossa indústria de defesa, gerando empregos e fortalecendo a soberania do país.

O A-29 Super Tucano e o KC-390 são exemplos para o mundo da eficiência e do sucesso de parceria da FAB com a EMBRAER.

Da mesma forma, o F-39 Gripen, que será a espinha dorsal da Defesa Aérea do Brasil, representará o maior salto tecnológico dos últimos 40 anos.

A FAB tem se preparado intensamente para receber esses vetores e operá-los no limite de suas potencialidades. As parcerias com EMBRAER e SAAB consolidarão nosso parque industrial de defesa, criarão inúmeros postos de trabalho, e dilatarão as fronteiras do conhecimento científico. Essa é a nossa Força. Temos orgulho do que fomos; temos orgulho do que somos; mas inquieta-nos o que poderemos ser.

Pautei minha carreira em uma tríade de distintas atividades:

– o viés operativo, com longa permanência na Aviação de Caça;

– a gestão do tão determinante recurso humano; e

– a vivência, com o decorrente entendimento da importância da comunicação.

O trato operacional indicará o norte para que intensifiquemos o preparo de nossa Força, com vistas ao seu pronto emprego.

Quanto maior for o zelo com a higidez e a intelectualidade de nosso efetivo, maior será o retorno para a sociedade que por ele é protegida.

Haveremos de continuar incentivando a perfeita relação com a mídia, que tanto contribuiu para a construção da reputação de nossa Força nestes 78 anos de existência, criando conteúdos relevantes, pois relevante é nossa missão, assim como é determinante o papel da imprensa nesta nossa conexão com a sociedade.

Meus comandados,

Resta que nos disponhamos, cada um no âmbito de sua responsabilidade, a tratar de defender os objetivos maiores da Aeronáutica, pois são eles parcela de significado mais do que palpável no interesse do desenvolvimento nacional.

Rogo para que todos persigam os itens colimados sem timidez e sem descuido, mantendo suas mentes voltadas para a missão constitucional da defesa do solo que os seus pés pisam.

Companheiros do meu Alto-Comando,

Trabalharemos, por vezes, diante de dilemas, teóricos e práticos, enfrentando novos desafios que haverão de se apresentar. Mas tenho certeza de que o colegiado maior da Aeronáutica brasileira saberá alcançar o consenso entre a certeza e a verdade.

Excelentíssimos Senhores, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Júnior e General de Exército Edson Leal Pujol,

Vossas Excelências, a partir da próxima semana, assumirão seus comandos, podendo contar com a certeza de que a Força Aérea continuará empenhada, corajosamente, no tríplice propósito de nossas responsabilidades, e que une nossas Forças: uma, colimada para a segurança nacional; outra, voltada para o desenvolvimento; e a terceira, para o bem-estar social.

Entendemos que a superposição de nossos empreendimentos e a interoperabilidade de nossas Forças, sob a regência do Ministro da Defesa, ao atender às necessidades do primeiro objetivo (a segurança nacional), estarão, ao mesmo tempo, fortalecendo as do segundo (o desenvolvimento) e, em prosseguimento, realizando o terceiro (o bem-estar social).

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Defesa, General-de-Exército Fernando Azevedo e Silva,

Ao mesmo momento em que agradeço a confiança na investidura do cargo maior da Aeronáutica brasileira, coloco-me à disposição de Vossa Excelência, em cujos ombros pesa agora a salutar responsabilidade de definir as diretrizes para o emprego comum de nossas Forças Armadas.

Sabemos que o Brasil tem pressa.

Possuímos um excelente instrumento para quem viverá o afã de concretizar objetivos com urgência e precisão.

Temos fé no trabalho de Vossa Excelência, gerando assim a esperança que se transformará em perseverança e, esta, em bom êxito.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro,

O documento que define a conduta do Governo Federal, nesta sua fase inicial, deixa claro que dificuldades irão surgir, seja pelo receio às mudanças, seja pela escassez de recursos, ou mesmo provenientes da reação corporativa, ou do inconformismo com um governo verdadeiramente diferente.

Entretanto o próprio documento evidencia que nada disso será suficiente para impedir o avanço de nosso país.

Notórias já se tornaram as prioridades que o Governo Federal dará ao desenvolvimento social, procurando estender a toda a população do país os bens do progresso.

Para tanto, a Nação continuará precisando que levemos o que falta àqueles que, de outra forma que não o avião, dificilmente poderiam ser apoiados, quer no atendimento às necessidades básicas, quer na iminência de infortúnios ou calamidades.

Por diversas vezes, tivemos a grata oportunidade de constatar a confiança que Vossa Excelência deposita no elevado propósito que nos anima.

Assim, voando nas aeronaves da sua Força Aérea, ao olhar para baixo, contemplará a imensidão desta terra que tanto amamos, e haverá de ratificar o seu orgulho de buscar fazê-la tão grande quanto à sua vastidão.

Ao olhar para cima, haverá de reafirmar, junto àquele que paira acima de todos, o seu fiel propósito de que o Brasil continuará sempre acima de tudo.

Muito obrigado!

TENENTE BRIGADEIRO DO AR
ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante da Aeronáutica

UM HOMEM COMPLETO

26 de setembro de 1942
Nasce uma pequena luz com o nome de Manuel Cambeses Júnior

13 de fevereiro de 2019
Apaga-se a grande luz de um homem completo

Ele nasceu e se criou no ambiente dos subúrbios cariocas, onde pôde se deliciar com as atrativas brincadeiras de rua, sempre renovadas em épocas determinadas: o envolvente jogo de bola de gude, o furioso racha das peladas com pés descalços, a batalha aérea das pipas, o lançamento do pião. E tinha a conversa da esquina, com os contadores de piadas, das estórias fantásticas (muitas mentiras, as sobre fantasmas eram as preferidas), o disse-me-disse da vizinhança. Enfim, muita coisa para enriquecer uma infância gostosa de viver. Àquela época as ruas do subúrbio ensinavam algumas linhas do mal, mas as do bem prevaleciam, inspirando os jovens a serem grandes, fortes e admirados, via honestidade, firmeza de caráter e honradez. Querer ser um herói era muito comum. Esse padrão ético era resultado da influência da postura das próprias famílias, aí incluída a família do menino e depois adolescente Cambeses, que ingressou na Força Aérea pelas portas de suas escolas de formação, já moralmente bem formado e ostentando sua atraente aura de simpatia, boa de fazer amigos, alguns que ali já se tornariam inseparáveis ou separáveis somente pela inevitabilidade do fim da vida.

Aí, formado, tenente aviador, surge o Cambeses instrutor de voo, aquele que levava muitos cadetes a rezar, pedindo aos santos que o fizessem seu instrutor. Porque, com ele, só não aprendia quem não tivesse nascido com a mínima predisposição genética para ser piloto. Primeiro a decolar, último a pousar, sempre figurando entre os primeiros do pau-de-sebo, dando cansativos brifins e debrifins, usando todo o tempo disponível para garantir a seu cadete o preparo teórico completo. Quando na instrução prática de voo, muitas vezes cometia pequenos deslizes voando mais tempo do que o previsto para aquele cadete que apresentava dificuldades no aprendizado. (Se tem alguém que foi aluno dele e está me lendo agora, diga aí se estou mentindo!). O Comandante da Academia da época era bravo, às vezes exagerado, duro nas punições que aplicava aos casos mínimos de indisciplina, especialmente as de voo. Mas, com o Cambeses, se não era doce, era mais dócil. Não deixava de ser um tratamento merecido e compatível com o valor daquele jovem profissional que exagerava na dedicação à instrução, algo essencial para servir como referência aos demais instrutores no ambiente de formação militar.

Além do voo de instrução ele também voava outras aeronaves, a maioria aeronaves antigas de emprego na Segunda Guerra Mundial, que teimavam em permanecer na ativa. Brincava que iria mandar confeccionar (não sei se o fez) cartão de apresentação para distribuir entre as moças que pretendia impressionar modestamente. Tal cartão ostentaria seu nome, telefone e, abaixo, a especialidade operacional: Piloto de Aeronaves

Obsoletas. Anos depois, a situação mudou para melhor e foi apresentado a aeronaves modernas de emprego tático com as quais estabeleceu entusiástico convívio por muitos anos, tendo se tornado um dos pilotos mais voados no C-130 Hércules na FAB.

Ao mesmo tempo em que impunha austeridade ao comportamento profissional e ao desempenho intelectual, quando era a hora, abria a guarda para brincar, saborear a vida. Nas rodas de contadores de piadas, as suas fluíam com graça, energia. Os ouvintes explodiam em gargalhadas, querendo mais. Se por acaso entrava num botequim pé sujo logo puxava ou atraía uma conversa. Integrava-se fácil, como se fosse um velho conhecido daqueles frequentadores modestos. Essas passagens nunca eram desperdiçadas. Entravam em seu arquivo de aventuras pitorescas para serem relatadas, posteriormente, a grupos que se encantavam com sua prosa saborosa, momento em que aproveitava para expor sua convivência com personalidades ricas em crenças e costumes e com uma bagagem de sofrimentos e alegrias muito diferentes das do contexto usual.

Havia um Cambeses para cada ambiente. Era presença requisitada e certa nas reuniões dos Filhos da Pauta na Base Aérea dos Afonsos, onde ficava inteiramente à vontade no meio do samba, churrasco e cerveja. Na praia do Leme sempre à tarde dos dias 31 de dezembro do ano, entre grande número de amigos próximos, era feita uma festa de congraçamento que se tornou tradicional, conhecida como A Farofa. Muita cerveja, mutirão de quitutes variados, durava muitas horas. Seu momento de clímax era o campeonato de chope a metro. O atleta tinha que sorver a cerveja contida naquela imensa taça de um metro de comprimento. Não podia interromper, nem baixar a taça depois que a levantasse e não podia babar, infrações desclassificatórias. Muitos tentavam, mas afinal ficava invariavelmente com dois fortes contendores, cujas alcunhas eram Galo Forte e Urso Branco da Taquara. Este último nunca perdeu e, diga-se, ganhava humilhando os adversários ao beber imediatamente e de uma só vez, após a vitória, mais uma cerveja entornada pelo gargalo. E quem era o imbatível Urso Branco da Taquara? Sim, ele, Cambeses, o intelectual, o mesmo dos sérios artigos, opúsculos e conferências no Brasil e no exterior.

Pois é, tinha esse lado intelectual que nos surpreendia. Como era isso? Quais as áreas de atuação? História, estratégia, geopolítica, relações internacionais. Em que veículos de divulgação publicava seus trabalhos? Entre jornais e revistas, mais de vinte. Em quantas instituições atuou como conferencista? Mais de vinte, também. Além disso, participou como comentarista em várias emissoras de rádio e televisão. Só tem penetração em um universo assim tão amplo quem se impõe pela contínua comprovação de alta competência. Ele o fez.

Construiu uma família sobre a qual estendeu um manto de proteção. Deu-lhes a confortável certeza de que nele encontrariam sólido amparo material e espiritual. Se, por um lado foi exigente, por outro foi compreensivo. Se alguma vez foi ríspido, em outras foi terno, emotivo, gentil. As variantes do caráter humano sempre se expressaram nele com o vigor do sangue espanhol de origem, como ele mesmo reconhecia. Como resultado, emergiu um líder familiar invejável e uma família que lhe deu incansável suporte em seus últimos e sofridos dois anos de vida. Colheu o que plantou, recebendo da esposa Sônia e dos filhos André e Danielle muito mais que retribuição. Deram-lhe o indispensável apoio para enfrentar com dignidade o padecimento causado pela doença que acabou por levá-lo. Foi o equilíbrio da família moldada por ele que lhe permitiu prosseguir como o Cambeses altivo de sempre até seus últimos dias.

Lá se foi o homem pleno que fez muito, fez bem feito e com entusiasmo tudo o que escolheu fazer ou que lhe foi atribuído. Cresceu sempre, amealhou amigos, admiradores, trouxe satisfação por onde passou, encantou pessoas simples, influenciou muitas outras positivamente, representou muito bem e engrandeceu a Força Aérea. No tempo de vida que lhe foi conferido fez-se um homem completo. O que mais poderia fazer? Não saiu devendo nada. Deixou suas marcas entre nós, uma referência boa, alegre, respeitável, querida. O que mais poderia ser? Vai em paz e permanece em paz para sempre, que a sua memória vamos guardar para citá-lo como exemplo. O que mais poderia querer? Obrigado, amigo, por ter sido o que foi para nós ■

Carlos Alberto G. Miranda
Cel Av

NOTÍCIA

HOMENAGEM AO EX-MINISTRO DA AERONÁUTICA TEN BRIG AR MAURO GANDRA

Faleceu, no dia 24 de dezembro de 2018, o Ten Brig Ar Mauro José Miranda Gandra, em sua residência no Rio de Janeiro.

Nascido na mesma cidade, em 16 de abril de 1933, o Ten Brig Gandra foi Ministro da Aeronáutica no período de 1º de janeiro a 20 de novembro de 1995, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Iniciou sua carreira na Aeronáutica em 1949, na Escola de Aeronáutica. Dentre as organizações onde serviu, destacamos as seguintes: 1° Grupo de Aviação Embarcada, Gabinete Militar da Presidência da República e Grupo de Transporte Especial. Como Oficial-General esteve à frente da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico, da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica e, também, do então Departamento de Aviação Civil.

Como Ministro da Aeronáutica, o Ten Brig Gandra foi responsável pelo ingresso das primeiras mulheres na Academia da Força Aérea, no Quadro de Oficiais Intendentes (1995); incentivou importantes projetos, como a modernização dos caças F-5 e o desenvolvimento da aeronave Super Tucano; e foi um dos responsáveis pela implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Em 1998, já reformado da Força Aérea Brasileira, foi eleito Diretor-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA) para um mandato de três anos, encerrado em 2000. Tornou-se membro do Conselho Superior do

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), do Conselho de Administração da Companhia Eletromecânica GE (GE/Celma), do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, bem como diretor-presidente do Instituto do Ar da Universidade Estácio de Sá, além de vice-presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Estratégicos da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Publicou as seguintes obras: *Transformando crise em oportunidade: diagnóstico e bases para um plano de desenvolvimento da aviação brasileira (com segurança)*, em coautoria com João Paulo dos Reis Veloso; e *Logística e transporte no processo da globalização*.

Foi casado com Iara Maria de Miranda Cezimbra Gandra, com quem teve um casal de filhos, além de netos e bisnetos.

DIPLOMAÇÃO

O Curso do Pensamento Brasileiro IX foi concluído na manhã do dia 30 de novembro de 2018, com a realização de um belo evento.

Iniciado em agosto de 2018, o Curso teve seu ápice com a realização da viagem de estudos à Amazônia Ocidental, com a finalidade de conhecer melhor as nossas origens, colocando em prática todos os estudos e avaliações da conjuntura nacional.

A solenidade foi aberta com o hasteamento da Bandeira Nacional, ao som do Hino da Bandeira. Em seguida, os integrantes do Curso e convidados se dirigiram à sala de convenções para a entrega dos diplomas aos 47 participantes. Nesse momento foram feitas as considerações finais, apresentando o relatório sucinto da viagem de estudos ocorrida na semana anterior.

A Mesa Diretora foi composta pelo atual Presidente do Clube de Aeronáutica, Maj Brig Ar Perez, e pelos ex-Presidentes do Clube, Maj Brig Ar Vinicius e Ten Brig Ar Baptista, este ex-Comandante da Aeronáutica. Havia várias autoridades presentes, dentre elas podemos destacar o Ten Brig Ar Seixas, o Embaixador Jerônimo Moscardo e o Conselheiro do INCAER, Brig Ar Bohrer.

Após a entrega dos diplomas, o Cel Av Araken, coordenador do Curso, proferiu algumas palavras sobre o que é o Pensamento Brasileiro e como foi introduzido no CAER; agradecendo em particular aos presidentes do Clube por aprovar e manter ao longo de nove anos o Curso do Pensamento Brasileiro. O Ten Brig Ar Baptista pediu então para que o Brig Ar Bohrer encerrasse a solenidade com algumas palavras. Emocionando a todos, o discurso de encerramento foi espetacular, pela importância do Brig Bohrer, que viveu o início da Força Aérea Brasileira e que continua até hoje engajado e atualizado nos assuntos da Aeronáutica brasileira.

do CAER

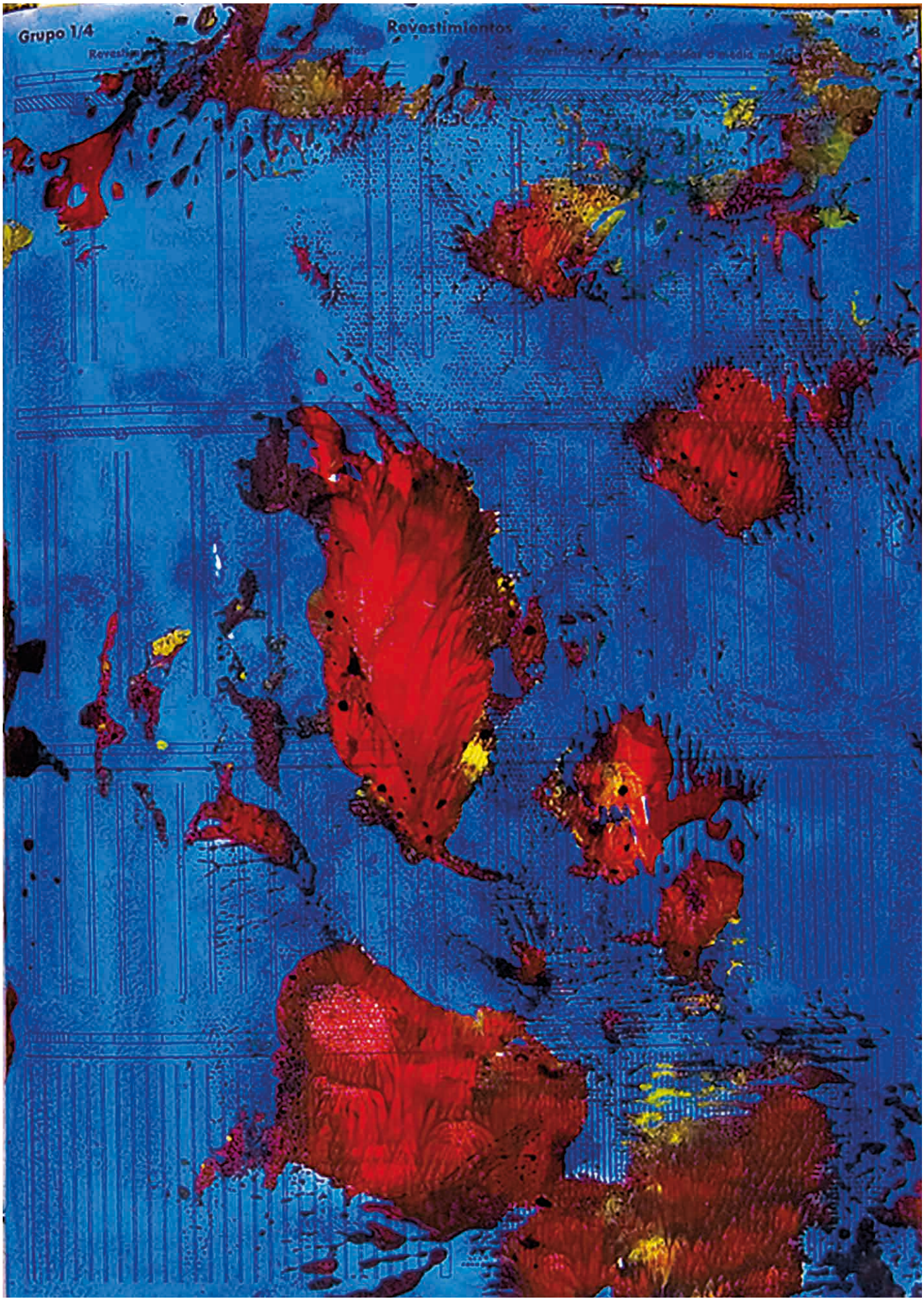
DO IX CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO

Autoridades perfiladas para o hasteamento da bandeira. Da esquerda para a direita, Cel Av Miranda, Maj Brig Ar Perez, Maj Brig Ar Vinicius, Ten Brig Ar Baptista, Embaixador Jerônimo Moscardo, Brig Ar Bohrer e Cel Av Póvoas

Autoridades são agraciadas com o distintivo do Pensamento Brasileiro. Da esq. p/a dir. Maj Brig Ar Vinicius, Embaixador Jerônimo Moscardo, Brig Ar Bohrer, Ten Brig Ar Baptista e o atual Presidente do Clube de Aeronáutica, Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez

O mascote da turma, Henrique Taulois Trompowsky Silveira Soares, filho de Camilla Trompowsky e bisneto do falecido Cel Av Ivan Trompowsky (também participou do Curso do Pensamento Brasileiro), recebe das mãos do Ten Brig Ar Baptista seu diploma especial de participação.

Sala de Convenções – Cerimônia de diplomação


Grupo 1/4
Revestimientos

A REINTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DA GEOPOLÍTICA

Manuel Cambeses Júnior
Cel Av
Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História-Militar Terrestre do Brasil, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército e conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

As grandes transformações que ocorreram no mundo nas três últimas décadas, dentre as quais tem um grande peso a expansão universal do espaço cibernético, carrearam, como consequência natural, notáveis transformações na geografia humana do planeta. Mudanças que se traduzem em uma reinterpretação histórica da Geopolítica e no questionamento de muitos de seus pressupostos, os quais eram conceituados de forma determinística pelo discurso clássico das ciências políticas.

Denominamos de Geopolítica a ciência que pretende interpretar os fenômenos que permeiam a política nacional ou internacional no estudo sistemático dos fatores geográficos, econômicos, raciais, culturais e religiosos. Desde a criação do termo pelo renomado cientista político sueco Rudolf Kjellen (1864-1922), em 1916, em seu famoso livro em que consagra o Estado como organismo vivente, a Geopolítica desenvolveu seu conceito básico segundo o qual os Estados possuem muito das características dos organismos viventes.

Ao mesmo tempo, se anuncia a ideia de que um Estado teria de crescer, expandir-se ou morrer dentro das *fronteiras vivas*. Devido a isso é que tais fronteiras têm uma natureza dinâmica e são susceptíveis a mudanças. A Geopolítica é uma ciência que por meio da Geografia Política, da Geografia Descritiva e da História, estuda a causalidade espacial dos acontecimentos políticos e seus futuros efeitos.

A Geopolítica teve grande aceitação na Alemanha no alvorecer do século XX e atingiu grande difusão durante a primazia do regime nazista. O general alemão Karl Haushofer (1869-1946) modernizou a Geografia Política utilizando-a como instrumento que justificasse a expansão da Alemanha durante o Terceiro Reich e desenvolvendo as teorias do espaço vital do geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) – que se notabilizou por ter criado o termo *Lebensraum* – apoiadas pelo professor sueco Rudolf Kjellen. Países como a Rússia, a China e o Japão também deram grande importância a esta ciência durante os anos trinta e quarenta do século passado, como meio para atingir o poder global.

A utilização propagandística da Geopolítica acarretou, após a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, seu descrédito e esquecimento, sobretudo no âmbito acadêmico. Não obstante, alguns segmentos, principalmente militares e diplomatas, seguiram interessados por este ramo da Geografia, no qual se podiam ler os acordos explicitados na Conferência de Yalta, onde ditaram as premissas ordenadoras do mundo pós-guerra e que, certamente, moldaram os paradigmas mantenedores da Guerra Fria.

Entretanto as condições que emolduravam o conflito Leste-Oeste e os ideais democráticos do mundo ocidental fizeram modificar substancialmente seus fundamentos e objetivos. Daí, originaram-se novas teorias emanadas por potências como Inglaterra, França e Estados Unidos, que se orientaram basicamente em exercer o controle em determinados espaços terrestres e marítimos considerados chaves, o que se materializa por meio de uma gravitação estratégica e econômica, sem necessidade de perpetrar uma anexação territorial do tipo formal.

A expressão prática desta visão está consolidada no Tratado de Defesa do Atlântico Norte (Otan) e foi sobejamente testada com a crise dos mísseis, ocorrida em 1962. Fica bastante claro que, sem os parâmetros ordenadores da Geopolítica, o mundo teria sido arrasado por uma hecatombe nuclear.

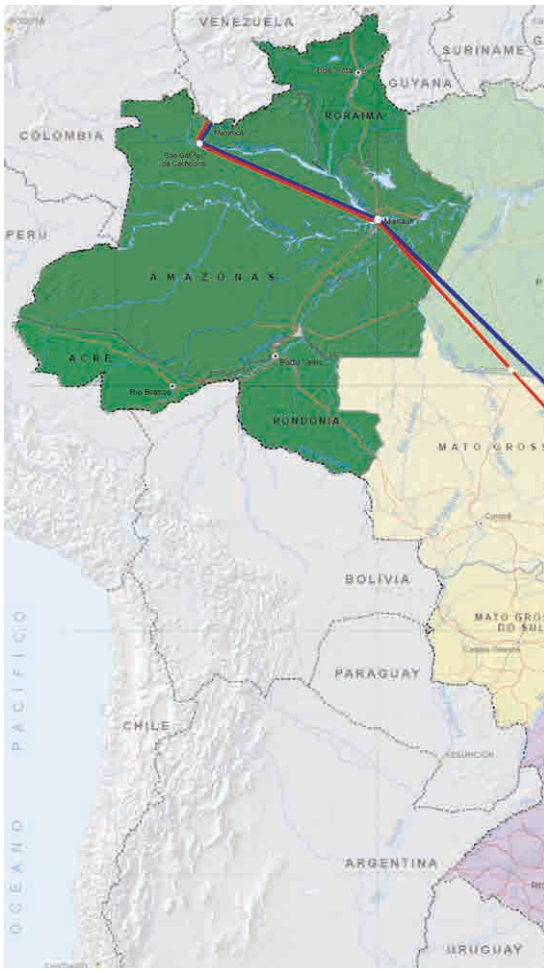
Após a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, que pôs fim à Guerra Fria, a Geopolítica passou a retomar, paulatinamente, o interesse perdido e voltou a crescer ao amparo das tensões internacionais surgidas com o desmembramento da União Soviética. É nesse cenário que emergem os Estados Unidos como a superpotência única, sem contrapesos imediatos. Esta situação os incentiva a iniciar o desenvolvimento de uma política de poder tendente ao controle do mundo, e que tenta legitimar sobre as bases de ser o vencedor da Guerra Fria e de sua superior qualidade econômica, cultural e militar. Dissipa-se assim o tradicional conflito Leste-Oeste e começam a ser mais notórias as diferenças no que concerne a níveis culturais e de desenvolvimento do eixo Norte-Sul.

O Estado-Nação continua sendo o elemento básico do sistema internacional que aglutina a identidade nacional, a coesão de um povo e mantém a sua soberania. Entretanto já não constitui o único ator relevante, e a soberania muitas vezes deve subordinar-se à conveniência de acatar as regras impostas pela globalização. No cenário atual surgem novos e atuantes atores. Entre estes podemos enumerar os blocos econômicos regionais, as reagrupações de Estados objetivando a defesa mútua, as grandes empresas multinacionais e as organizações não governamentais. A Geopolítica segue, portanto, vigente, com novos atores e cenários, porém em franco desenvolvimento ■

VIAGEM DE ESTUDOS DO IX CURSO AMAZÔNIA

Araken Hipolito da Costa
Cel Av
Editor da Revista Aeronáutica

O Clube de Aeronáutica marcou presença na Amazônia Ocidental com a participação dos integrantes do IX Curso do Pensamento Brasileiro. No período de 19 a 23 de novembro de 2018 foi cumprido o planejamento para conhecer o trabalho das Forças Armadas na Região Amazônica e, também, das instituições culturais e científicas.



O Maj Brig Perez, Presidente do Clube de Aeronáutica, planejou e solicitou apoio do Comando da Aeronáutica para proporcionar aos 31 participantes da comitiva do CAER observar a Amazônia. A comitiva foi composta pelos participantes do IX Curso do Pensamento Brasileiro, coordenado pelo Cel Av Araken Hipolito da Costa, Diretor do Departamento Cultural do CAER.

O Curso do Pensamento Brasileiro tem como objetivo dedicar estudos ao Pensamento Brasileiro, que nos permita tomar consciência do que de fato é ser brasileiro, além de nos estimular a preservar a cultura e os valores morais e nacionais, partes singulares de nossa brasilidade, daquilo que nos constitui como Nação.

O início da missão foi marcado pela ansiedade em poder atingir pontos do nosso Brasil que somente são possíveis pelas asas da Força Aérea, principalmente para a maioria dos participantes civis. No primeiro dia, 19 de novembro, segunda-feira, deixamos a sede central do CAER e nos dirigimos a pé para a estação de passageiros do DECEA (antigo III COMAR), de onde decolamos às 10 horas, sob o comando do Cap Av Marangon, na aeronave C-99 do Esquadrão Condor, do 1º/2º GT sediado no Galeão.

As etapas foram do Aeroporto Santos-Dumont a Confins e, após abastecimento, prosseguimos com destino a Cachimbo e, ao final da tarde, pousamos em Ponta Pelada (Manaus). As boas-vindas do comandante da Ala 8, Brig Ar Mauricio Carvalho Sampaio, e de seus auxiliares foram extremamente gentis e, no transcurso de nossa estadia, foram de inestimável ajuda com apoio preciso e fundamental para que nos sentíssemos em casa. Pernoitamos no agradável e remodelado Hotel Tropical, sendo as despesas com hospedagem pagas individualmente pelos participantes da viagem.

DO PENSAMENTO BRASILEIRO OCIDENTAL

CINDACTA IV – Manaus

No segundo dia de viagem, 20 de novembro, terça-feira, a nossa primeira visita foi ao Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, mais conhecido como o CINDACTA da Amazônia. Seu comandante é o Cel Av Nilo Sérgio Machado de Azevedo, que brindou a comitiva com uma apresentação detalhada sobre a organização subordinada ao DECEA e responsável pelo controle e gerenciamento do espaço aéreo do Norte do país.

Mais de trezentos mil movimentos aéreos recebem anualmente o apoio dos serviços dessa Unidade, tais como: gerenciamento de tráfego aéreo, defesa aérea, meteorologia, aeronáutica, busca e salvamento, informações aeronáuticas e telecomunicações aeronáuticas. O CINDACTA IV atua em uma área de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 60% do território nacional, abrangendo os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão.

Terminada a palestra, o Cel Av Miranda, 1º Vice-Presidente do CAER, fez os agradecimentos do Grupo do Pensamento Brasileiro, após os participantes percorreram as instalações e, em especial, as salas de operações. O grupo do Pensamento Brasileiro apreendeu a relevância do CINDACTA IV, pois este representa um marco de fundamental importância para a integração soberana do espaço da Região Amazônica.

ALA 8 – Manaus

Em seguida nos dirigimos à Ala 8, antiga Base Aérea de Manaus, onde o Comandante, Brig Ar Sampaio, nos saudou com um briefing sobre essa vital organização, responsável por todo o estado do Amazonas, embora realize também missões em toda a Amazônia Ocidental e nas demais unidades da Federação, quando acionada. Discorreu sobre suas Unidades subordinadas:

– **1º Esquadrão do 9º Grupo de Aviação (1º/9º GAv), Esquadrão Arara**, o último esquadrão da FAB a utilizar os C-115 (De Havilland DHC-5 Buffalo), tendo já recebido as primeiras aeronaves CASA/EADS C295, fabricadas na Espanha, aqui denominados C-105 Amazonas. Até 15 de outubro de 2007 havia chegado um total de oito aeronaves. O esquadrão é reconhecido pelo valioso trabalho desenvolvido nas asas do C-115 Búfalo, desativado em 2008 e substituído pelo C-105 Amazonas, no cumprimento de missões de transporte e de evacuação aeromédica junto às comunidades mais longínquas da Amazônia, aos Pelotões de Fronteira do Exército Brasileiro (PEF), à Fundação Nacional de Saúde, à Polícia Federal e aos demais órgãos governamentais;

– **7º Esquadrão do 8º Grupo de Aviação (7º/8º GAv), Esquadrão Harpia**, dotado de helicópteros H-60L (Sikorsky UH-60L Black Hawk). Esquadrão de Transporte Aéreo (7º ETA), Esquadrão Cobra, com aeronaves C-95 e C-95B (Embraer BEM-110 Bandeirante), C-98 (Cessna 208 Caravan) e C-97 Brasília (Embraer EMB-120 Brasília);

– **1º Esquadrão do 4º Grupo de Aviação (1º/4º GAv), Esquadrão Pacau**, que marca para a Base Aérea de Manaus o início de uma nova empreitada, pois soma esforços com as demais Unidades Aéreas sediadas, no sentido de cumprir com mais eficácia a missão de manter a soberania do espaço aéreo nacional, com vistas à defesa do Brasil, em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa;

– **Hospital de Aeronáutica de Manaus, Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial de Manaus (BINFAE-MN), Esquadrão de Material Bélico (EMB) e Destacamento de Suprimento e Manutenção de Manaus (DSM-MN)**.

Após a apresentação percorremos uma exposição estática das aeronaves e seus equipamentos, pertencentes à Ala 8, no Hangar de Ponta Pelada. Prosseguimos para o Rancho, onde almoçamos um gostoso peixe tucunaré. Foi nesse momento que o Brig Ar Paulo, 2º Vice-Presidente do CAER, agradeceu ao Brig Ar Sampaio a simpática acolhida pela Ala 8.

Entrega do símbolo do Pensamento Brasileiro e Revista Aeronáutica do CAER, pelo 2º Vice-Presidente, Brig Ar Paulo, ao Cmt da Ala 8, Brig Ar Sampaio

Cmt da Ala 8, Brig Ar Sampaio, ladeado pelo Diretor Social, Cel Av Ajauri, e pelo Diretor Cultural, Cel Av Araken

TEATRO AMAZONAS

Na parte da tarde nos dirigimos a um símbolo da cidade de Manaus, o Teatro Amazonas, cuja construção iniciou-se em 1882, na época áurea da borracha, em que os barões viveram uma época de ostentação e sonhavam em construir uma cidade europeia em plena Floresta Amazônica. Depois de observarmos a sua imponente fachada rosa, adentramos no Teatro e contemplamos sua cúpula composta de 36 mil peças de escamas em cerâmica esmaltada e telha vitrificada, representando a bandeira brasileira. Domenico de Angelis, Giovani Capranesi e Crispim do Amaral, grandes nomes de artistas trazidos da Europa, foram responsáveis pelas belas pinturas do salão nobre e da sala de espetáculos. Tem capacidade para 701 pessoas na plateia e nos três andares de camarote. A restauração foi realizada em 1990, e contou com a participação de um dos membros da comitiva, o Sr. Fernando Bicudo, Presidente do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, que narrou as modificações introduzidas naquele período. Atualmente o Teatro sedia o Festival Amazonas de Ópera, evento anual que movimenta o cenário musical da cidade.

INPA – Manaus

Cel Av Miranda, 1º Vice-Presidente do CAER entrega o opúsculo do Pensamento Brasileiro à bióloga Rita Mesquita, junto aos membros da comitiva: da esq. p/a a dir. Antônio Paulo, Cel Av Cutrim e Alcides Carneiro

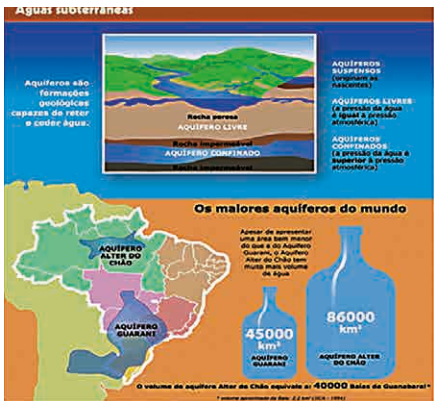
Ao final da tarde, chegamos ao INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). Criado em 1952 e implantado em 1954, vem ao longo dos anos realizando estudos científicos do meio físico e das condições de vida da Região Amazônica para assim promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socio-econômico regional. Atualmente o INPA é referência mundial em Biologia Tropical. Os primeiros anos do INPA foram caracterizados por pesquisas, levantamentos e inventários sobre fauna e flora. Hoje o desafio é expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia. Para cumprir essa meta, o Instituto dispõe das seguintes coordenações: Capacitação, Administração, Ações Estratégicas, Extensão e, ainda, quatro Coordenações de Pesquisa focadas em: Dinâmica Ambiental; Sociedade, Ambiente e Saúde; Tecnologia e Inovação; e Biodiversidade. Nossa visita se iniciou pelo Bosque da Ciência, inaugurado em 1º de abril de 1995, concretizando o sonho da instituição de abrir as portas à comunidade.

O Bosque da Ciência tem aproximadamente 13 (treze) hectares e está situado na Zona Central-Leste da cidade de Manaus. Criado para fomentar e promover programas de difusão científica e educação ambiental do INPA, o Bosque preserva simultaneamente a biodiversidade do local. Após uma rápida apresentação sobre parte da flora e fauna locais, a bióloga Rita Mesquita nos encaminhou para uma sala (Casa da Ciência) no próprio Bosque, onde fez uma apresentação mais formal sobre o INPA. Agora já familiarizada com o grupo, detalhou o tortuoso caminho atualmente vivenciado pela instituição. Esta se encontra na eminência de perder parte significativa de seu corpo de técnicos (aposentadoria), sem que possam transferir o conhecimento construído a duras penas. Como em grande parte das instituições públicas, as privações do INPA não se restringem ao corpo técnico. A infraestrutura básica para funcionamento do Bosque encontra-se também comprometida pela redução de repasses federais. Como todo órgão público, o INPA sofreu ao longo das décadas com as restrições orçamentárias, o que vem comprometendo seus projetos estratégicos. Por outro lado, a dedicação ao trabalho permite ainda que o Instituto se mantenha como referência quando o objeto de estudo é a Região Amazônica. A palestrante nos apresentou um cenário que vem se

alterando ao longo do tempo. Fenômenos como estiagem ou chuvas torrenciais tinham até pouco tempo atrás seu momento de ocorrência previamente conhecidos. Hoje, no entanto, esses episódios ocorrem de forma cada vez mais acirrada, ou seja, tanto as enchentes quanto as secas são mais frequentes e catastróficas.

Essas mudanças climáticas podem estar associadas à questão dos rios voadores que, segundo a bióloga, têm sentido a perda significativa do que seria o manancial do Pará, onde o desmatamento já comprometeu a maior parte do território. O comportamento desse caudaloso rio de vapor aéreo vai encher os reservatórios de água das regiões ao sul da Amazônia, que por sua vez gerarão a principal fonte da matriz energética brasileira e que, posteriormente, irrigarão com o precioso líquido os lares da imensa maioria da população.

A dificuldade para obtenção de uma patente foi outro fato pontuado pela palestrante, já que a burocracia brasileira impede a efetiva utilização pela sociedade de resultados obtidos por meio da pesquisa. Outro produto pouco conhecido do público e citado pela bióloga são as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC's), que como seria esperado, têm seu paraíso na extensa, desconhecida e diversificada Floresta Amazônica.



Em relação à distribuição das terras pretas na Amazônia, em conversa com a bióloga Rita, o pesquisador do Pensamento Brasileiro Alcides Carneiro levantou a questão referente a esse fenômeno, citando o livro 1499 – O Brasil antes de Cabral, de Reinaldo Lopes, que entre outras afirmações supõe que a população indígena da região seria compatível com a atual, e as terras pretas seriam a principal evidência do fato, pois estas são sabidamente de origem humana, no que foi corroborado pela pesquisadora.

Concluindo, acreditamos que para o nosso grupo de Estudos do Pensamento Brasileiro essa viagem pode ser entendida como um divisor de águas, em que passaremos necessariamente a olhar de frente a Região Norte (todos os palestrantes observaram a necessidade dessa mudança de postura da população). Já foi citada anteriormente a premente preservação das florestas, a fim de manter caudalosos nossos rios voadores. Outro fator de segurança nacional e tão monumental como tudo que ocorre na Amazônia é o Aquífero Alter do Chão, este genuinamente nacional, e com reserva superior ao internacional e mais popular Aquífero Guarani, mesmo estando distribuído por um território pelo menos três vezes menor. No gráfico ao lado são apresentadas informações e referências sobre o Aquífero Alter do Chão.

COMANDO

Na manhã do terceiro dia de viagem, 21 de novembro, quarta-feira, após o café bem variado e típico da cozinha amazonense, no Hotel Tropical, nos dirigimos à sede do Comando Militar da Amazônia, onde tivemos a oportunidade ímpar de assistir a apresentação do Gen Bda Edson Skora Rosty, Chefe do Estado-Maior do CMA, sem interferência do politicamente correto.

O Comando Militar da Amazônia (CMA) foi criado no ano de 1956 e estabelecido em Belém do Pará. No ano de 1969, a sede foi transferida para Manaus, no Amazonas. A partir de 2013, após a criação do Comando Militar do Norte, com sede em Belém, os dois Grandes Comandos Operacionais foram separados: um ficou responsável pela Amazônia Oriental; e o outro, pela área da Amazônia Ocidental.

A área sob a responsabilidade do CMA estende-se pela extensa faixa de fronteira que totaliza 9.762 quilômetros, sendo limítrofe com cinco países do continente sul-americano, extensão três vezes maior que a fronteira dos EUA com o México. Possui 26 mil quilômetros de vias navegáveis, e o regime das águas determina a vida do ribeirinho. Há uma diversidade enorme na área, a saber: o pólo industrial de Manaus e cidades vizinhas, com mais de 550 indústrias, suporta uma população que é a metade de toda a população do estado, tendo por consequência um imenso vazio demográfico nas demais áreas; há também os lavrados de Roraima; a área da Cabeça do Cachorro; o Alto Solimões; e o estado de Rondônia.

A importância da Amazônia pode ser sintetizada em três aspectos principais, dentre outros: maior banco genético do planeta; maior província mineralógica da Terra; e 1/5 da água doce do planeta. Assim, podemos afirmar que a Amazônia tem vários desafios. O primeiro deles é

MILITAR DA AMAZÔNIA – Manaus

Gen Bda Rosty, Chefe do Estado-Maior do CMA

a Questão Indígena. Esta possui alguns pontos polêmicos a considerar. Integrar ou segregar o índio? A extensão das suas terras e a demarcação em áreas contínuas ou em ilhas? E como explorar as riquezas no âmbito das terras indígenas? Qual a política que o governo brasileiro vai definir para cada uma das questões apresentadas? Qual será a opinião da sociedade local, dos brasileiros de uma maneira geral e da comunidade internacional?

Comandante Militar da Amazônia, Gen Ex César Augusto Nardi de Souza

Outro desafio diz respeito à Questão Ambiental, em que buscamos respostas para as seguintes perguntas: Como preservar? Como explorar? Como desenvolver? A área possui 660 mil quilômetros quadrados de Unidades de Conservação, com diferentes graus de regulamentação mais ou menos permissivos sobre o que é ou não é permitido fazer. Cinquenta por cento desta área encontra-se na faixa de fronteira. Por outro lado, as dificuldades logísticas para os deslocamentos na área impõem maiores servidões se quisermos o desenvolvimento sustentável.

E, como último desafio, a área é deficiente na produção e distribuição de energia elétrica, aí incluída a capital Manaus, dependente da transmissão de Tucuruí ou da energia fornecida desde a Venezuela.

Acrescente-se a isso, o fato de a área já sofrer com a problemática que atinge todo o país: as facções criminosas, que lá se instalaram, são um ingrediente a mais na criminalidade das cidades, além da imensa dificuldade dos típicos crimes praticados na faixa de fronteira.

Pode-se, pois, concluir, que a Amazônia Ocidental tem uma precariedade gigantesca no que diz respeito à infraestrutura, colaborando para que haja um imenso vazio do poder, estando a presença do Estado limitada ao trabalho hercúleo das Forças Armadas desdobradas nesse imenso território. Isso exige uma necessidade de permanente prontidão das Unidades subordinadas ao Comando Militar: desde os Pelotões de Fronteira na imensa linha de fronteira, até aos órgãos de apoio estabelecidos mais à retaguarda; desde as sedes dos Comandos de Brigada, até Manaus, onde se localizam as instalações mais significativas para o apoio logístico, incluindo aí os meios aéreos e as embarcações. Tudo isso funciona no regime de 24x7x365, ou seja, uma prontidão sideral.

Os militares atuam, pois, com o lema Braço Forte, Mão Amiga desenvolvendo operações permanentes e episódicas e apoiando, de maneira quase irrestrita e total, a população local, em especial nos Pelotões de Fronteira sob o trinômio Vida – Combate – Trabalho que envolve a proteção que se deseja para aquela área específica. As Forças Armadas têm ido muito além de seus deveres, desempenhando o papel da Polícia Federal (na repressão a crimes e no acolhimento de refugiados); realizando ações cometidas ao Ministério da Saúde; e promovendo a integração das tribos com os representantes do Estado, tendo desenvolvido atividades que provam aos índios a leal amizade, a tal ponto que eles ensinam as novas gerações a serem gratas pela atuação dos militares, que eles percebem ter ido para ficar e para defendê-los.

Devemos citar o lema que guia, há muitos anos, os homens de farda que servem na área: ***Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la***. De autoria do General Rodrigo Otávio, Comandante eterno do CMA, essa frase baliza a atual missão síntese deste Grande Comando: preparar e empregar, prevenir e reprimir, desenvolver e apoiar. Para tal, tem como visão de futuro estar efetivamente presente e elevar a operacionalidade em toda a área de atuação até 2022. É por isso que homens e mulheres seguem firmes nos seguintes princípios e valores: comprometimento, camaradagem, simplicidade e segurança.

Ao deixarmos o CMA, nos dirigimos para a Ala 8, onde almoçamos, embarcando em seguida na aeronave C-105 Amazonas, do 1º/9º GAv, Esquadrão Arara, com destino a São Gabriel da Cachoeira, distante uma hora e vinte minutos de voo.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Depois do pouso, seguimos em direção à sede da 2ª Brigada de Infantaria e Selva, com sua importante missão de defender a região denominada Cabeça de Cachorro. Lembramos que a Região Amazônica foi uma conquista portuguesa feita durante o período de união das Coroas Ibéricas, por ordem do próprio Rei da Espanha, Felipe IV, preocupado com as infiltrações inglesas, francesas e holandesas no Vale do Rio Amazonas.

Em 1763, os portugueses construíram o Forte São Gabriel. Em 1784, o engenheiro militar Manuel da Gama Lobo d´Almeida é nomeado para assumir o Comando Militar do Alto Rio Negro, composto pelos fortes de São Gabriel e São José de Marabitanas, atual Cucuí, distrito de São Gabriel da Cachoeira, além de um quartel na Vila Mariuá, atual Barcelos. Sua missão era orientar o povoamento, promover a defesa e desenvolver a região.

A comitiva foi recebida pelo Comandante da 2ª Bda Inf SL, Gen Bda Omar Zendim, ao som da banda de música, com dobrados em homenagem à Força Aérea. Os soldados incorporados são indígenas da região e são conhecedores da selva, de todos os seus perigos e de suas limitações. Seis deles, sendo uma mulher, prestaram honra à comitiva com gritos de guerra relativos às seis diferentes etnias de cidadãos brasileiros de ascendência indígena. A recepção foi um momento inesquecível naquele final de tarde em São Gabriel da Cachoeira, deixando a todos da comitiva emocionados e com sentimento de brasilidade à flor da pele.

Nos momentos seguintes nos dirigimos ao auditório da Brigada, onde o Gen Omar proferiu uma palestra abordando o trabalho, sedimentado pelo amor à Pátria, desenvolvido pelo Exército na região. Em síntese, ele disse que a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, e nela encontra-se também a maior biodiversidade do planeta. A parte brasileira, Patrimônio do Brasil, cobre mais da metade do território nacional e abriga incomensuráveis riquezas naturais e minerais, juntamente com as diversidades étnica e cultural representadas pelos diversos grupos de cidadãos brasileiros de ascendência indígena. Além disso, cabe aduzir que a região em tela representa um inestimável valor geopolítico, o que a transformou, historicamente, desde quando descoberta e conhecida até aos dias atuais, em um importante e cada vez mais crescente alvo da cobiça internacional.

E como bem declarou o grande escritor Euclides da Cunha, a imensidão da Amazônia é tão majestosa que de súbito a inteligência humana não lhe suporta o peso (...).

Tais fatores, aliados à transnacionalidade e à supranacionalidade das questões relativas à preservação do Meio Ambiente e à proteção de povos indígenas, aspectos esses complementados pela crescente militarização da ecologia, notadamente por parte de potências militares e econômicas, colocam a região em expressiva e permanente evidência no âmbito da conjuntura mundial, mantendo a temática amazônica constantemente presente em importantes foros internacionais de discussão.

Por tudo isso, cabe ressaltar que a manutenção da ordem e a proteção da Amazônia e dos cidadãos brasileiros de ascendência indígena que nela habitam são misteres indispensáveis e intangíveis, posto que tais ações são importantes medidas que fortalecem, sobremaneira, a soberania do Brasil nessa estratégica parte do território nacional.

Cabe referenciar por oportuno o destacado amazonólogo Samuel Benchimol, quando disse que a Amazônia tem um valor incomensurável, mas jamais terá um preço, seja ele qual for, seja preço de moeda, seja preço de acordo, seja preço de tratado. Ela é inegociável, porque está intimamente ligada ao futuro e ao presente deste país.

Nesse sentido, a manutenção da ordem e a proteção de grande parte desta imensa Floresta e de toda a riqueza tangível ou não nela contida, incluindo os milhares de habitantes autóctones ou não, está confiada à 2ª Brigada de Infantaria de Selva (2ª Bda Inf Sl), denominada Brigada Rio Negro, em homenagem ao principal rio de mesmo nome que, com seus afluentes, banha sua vasta área de responsabilidade, localizada no extremo noroeste do país, na estratégica região conhecida como Cabeça do Cachorro.

A 2ª Bda Inf Sl, grande Unidade Operacional do Exército Brasileiro, diretamente subordinada ao Comando Militar da Amazônia, possui seu Quartel-General em São Gabriel da Cachoeira (SGC), uma cidade do estado do Amazonas privilegiada por belíssimas paisagens naturais, situada às margens do Rio Negro. Cabe mencionar que SGC é o município com a maior população de cidadãos brasileiros de ascendência indígena, o que obrigatoriamente torna a 2ª Bda Inf Sl uma das mais legítimas herdeiras das tropas que galhardamente expulsaram os invasores estrangeiros em Guararapes, quando nasceu a nacionalidade brasileira e o próprio Exército Brasileiro. É importante assinalar então que há relação e ligação simbólica entre os indígenas daquela época e o grande número de soldados de ascendência indígena que hoje integram, em quase sua totalidade, os efetivos da Brigada Rio Negro. Trata-se de militares altamente aguerridos, profundos conhecedores dos rios e da selva, disciplinados e cumpridores da missão e que constituem atualmente uma excepcional força de combate, da mesma forma que em tempos de outrora.

A área de responsabilidade da 2ª Bda Inf Sl abriga cerca de 91.333 habitantes, inserindo-se nesse contingente as vinte e três distintas etnias que enquadram os cidadãos brasileiros de ascendência indígena, englobando os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Barcelos (respectivamente o 3º e o 2º maiores do Brasil em extensão), Santa Isabel do Rio Negro, perfazendo o total de 294.507 quilômetros quadrados, superfície maior do que o estado de São Paulo, ou que a soma dos territórios dos estados brasileiros de Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas e Sergipe.

A complexa fisiografia da região, caracterizada por selva densa, elevadas serras, inexistência de estradas e rios bastante pedregosos, encachoeirados e sujeitos a con-

sideráveis secas, causa impacto considerável na logística e nas operações, exigindo planejamento meticuloso e ações bastante peculiares para o cabal cumprimento da missão pela 2ª Bda Inf Sl. Estando permanentemente desdobrada ao longo dos 1.700 quilômetros de fronteira com a Colômbia e a Venezuela, a 2ª Bda Inf Sl controla as principais penetrantes fluviais e terrestres, sendo esta missão levada a cabo pela presença diuturna e permanente e por operações reais ininterruptas, inibindo e ou reprimindo ilícitos transfronteiriços e ambientais em sua área de responsabilidade. Cabe à Brigada Rio Negro o cumprimento das seguintes missões: contribuir para a defesa da Pátria como Força de Vigilância Estratégica; atuar na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), de forma preventiva e operativa, particularmente na faixa de fronteira; e cooperar com o desenvolvimento sustentável econômico e social em sua área de responsabilidade.

A vigilância avançada é realizada, em uma primeira linha, pelos sete pelotões de fronteira e, em profundidade, com o CFRN/5º BIS e 3º BIS, tudo para efetivamente se fazer presente e atuante no sentido de manter expressiva capacidade dissuasória. Além da missão constitucional de Defesa da Pátria, a 2ª Bda Inf Sl também tem suas prioridades voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico de sua imensa área de atuação, realizando diversos e importantes apoios em prol das comunidades de brasileiros de ascendência indígena. No ano de 2017, as ações cívico-sociais, em parceria com a Secretaria Especial de Saúde Indígena/Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro, estiveram presentes nas calhas dos principais rios da região, realizando quase 2.000 atendimentos médicos, 1.500 atendimentos odontológicos, beneficiando cerca de 10.000 pessoas de 23 etnias indígenas.

Prosseguindo no trabalho de antepassados e antecessores, com incomensurável e estóico esforço de cada um de seus integrantes, a 2ª Bda Inf Sl vem cumprindo os objetivos estabelecidos pelo Exército Brasileiro, o invicto Exército de Caxias, nesta estratégica região, patrimônio inalienável do Brasil, mantendo sempre como foco o seguinte lema, de autoria do General de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos: Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la. Selva!

Durante a apresentação os integrantes da comitiva tiveram a oportunidade de dirimir suas inúmeras dúvidas, o que permitiu a todos obter um conhecimento mais aprofundado sobre a Amazônia.

No início da noite, rapidamente nos dirigimos aos nossos alojamentos para o pernoite. Devemos destacar o esmero com que os quartos foram preparados. O jantar foi uma agradável surpresa, pela hospitalidade, calorosa recepção, apetitosa gastronomia e música ambiente.

Na manhã do dia 22 de novembro, quinta-feira, nos encaminhamos ao refeitório da Brigada de São Gabriel da Cachoeira para o saboroso café da manhã. Desse ponto avistamos um belíssimo panorama da cidade embaixo margeada pelo Rio Negro; a sensação era semelhante à de uma cidade praiana, pela imensidão do rio e pela grande faixa de areia em seu entorno.

No caminho do refeitório para o campo de pouso tivemos outra surpresa, quando o Gen Omar nos encaminhou para a sala onde a banda de música nos esperava para executar a famosa Peça 1812, de Tchaikovsky, deixando a todos inebriados pela riqueza melódica da obra desse grande músico e, sobretudo, pela técnica expressiva dos integrantes da banda, mormente por estarem em local tão distante de nossos centros culturais. Foram aplaudidos de pé!

MATURACÁ

Prosseguimos para o campo de pouso, embarcamos e decolamos para Maturacá, com duração de voo prevista de trinta minutos a bordo do C-105. A visão do alto é sempre estonteante, graças à imagem do Pico da Neblina, do lagos e das verdes florestas. Após o pouso em Maturacá, caminhamos cerca de um quilometro na própria pista até ao Pelotão de Fronteira. Este Pelotão surgiu em 1989, como Destacamento, com a finalidade de preparar a base para a futura instalação do 5º Pelotão Especial de Fronteira. Em 1994, dando prosseguimento à ocupação militar denominada Projeto Calha Norte, foi inaugurado no sopé do Parque Nacional do Pico da Neblina, em Maturacá, o 5º Pelotão Especial de Fronteira.

Durante a caminhada na pista, tivemos a oportunidade de presenciar algo inédito para nós da cidade: o Gen Omar, que nos conduziu ao Pelotão, caminhou de mãos dadas com o Chefe indígena Yanomami, pois ambos se conheciam há mais de quinze anos. Esta imagem simboliza o amor, o respeito, a amizade, a confiança entre o Exército Brasileiro e os brasileiros indígenas. Este momento marcará de modo indelével os corações dos membros da comitiva.

Os Estudos do Pensamento Brasileiro mostram como a ideia do Marquês de Pombal deixou marcas, pois a decisão portuguesa de conviver em paz com todos que quisessem viver nestas terras foi a base de nossa miscigenação, e perdurou com os povos que migraram para o Brasil.

Fortes emoções foram sentidas na visita ao Pelotão de Fronteira de Maturacá. Um momento especial foi quando a tropa composta por soldados brasileiros de ascendência indígena da etnia Yanomami, perfilados, entoaram o Hino Nacional Brasileiro. Todos os membros da comitiva perceberam a grandiosidade do ato, pois representou o amor à Pátria e a disposição de prontamente defendê-la. São exemplos de coragem, determinação e altruísmo.

Depois de voltarmos à calma, pudemos visitar as instalações do Pelotão. Acompanhados por brasileiros indígenas, provamos diversos doces e salgados produzidos internamente, e nos refrescamos com água de coco e sucos das frutas locais.

Com muitas fotos e fortes impressões, caminhamos para o retorno a aeronave. Decolamos para São Gabriel da Cachoeira na aeronave C-105 Amazonas. O voo teve a duração de trinta minutos, ao final dos quais pousamos no Destacamento da Aeronáutica de SCC.

Este Destacamento é utilizado como base aérea operacional e de desdobramento, tendo por objetivo apoiar as Unidades aéreas deslocadas para o município, além de fornecer apoio logístico, normalmente com o Plano de Apoio à Amazônia, em conjunto com o Exército Brasileiro, na logística de suprimentos aos sete pelotões especiais de fronteira: Yauaretê, Querari, São Joaquim, Cucuí, Maturacá, Pari-Cachoeira e Tunuí-Cachoeira.

Após nossa refeição no Destacamento, regressamos a Manaus, completando o nosso ciclo de palestras e visitas, nesta missão repleta de conhecimentos e aventuras.

CONSIDERAÇÕES

O **Grupo de Estudo do Pensamento Brasileiro**, refletindo sobre a viagem de estudos à Amazônia, fez as seguintes considerações:

– As Forças Armadas são a base do desenvolvimento, da integração e da defesa da Amazônia. O uso do potencial humano para este trabalho são os brasileiros natos da região e os ascendentes indígenas de diversas etnias, possibilitando a formação e manutenção da identidade nacional, mormente para inserir os valores éticos, morais, culturais do que constitui a nossa brasilidade. Assim, mesmo com a população rarefeita da Amazônia, conseguem manter os pontos sensíveis das nossas fronteiras e uma circulação necessária à vida econômica e social.

– Um fator importante encontrado nesta região é a fé em Deus, por intermédio das religiões cristãs que valorizam a união da família e da sociedade. A filosofia social no Brasil norteia-se pela busca do bem comum dos cidadãos, alicerçada pela orientação da filosofia tomista. Os valores nacionais fundamentam-se na ética cristã e nos valores absolutos do cristianismo como verdade, justiça, bondade, honestidade, abnegação e amor, os quais estão na base da ação prática do nosso povo e no desejo de construir de uma Nação mais justa. Tais valores repudiam, em sua essência, todas as formas de materialismo e totalitarismo, típicos das ideologias nazistas, fascistas e comunistas.

– Visitando o belíssimo Teatro Amazonas constatamos a importância da Ópera e da Música como manifestação do espírito e, junto à cultura popular, traduzem a sensibilidade da alma nacional. Observamos na cultura popular da região, fortemente inspirada no folclore, bases essencialmente lusitanas, embora o indígena e o negro, evidentemente, tenham influenciado essa formação, contribuindo com seus rituais, seus cantos, suas músicas e suas danças. Atualmente é intensamente mestiçado. O perfil da Amazônia de hoje é dotado de múltiplas facetas culturais e do sentimento de liberdade e de vida comunitária dos ritmos e danças indígenas.

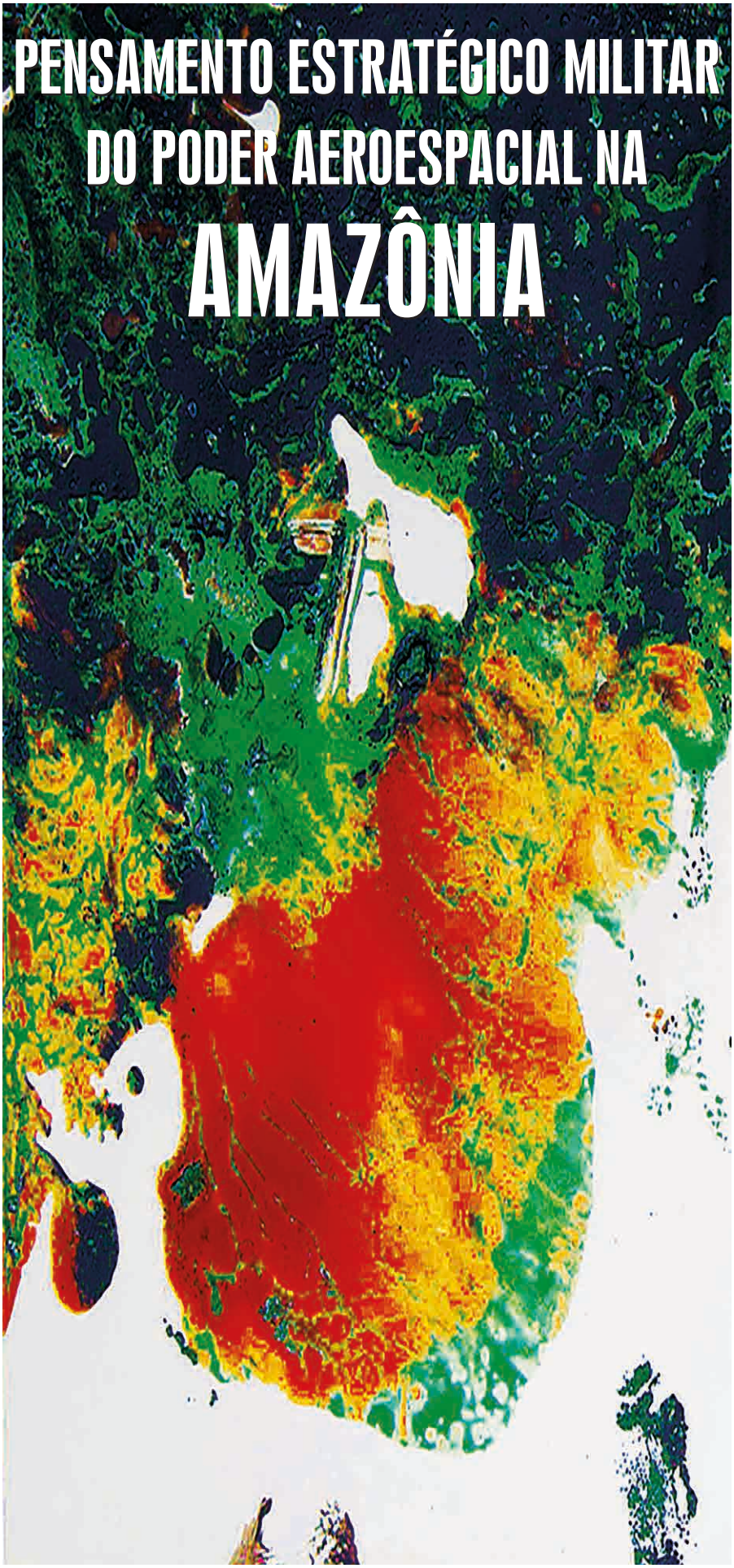
– Após a visita ao INPA, constatamos que os estudos científicos do meio físico e das condições de vida da Região Amazônica continuam a sofrer restrições e, em decorrência, comprometendo seus projetos. No mundo atual, em que os avanços científicos e tecnológicos são fatores primordiais não somente para a Defesa Nacional, como, também, para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, fica evidente a necessidade de o Governo investir em política na área cientifica, a fim de atender sua dimensão estratégica.

Concluindo, nota-se que, no Brasil, a falta de uma Filosofia Política tem gerado, ao longo da História, contradições internas e externas, o que faz com que a prática política deixe as improvisações empíricas ao sabor emotivo dos governantes.

Na atualidade brasileira, pensar uma Filosofia Política para esta permanência, que contemple a paz, o desenvolvimento, a justiça, a prosperidade para o maior número de cidadãos, modelo exemplar de convivência com as outras nações amigas, é tarefa para os pensadores que trabalham para tal finalidade. Devem ser observados os conceitos básicos, que são: a liberdade, a igualdade, a propriedade e a segurança dos indivíduos como pessoas, sem perder o objetivo final, que é a própria liberdade como limitação do poder político e o estímulo do poder econômico.

Símbolo de amizade.
Gen Bda Omar Zendim, Comandante de Infantaria de Selva junto aos brasileiros de ascendência Ianomami

PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR DO PODER AEROESPACIAL NA AMAZÔNIA



GUERRA

O objetivo deste artigo, que faz parte do CURSO DO PENSAMENTO BRASILEIRO, visa relembrar os conceitos apresentados no Seminário Guerra Aérea, utilizando o método exploratório hipotético dedutivo, em que foram levantadas as questões sobre o problema, as quais envolvem o estabelecimento do pensamento estratégico militar do poder aeroespacial na Amazônia, privilegiando a guerra aérea. Este trabalho não se esgota em si mesmo, inclusive por não ser abrangente, sendo uma forma de contribuição sobre a Guerra Aérea. Imagina-se Sun Tzu como o grande influenciador dos estrategistas militares do Ocidente, inclusive de Clausewitz. Entretanto Sun Tzu somente passou a ser conhecido no Ocidente após as guerras napoleônicas. Vegetius, general romano, foi quem influenciou o pensamento estratégico militar do Ocidente, enfatizando a estratégia de dissuasão.

"Portanto, quem deseja a paz, prepara a guerra; quem aspira a vitória, adestra seus soldados diligentemente; quem deseja determinar o resultado dos eventos, luta se valendo da arte e não da sorte. Ninguém provoca, ninguém se atreve o ofender, quem percebe como sendo superior em combate."

Vegetius, século IV

1. WORLD WAR I E WORLD WAR II

No início do século XIX, com a chegada e o emprego da arma aérea, o avião veio modificar todos os cenários de guerra; as guerras nunca mais seriam as mesmas. Desde o conflito da Turquia e, principalmente na *World War I* e na *World War II*, a arma aérea teve seu emprego baseado nos teóricos do poder aéreo: Douhet, Trenchard e Mitchell.

Douhet, na sua segunda obra (1927), defendeu a criação de uma força aérea independente. A primeira força aérea independente a ser criada foi a Royal Air Force. A Defesa Nacional somente poderia ser assegurada por uma Força Aérea dimensionada e com capacidade de, em caso de guerra, conquistar e manter o domínio do ar. (Gen. Giullio Douhet, 1927)

A *World War II* foi rica em ensinamentos no emprego das teorias dos estrategistas militares (Vegetius, Maquiavel, Clausewitz e Jomini) e dos teóricos do poder aéreo (Douhet, Trenchard, Mitchell e Seversky). A Batalha da Inglaterra foi um dos episódios marcantes sobre o emprego do poder aéreo na *World War II*, pela visão da política e estratégia.

A revolução nuclear – Hiroshima e Nagazaki (a dissuasão falhou) – ago. 1945. A arma absoluta acabou com a guerra total – ruptura.

AÉREA

Luiz Fernando Póvoas da Silva
Cel Av
Líder de Esqd Caça (PifPaf Espadas – Jaguar 33 – Ex-Pampa 01) - Oficial Sistema DA (CINDACTA I) - Chefe do COA (GDA /1a ALADA) – Chefe do COA (1oGAVCA /BASC) - Diretor Ops (CISCEA) – SubCmte Opl (CINDACTA II) – Cmte 1o /14o GAV (BACO) – Chefe FAe (NuCOMDABRA) – CHEM (COMAT) – Professor Doutor em Ciências Aeroespaciais (PPGCA – UNIFA)
lfpovoas@globo.com

2. COLD WAR 1/GUERRA FRIA 1 (1945)

Ao término da *World War II*, os Estados Unidos e a União Soviética emergiram como potências nucleares num novo confronto, a chamada Guerra Fria/*Cold War 1* – mundo bipolar.

Após a *World War II*, as relações internacionais entre os Estados perderam a característica específica de poder (Estado Westfaliano), passando a ser relações institucionais, com arbítrio de organismos internacionais (UE, ONU, OEA) – desconstrução da noção de soberania. (Nação/Estado – PODER)

A lógica da arma nuclear é sempre dissuasória. Para que exista uma estratégia de dissuasão nuclear, a mesma somente é válida se os dois lados tiverem capacidade de retaliação – MAD.

3. PÓS COLD WAR 1

Campanha contra o VLS e a assinatura do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) seria para evitar que o Brasil se tornasse uma potência nuclear – Brasil NAÇÃO.

1989 – Queda do Muro de Berlim, os Estados Unidos se tornam potência militar hegemônica mundial.

NATO/OTAN (*allied forces* – coalisão)

1990/1991 – Guerra do Golfo/Iraque – *Desert Storm*

1992/2000 – Iguslávia /Kosovo (estratégia de coerção)

2011 – EUA/Líbia (Kadafi)

Estratégias a partir de operações independentes do emprego do poder aéreo, utilizando sistemas de armas e bombas inteligentes de alta precisão eliminariam a liderança inimiga de forma cirúrgica e pelo aumento de forte COERÇÃO. Essas estratégias, na maioria dos casos, não obtiveram o resultado desejado, por falta de um sistema de inteligência competente.

Pape (2006) ainda argumenta que o poder aéreo, o terrestre e o naval devem ser integrados e utilizados em conjunto como martelo e bigorna.

Organismo vivo/paralisia estratégica - Fuller, pensador inglês, postulava três esferas da guerra: física, mental e moral. Essas esferas tratam, respectivamente, da destruição da força física do inimigo (poder de combate); da desorganização de seus processos mentais (poder de pensamento); e da desintegração de sua vontade moral de resistir (poder de resistência). Acrescenta que as forças que operam nessas esferas fazem isso de maneira sinérgica, não isolada: *a força mental, a força moral, a força física não ganham a guerra isoladamente, mas o que ganha a guerra é a combinação dessas três forças, agindo como uma força única*.

Esta ordem tríplice revela-se útil para se compreender a essência de que a destruição ou o enfraquecimento de uma delas é a causa da paralisia estratégica.

4. EVOLUÇÃO GEOPOLÍTICA SÉCULO XXI – INTELIGÊNCIA – AMEAÇAS

2015 – A China, segunda economia mundial, com a Ásia/Pacífico vivendo momentos de paz e prosperidade, estabelece um programa de crescimento militar para aspirar a uma posição hegemônica no mar do sul da China – controle marítimo (*Mahanismo*) numa faixa até 2.000 quilômetros, gerando corrida armamentista na região Ásia/Pacífico;

Irã e Coreia do Norte (ameaça nuclear);

Conflitos armados de alta intensidade – Síria, Rússia /ISIS;

Conflitos armados de baixa intensidade – Afeganistão, África;

Venezuela - Bolivarianismo/Socialismo – América do Sul (Foro de São Paulo – FSP).

5. GUERRA IRREGULAR 4GW /5GW – TECNOLOGIA E EFETIVIDADE DE RESULTADOS/TERRORISMO (FUNDAMENTALISMO)

A quarta geração de guerra – 4GW se utiliza de todas as mudanças, de uma sociedade mecanizada rumo a uma sociedade de informação eletrônica para maximizar o poder das insurgências. Esta continua a evoluir juntamente com nossa sociedade como um todo, fazendo a 4GW se tornar cada vez mais perigosa e difícil de ser controlada pelas nações ocidentais. A 5GW será resultado de uma continua troca de lealdades políticas e sociais por causas. Será marcada pelas entidades cada vez menores e pela explosão da biotecnologia. (Hammes, T.X. 2007)

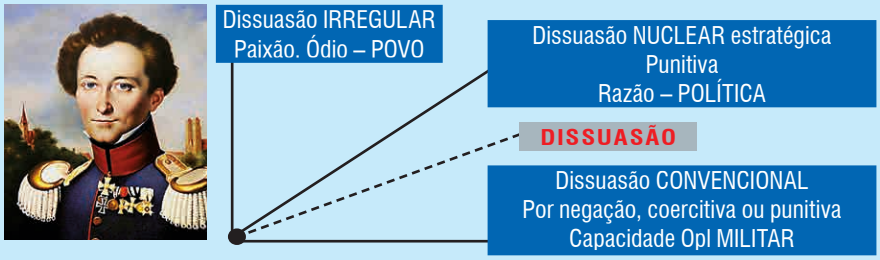
GUERRA CIBERNÉTICA 4GW – o Ambiente Cibernético (Network) é tratado como um novo teatro de guerra, juntamente com mar, ar, terra e espaço. Integração de comunicações e inteligência operacional baseada em veículos espaciais, aéreos e terrestres. Seleção de alvos diretamente ligados às lideranças e à estrutura de Comando e Controle C2.

GUERRA HÍBRIDA - Combinação de múltiplos instrumentos de guerra convencional e não convencional como: forças militares regulares, forças irregulares, forças especiais, ataques cibernéticos, diplomacia, econômica (guerra assimétrica), informações e propaganda de guerra, ataques a suportes locais de interesse etc.

CONFLITOS ARMADOS NA ERA DA INFORMAÇÃO - Muitos estadistas e soldados se portam como o personagem de Cervantes, em uma época de grandes transformações, lutando contra monstros que eram simples moinhos de vento, negando-se a admitir que talvez exista "algo novo

PODER AEROESPACIAL – CAPACIDADE DE DISSUASÃO

VON CLAUSEWITZ – a análise trinitária e a gramática da dissuasão



Guerra Aérea – pensamento estratégico militar PAepc

no *front*". Os conflitos atuais têm se caracterizado por uma significativa dissonância entre as expectativas da opinião pública, a intenção no nível político e a percepção dos líderes militares. Nada deve levar a confundir vitória militar com êxito político (conflito armado nas comunidades cariocas – **tráfego de drogas e armas)**.

6. COLD WAR 2/GUERRA FRIA 2

A2/AD – *Anti-Access/Area Denied* – Negação de Acesso e Área

Os novos atores da Guerra Fria do século XXI – *Cold War 2*, A2/AD – antiacesso e negação de área são os EUA/RÚSSIA/CHINA/NATO. As áreas de interesse correspondem: Ásia/Pacífico Ocidental, Mar Sul e Leste da China, Mar Negro, Síria, Kaliningrado (entre Polônia e Lituânia), Mar Báltico, Mar Ártico. Os meios são sistemas móveis antimíssil de pequeno e médio alcance, mísseis superfície – ar (SAM), *cruisemissilesanti-ship* (ASCM), radares OTH (*over de horizon radar*) móveis que detectam mísseis na fase de lançamento e voo, submarinos e fragatas, meios de guerra eletrônica – ISR e AEW, drones e satélites de reconhecimento, aeronaves de caça, caça-bombardeiro e bombardeiros estratégicos nucleares etc. Utiliza-se de medidas assimétricas. Vantagens de operar nas proximidades do território. Eficiência determinada pela doutrina de emprego e velocidade na tomada de decisão (Ciclo AODA, Boyd).

7. PENSAMENTO ESTRATÉGICO NORTE-AMERICANO PARA A AMÉRICA DO SUL/NICHOLAS SPYKMAN - HENRY KISSINGER

Kissinger seguiu religiosamente o espírito de Spykman. Segundo Kissinger: *A América do Sul segue sendo essencial para os interesses americanos e deve ser mantida sob a hegemonia dos EUA (Kissinger "apud" Fiori)*.

Área Mediterrânea – compreendida pelo México, pela América Central e pelo Caribe, pela América do Sul na região da Colômbia e Venezuela – zona em que a supremacia dos EUA não pode ser questionada;

Cone Sul – América do Sul, região do ABC (Argentina/Brasil/Chile) – uma ameaça à hegemonia norte-americana nesta região deverá ser respondida através de ações de guerra.

8. PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR BRASILEIRO DO PAEPC - AMAZÔNIA

A PND/END (LBDN) - estabelece para o Brasil a estratégia de *Dissuasão*, estratégia baseada em capacidades – EBC.

Segundo o Ten Brig Murillo Santos, teórico do PAepc – *toda a estratégia de dissuasão é coercitiva, exige capacidade de ataque, coerção, seja de pronta-resposta ou não, senão passa a ser estratégia de resistência - defensiva*.

Pensamento estratégico é muito mais uma filosofia, uma atitude e uma cultura, processo evolutivo que trata política – poder – estratégia – bem comum - geopolítica. (Bergo, 2008)

É um processo importante, em que a instituição precisa atingir maturidade estratégica para avaliar seu comportamento em ambientes competitivos (FGV). Trabalhar seus pontos fortes e suas vulnerabilidades, enxergar as oportunidades e neutralizar/eliminar as ameaças.

Informação é a maior riqueza estratégica existente e as informações conectadas constituem as oportunidades – a cultura e a inteligência do grupo são essenciais no processo estratégico. (Bergo, 2008)

Pensamento estratégico é um conceito abstrato de construção da realidade, fruto da análise dos cenários e, assim, transfere vida aos objetivos geoestratégicos, validados ou não pelos planejamentos estratégicos na sua análise de viabilidade (APA).

Análise do Cenário da Conjuntura Atual – situação presente – pontos fortes x vulnerabilidades do PAepc

O processo decisório do pensamento estratégico segue alguns passos (método SWOT): focando os objetivos nacionais de defesa – construir e analisar o cenário da conjuntura atual, levantando no ambiente interno os pontos fortes (*strengths*) do PAepc e as suas vulnerabilidades ou fraquezas (*weaknesses*), deduzindo daí a amplitude do poder nacional, referente ao PAepc.

Análise do Cenário de Visão Prospectiva –situação futura – oportunidades x ameaças

E, então, construir e analisar um cenário futuro, identificando no ambiente interno e externo as oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) existentes ou potenciais para neutralizá-las ou eliminá-las.

Estas análises de cenários possibilitam definir o pensamento estratégico militar do PAepc e seus objetivos geoestratégicos, numa região definida. (Bergo, 2008)

O Arco Amazônico - Amazônia Brasileira 5.200.000 quilômetros quadrados - Cenários

Cenário da Conjuntura Atual (pontos fortes x vulnerabilidades do PAepc/Arco Amazônico) – meios aéreos e de comando e controle C2

Proposta de modificação de paradigma, considerando adquirir capacidade de dissuasão crível, coercitiva; para tanto, o PAepc, tendo em vista seus pontos fortes e vulnerabilidades, deveria adequar sua estrutura organizacional/operacional de comando e controle C2, inteligência operacional e seus meios aéreos (DA, ATQ, SEAD, C-SAR, REVO etc.), na Região Amazônica.

Cenário Nacional (oportunidades x ameaças)

Cobiça Internacional; Biodiversidade, Riquezas Naturais e Minerais, Bacia fluvial – Ameaças de Intervenção, Destruição Florestas Tropicais, Proteção das Minorias Étnicas.

Extensão Territorial, Limitações e Ausência do Estado, Ilícitos transnacionais.

Cenário Internacional (**qualificação da ameaça)** Causas e consequências. Globalização sem fronteiras, a nova ordem internacional, a banalização do conceito de soberania. Os novos atores, os movimentos sociais – minorias étnicas, intervenções humanitárias. Os ilícitos transnacionais (contrabando de drogas/armas, terrorismo, pedras preciosas e lavagem de dinheiro, dentre outros). Relações Internacionais – A instabilidade político-ideológica e estratégica dos países vizinhos, na Amazônia Ocidental – socialismo bolivariano/cubano.

9. CONCLUSÃO

Pensamento estratégico nacional – Reflexão

No caso brasileiro, as questões da defesa, segurança e soberania exigem o engajamento da sociedade a partir de um pensamento estratégico nacional consistente e coerente, para que sejam entendidos os jogos de poder, ganhos e perdas no plano internacional. O discurso estratégico, quando existe, não raramente se reveste de mera retórica, sem força de execução. No plano da defesa interna e da segurança internacional, o Estado brasileiro diminui o seu poder de interlocução e de presença no cenário regional e mundial.

Falta vontade política e, assim, falta também projeto de força – Dissuasão é demonstração de Poder. (Figueiredo, Eurico, 2006) ■

A PREVIDÊNCIA MILITAR
Uma resenha

Renato Paiva Lamounier
Cel Av
rplamounier@gmail.com

Estudo 01/2007 da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), de autoria do Cel Int Benedito Bortoletto (encaminhado ao Comandante da Aeronáutica pelo Ofício nº 1.062/SUCONT, de 20 de novembro de 2007)

Preâmbulo

Há alguns anos, não sei quantos, assisti no Clube Naval, no Centro do Rio de Janeiro, a uma série de três apresentações (segunda, quarta e sexta à noite) feitas por um almirante da Reserva sobre o tema Pensão Militar. Lamentavelmente não me recordo do nome de tão insigne oficial, mas dele guardo lembrança pelo preciso e precioso conteúdo da sua exposição. A maneira competente com que mostrou todos os seus aspectos, especialmente o fato de que a mesma era superavitária (como ainda o é), se lhe fossem apli-

cadas as regras atuariais e os devidos princípios da boa e correta administração financeira, mormente quando se trata de bens de terceiros confiados à gestão de outrem. Em se tratando de, e apesar de ser o seu gestor um Agente Público, esta administração não tem sido eficiente e, tampouco, transparente, pois, para o Fundo em pauta a União com nada contribui (ao contrário do que generosamente faz para outras entidades) e os únicos e verdadeiros instituidores da Pensão Militar não participam da sua administração. Por oportuno, registre-se que, também, nos Fundos de Saúde das três Forças, os contribuintes não são informados de quanto é arrecadado, quanto é gasto e como é gasto, além de não participarem das decisões quanto ao que somente a eles pertence, uma vez que também para estes Fundos o Tesouro Nacional com nada contribui.

Coroando este cenário, pairam sobre ele os fantasmas da Orçamentação e do Contingenciamento, os quais, quando feitos sobre bens alheios, constituem uma apropriação indébita, configurada como crime para os empresários que não recolhem aos devidos destinos os valores descontados de seus funcionários.

Finalizando este breve preâmbulo, faz-se necessário registrar a brilhante comparação feita pelo citado almirante naquelas palestras no Clube Naval, com os vultosos valores legados pelo cientista sueco Alfred Bernhardt Nobel ao Prêmio que leva o seu nome, cujo Fundo é administrado há mais de 100 anos, com tal eficiência e lisura que lhe foi conferida a perenidade até hoje desfrutada pela Ciência e pelo Bem Comum. Se fossem aplicados os mesmos princípios e a mesma prática à nossa mais do que bicentenária Pensão Militar (originada em 1795 a partir do lendário Montepio Militar), não haveria agora estes questionamentos infundados.

Abordando então o Estudo da SEFA, objeto desta Resenha, cumpre mencionar que, apesar da complexa e extensa natureza do tema, o seu Autor o fez com muita competência, objetividade e concisão, não deixando de considerar todos os seus aspectos relevantes. Ao argumentar de forma inquestionável, com base nas Ciências Contábil-Financeira e Atuarial, à luz da Razão e da Justiça, afasta o véu da ignorância de muitos e da deliberada má intenção de alguns, os quais se aventuram irresponsavelmente em meandros por eles desconhecidos e de vital importância na estrutura de um país devidamente organizado. Ademais, forneceu aos Comandantes Militares, especialmente ao Presidente da República, como Comandante Supremo das Forças Armadas, os elementos necessários para a tomada de decisão adequada. Decisão esta calcada nos Formuladores de Políticas e nos Formadores de Opinião, cuja voz de seus representados ressoa nos parlamentares do Congresso Nacional. Diferente disto é leviandade e desprezo ao preceito da Isonomia, cuja definição é a Igualdade de todos perante a Lei como princípio constitucional. Entretanto, o que se entende por igualdade? Segundo os ensinamentos jurídicos do grande Ruy, a Igualdade é o tratamento desigual para os desiguais na medida em que eles se desigualam. Também do consagrado Águia de Haia foi a tese vitoriosa naquele Tribunal internacional sobre A Força do Direito e, não, o Direito da Força. Vê-se no primoroso e completo estudo do Cel. Int. Benedito Bortoletto que, justamente o segmento da sociedade brasileira, supostamente detentor da Força e que nunca dela prevaleceu em seu proveito, confia e recorre à Justiça e ao Direito, como nos ensinam Rudolfvon Jhering [1] e Antônio Vieira [2], para o reconhecimento de um direito conquistado mediante o pagamento durante toda uma vida, em média por cerca de 65 anos e muito além do tempo de serviço ativo, diferentemente de todos os demais cidadãos. Este direito não pode ser confundido como um benefício, uma vantagem ou mesmo uma compensação, pois não é uma dádiva do Estado. Na verdade, a dádiva que existe e quem a faz são os Militares ao Estado, pois demonstrado está, à exaustão, de que, considerando a vida média do brasileiro, a Pensionista, se sobrevive ao instituidor da Pensão, o é por um período muito inferior ao suficiente para usufruir do montante por este a ela legado. Simples assim, pura aritmética e, nela, os números não mentem jamais!

Voltando ao tema da Igualdade, é necessário invocar a Constituição Federal de 1988 (CF 88) em alguns dos seus mandamentos: o seu Art. 1º, Parágrafo único estatui: Todo o Poder emana do povo, que o exerce por meio (...). Daí o acertadíssimo entendimento de que as Forças Armadas se subordinam ao Presidente da República como seu Comandante Supremo e como representante da soberana vontade da maioria da população. Inexiste, pois, a chamada sociedade civil e, tão somente a sociedade brasileira composta por todos os seus variados segmentos e nela, como todos os demais, os Militares conforme definido pela CF 88 (Tít. V, Cap. II) e o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/80). Sociedade civil é tão-somente um termo jurídico para definição de uma agremiação que se organiza de acordo com um preceito legal a ela aplicável, e esta expressão geralmente encabeça o Regulamento destas agremiações, sociedades etc. Não cabe ela, pois, na formação do Estado Democrático de Direito, de acordo com as primeiras letras da nossa Carta Magna. Passemos ao Art. 5º da CF 88, em que reza: Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza (...). Não obstante, o Art. 37, inciso XVI estabelece que nenhum servidor público poderá acumular dois cargos, exceto: dois cargos de professor, ou um cargo de professor com outro de natureza técnica ou científica e, ainda, aos profis-

sionais da Saúde é permitido o acúmulo de dois cargos da mesma natureza. Eis aí uma situação em que o Constituinte entendeu que o princípio da Igualdade do Art. 5º não é absoluto e deve ser regido por peculiaridades que assim o exigirem. Este mesmo raciocínio se aplica aos Militares pela atipicidade da sua atividade, em que muitos dos direitos gozados por todos os demais cidadãos lhes são negados por uma natural e óbvia exigência da profissão. Profissão esta com a qual se identificam os Militares e livremente abraçam, aceitando consciente e espontaneamente as restrições impostas. por reconhecerem a total incompatibilidade entre os propósitos inconciliáveis entre ambos, ou seja, plenos e igualitários direitos, benefícios e regalias sem as obrigações inerentes e indispensáveis à profissão. Por isto, por uma questão de lógica e coerência com os fundamentos do Ideal como base da carreira, nada reivindicam além do reconhecimento e a devida compensação, jamais privilégios, como ora vigente na Previdência dos Militares. Mas, também, não podem abrir mão do indispensável como justificativa para a dedicação sem limites ao citado Ideal. Faz-se necessário entender que a natureza da profissão militar fundamenta-se, como em outras atividades humanas, na Vocação e na Motivação.

Caberá, então, à sociedade brasileira decidir que tipo de Forças Armadas deseja e que precisa o país dentro da própria Nação, diante do mundo e em face da História. Esta decisão não cabe aos Militares, para quem, sem hipocrisia e como seres humanos que são, o dinheiro não é importante. Ele é, na verdade, muito importante; mas não é a mais importante das coisas. O mais importante é acreditar no que se faz. Aos Militares de hoje e, possivelmente aos de amanhã, cabe, tão-somente, avaliar se vale a pena oferecer tanto e receber tão pouco, se compensa os sacrifícios e, dentre estes, o do bem supremo da vida.

Eis aí a grande questão!

O referido Estudo nº 01/2007 contém 21 páginas, com 15 planihas, donde a necessidade desta Resenha para, em benefício da brevidade e do espaço disponível, levá-lo ao conhecimento de quem interessar possa e, sobretudo, dos aludidos Tomadores de Decisão, Formuladores de Políticas, Formadores de Opinião e, acima de tudo, ao cidadão brasileiro lúcido e esclarecido, como contribuinte e beneficiário do serviço que lhes prestaram as suas Forças Armadas num passado já tri-centenário, o fazem na atualidade e, se for esta a vontade soberana do povo, continuarão a fazê-lo no futuro promissor que ajudarão a construir.

Por último, mas não menos importante, o Secretário da SEFA apresentou o Estudo para servir de comparação com os Fundos de Previdência e Aposentadoria Complementar, como os instituídos pelo Banco do Brasil e PETROBRAS, assim como pelas numerosas Empresas Estatais, Autarquias e alguns órgãos da Administração Direta. Entretanto o faz sem mencionar a generosa contribuição do Tesouro Nacional para esses Fundos. Este é o argumento final para derrubar, entre outras distorções, a nefasta intenção de jogar a população contra as Forças Armadas, como parte do plano permanente de esfacelamento da Nação para, ao demolir o sólido pilar por elas representado, reinar sobre o caos e estabelecer o poder que buscam desde 27 de novembro de 1935.

COM A PALAVRA, POIS, O POVO BRASILEIRO! ■

OBSERVAÇÃO

O Estudo em epígrafe está a aguardar, paciente e esperançosamente, há mais de onze anos, a apreciação por quem de direito, para ser acatado ou refutado, desde que com argumentação condizente. Para conhecimento geral e maior divulgação encontra-se disponível, na íntegra, no site do Clube ***www.caer.org.br.***

NOTAS

[1] O Direito não é pura Teoria, mas uma Força Viva. Também a Justiça mantém numa das mãos a Balança em que pesa o Direito, enquanto na outra sustenta a Espada com que o defende. A Espada sem a Balança é a força bruta, a Balança sem a Espada é a impotência do Direito. Não pode uma estar sem a outra, e só há Ordem Jurídica Perfeita quando a energia com a qual a Justiça usa a Balança é igual à habilidade com que maneja a Espada. (Rudolf Von Jhering. A Luta pelo Direito. Viena, primavera de 1872)

[2] Senhor! Não Vos hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando, pois esta é a licença e a liberdade que tem quem não pede favor, senão justiça. Se a causa fora só nossa, pedira favor e misericórdia, mas como a causa é mais Vossa do que nossa e como venho a requerer por Vossa honra e glória e pelo crédito do Vosso nome, razão é que peça razão, justo é que peça justiça! (Padre Antônio Vieira. Sermões – A Apóstrofe Atrevida. Salvador, Bahia, século XVIII, por ocasião da invasão holandesa)

REFERÊNCIAS

O Resgate Justo de uma Dívida Nobre/Os Descaminhos da Isonomia/ Reivindicar é Preciso I/Reivindicar é Preciso II/Sindicalismo Militar/ Co-Gestão Sim e Urgente/Fundação Previdenciária Militar – Uma Necessidade. (Renato Paiva Lamounier. Revista Aeronáutica (202), jan./fev. 1995; (205), jul./ago. 1995; (214), jan./ fev. 1997; (215), mar./abr. 1997; (233), maio/jun. 2002; (238), mar./abr. 2003; e (242), nov./dez. 2003, respectivamente.

Ricardo Vélez Rodríguez
Ministro da Educação
Professor emérito do Curso do Pensamento Brasileiro do Clube de Aeronáutica.
rive2001@gmail.com

PENSAR EM PORTUGUÊS

A aventura do pensamento filosófico percorreu, na modernidade, o caminho das Filosofias Nacionais. Antes do advento dos tempos modernos, pensava-se em Grego ou em Latim. Com o surgimento dos Estados Nacionais e a substituição do Latim pelas línguas vernáculas, a Filosofia Ocidental passou a ser pensada nestas novas variantes da comunicação humana. Os pensadores deram renda solta às vivências locais, regionais e nacionais que se consolidaram na língua respectiva. O Pensamento Ocidental tingiu-se, definitivamente, com as cores da problemática humana vivenciada pelas Nações modernas. É meu propósito, neste artigo, discorrer sobre o tema, chamando a atenção, na parte final, para algumas características inéditas da aventura do pensar em Português, mais concretamente do Português falado no Brasil.

Dividirei a minha exposição em três partes:
1. As Filosofias Nacionais e o Estudo da Filosofia;
2. Filosofias Nacionais e Pensamento Moderno;
e 3. Características da Aventura do Pensar em Português no Brasil.

1. AS FILOSOFIAS NACIONAIS E O ESTUDO DA FILOSOFIA

O problema das Filosofias Nacionais é tema importante na evolução do pensamento contemporâneo. Não foi fácil chegar ao estágio atual de análise desapaixonada dessa questão. No contexto latino-americano, poderíamos encontrar duas posições conflitantes: a dos que simplesmente negaram a possibilidade da existência das Filosofias Nacionais, a partir do pressuposto de que o pensar filosófico ocidental já teria sido formulado pelos pensadores europeus, cabendo-nos simplesmente a missão de reproduzir os seus ensinamentos. Tal é, por exemplo, a forma em que era entendido o estudo da Filosofia nas Universidades Católicas no mundo hispano-americano, até meados do século passado. A Ratio Studiorum jesuítica, vigente até então, praticamente excluía a possibilidade de uma abordagem direta da Filosofia em termos de problemas culturais nacionais.

De outro lado, encontramos a posição dos que valorizam excessivamente as possibilidades da meditação nacional, chegando ao extremo de colocá-la como algo totalmente original, desligado, portanto, da tradição filosófica ocidental. Pretender-se-ia, nas versões mais radicais, identificar, nas culturas pré-colombianas, longínquos vestígios para uma meditação autóctone; ou, também, assinalar o elo entre as condições peculiaríssimas do nosso subdesenvolvimento e um discurso filosófico que emergisse como original resposta dialética a essas circunstâncias, apregoando um tipo prático e revolucionário de libertação. Tal parece ser, por exemplo, a proposta de Enrique Dussel, ao formular a sua filosofia da libertação ou analéctica da liberdade. (Cf. Vélez Rodrígues, 1987)

Entre esses dois extremos, situa-se o esforço desenvolvido pacientemente, ao longo dos últimos decênios, por crescente número de pensadores, no sentido de estudar a forma sob a qual a tradição filosófica ocidental é retomada e recriada no contexto das diferentes culturas da América Latina. Seria difícil fazer, neste momento, uma enumeração completa dos autores mais representativos. Remeterei simplesmente a estudos que têm sido feitos a respeito, como a publicação, patrocinada pela Organização dos Estados Americanos, em 1972, da obra intitulada Los fundadores de la filosofia en la América Latina (Pacheco [org.]), ou a coletânea de ensaios publicada pela Sociedad Venezolana de Filosofia, em 1980, sob o título de La filosofia en América (Mayz [org.]).

Restringindo a análise ao campo brasileiro, poderia salientar as três contribuições que acho mais importantes, a fim de esclarecer o objetivo e os métodos para a elaboração de uma história nacional das ideias. O lugar de destaque cabe, sem dúvida, a Miguel Reale (1910-2006), cujo trabalho à frente do Instituto Brasileiro de Filosofia desde 1949, ensejou o cultivo do pensamento nacional, livre de uma atitude polêmica e aberto às mais diversas tendências. Antônio Paim (1927) sintetizou assim a contribuição de Reale: Ao antigo espírito polêmico, que alimenta como valor primordial a conquista da vitória no combate, sobrepôs-se o empenho de aprofundamento dos temas e problemas suscitados. A par disto, o professor Miguel Reale, presidente do Instituto, elaborou um método para o exame do pensamento brasileiro, de comprovada eficácia. Consiste: primeiro, em identificar o problema (ou os problemas) que tinha pela frente o pensador, prescindindo da busca de filiações a correntes; segundo, em abandonar o confronto de interpretações e, portanto, o cotejo das ideias do pensador estudado com outras possíveis, para eleger entre uma ou outra; e, terceiro, em ocupar-se preferentemente da identificação de elos e derivações que permitam apreender as linhas de continuidade real de nossa meditação. Com semelhante espírito, alguns estudiosos conseguiram preencher lacunas, promover a reedição de textos e estabelecer novas hipóteses de trabalho. (Paim, 1979b: 11)

Em segundo lugar, merece destaque a contribuição ensejada pela obra de Antônio Paim. Alicerçado na metodologia traçada por Miguel Reale, Paim desenvolveu ampla pesquisa tentando identificar os mais importantes problemas com que se defrontou o pensamento brasileiro. Em relação à importância que, na época hodierna, no seio da cultura brasileira, ganhou o estudo das filosofias nacionais, Paim frisa: Com o processo de consolidação das nações e o abandono do Latim como língua oficial no

mundo do saber ocorre, simultaneamente, a emergência das filosofias nacionais, estruturadas em torno de determinada temática que as singulariza. A par do que tem lugar na Inglaterra, Alemanha, França ou Itália, formam-se igualmente as filosofias portuguesa e brasileira. Estas, em seus momentos mais destacados, acabam sempre privilegiando o tema da moral e deixando marcas profundas em outras esferas do pensamento, como a meditação acerca da política, da pedagogia, do direito etc. Deste modo, a discussão dos fundamentos da moralidade, na Filosofia Moderna e Contemporânea, e a formação das filosofias nacionais constituem núcleo não exclusivo, mas de importância capital em nossa cultura. (Paim, 1983a: 1).

Na obra já citada, O estudo do pensamento filosófico brasileiro, Paim sintetiza os principais resultados alcançados no relativo ao estudo dos principais problemas sobre os que se debruçou a meditação filosófica no Brasil.

Em terceiro lugar, é importante lembrar a contribuição do pensador português Eduardo Abranches de Soveral (1927-2003) ao estudo do tema das filosofias nacionais e suas implicações metodológicas. Alicerçado em aprofundada análise fenomenológica, Soveral traçou as linhas mestras do que, no seu entendimento, seria fundamental na metodologia filosófica para o estudo das filosofias nacionais (Cf. Soveral, 1979: 63-73). Soveral considera sete itens essenciais para tal estudo: a) a determinação dos filosofemas; b) o estudo das formações históricas desses problemas; c) a análise do desenvolvimento lógico historicamente dado à vigência dessas soluções nos vários contextos sociais; d) a consideração do desenvolvimento histórico dado à vigência dessas soluções nos vários contextos sociais; e) a apreensão das novidades implicadas na formulação de novos filosofemas e/ou a reformulação de filosofemas já existentes; f) a explicação das articulações lógicas que determinaram os novos filosofemas ou a sua reformulação; e g) a determinação da vigência dos novos filosofemas e/ou as suas modificações.

Referindo-se ao primeiro item, assim o explica Soveral: A determinação de filosofemas, ou seja, de problemas que, equacionados a partir das interrogações mais amplas e radicais que se abrem ao espírito do homem, exigem soluções inteligíveis e exaustivamente fundamentadas. (Soveral, 1979: 63).

O ponto de partida da metodologia apresentada pelo pensador português coincide, em essência, com a metodologia assinalada por Reale para o estudo do pensamento brasileiro. Trata-se de não prejulgar acerca da filosofia de determinado autor, mas de ouvi-lo, tratando de entender a problemática a que pretende responder.

2. FILOSOFIAS NACIONAIS E PENSAMENTO MODERNO

Existe uma Filosofia Brasileira? A esta pergunta pode-se dar dois tipos de respostas positivas: a primeira, arrolando os autores que, desde o período colonial, se têm ocupado em discutir a problemática do existir do homem e do mundo, numa perspectiva filosófica. A segunda, inquirindo acerca da forma assumida pela meditação filosófica no início da Idade Moderna, após a dissolução da unidade linguística, religiosa e filosófica, que campeou na Europa ao longo da Idade Média. Esta resposta mostraria que o pensamento moderno emergiu tingido de Filosofias Nacionais. Aplicando o princípio escolástico de que ab esse ad posse valet illatio teríamos que, se as Filosofias Nacionais são um fato, a questão da Filosofia Brasileira se insere nesse contexto.

A questão da possibilidade da Filosofia Brasileira tem sido debatida de forma sistemática pela Corrente Culturalista, notadamente, como foi frisado no item anterior, por Miguel Reale e Antônio Paim. Ilustrarei, a seguir, dois aspectos que acompanham o surgimento das filosofias nacionais: 1. A crise da unidade cultural, decorrente da paulatina substituição do Latim pelas línguas vernáculas; e 2. As novas questões emergentes no pensamento moderno.

1. A crise da unidade cultural decorrente da paulatina substituição do Latim pelas línguas vernáculas

É sabido que, ao logo da Idade Média, o Latim que se falava nas Universidades não correspondia à versão clássica de Horácio, Tito Lívio, Virgílio e Cícero. Assim como a Língua Grega conheceu duas versões, o elegante Dialeto Ático em que escreveram os grandes poetas e a versão tardia conhecida como Koiné ou Língua Comum (em que foi vertido o Novo Testamento e em que foi escrita a obra de Aristóteles), o Latim conheceu duas variantes: a Clássica e a denominada de Latim Vulgar. Este último constituiu o veículo de comunicação nas Universidades Medievais, e nele foram escritas as principais obras da Filosofia Escolástica. Assim, Pedro Abelardo, Alberto Magno, Tomás de Aquino, Boaventura, Duns Scot, Guilherme de Ockham etc. utilizaram essa forma da Língua Latina.

O Latim Vulgar (Cf. Erradonea, 1954: 956. v.II) é uma variante da clássica Língua Latina, inspirada no seu sistema vocálico, mas diferente desta, porque a expressão cuidadosamente polida dos grandes poetas e prosistas não era entendida pela massa, que falava uma língua menos cuidada. Não devemos, no entanto, buscar a origem do Latim Vulgar no chamado Baixo Latim dos notários merovíngios. Assinalar uma data para fixar a Antiguidade do Latim Vulgar é empresa muito difícil. De uma maneira geral, pode-se assinalar como período em que aconteceu a sua difusão, o século II do Império. Contribuíram para isso a criação de colônias com veteranos das legiões, naquelas regiões dominadas por Roma e, de outro lado, a pregação do Cristianismo. Esta nova religião, tendo buscado os seus prosélitos entre pessoas de humilde condição principalmente, obrigou os primeiros escritores cristãos a se comunicarem no dialeto popular e a introduzirem, assim, uma fala cheia de vulgarismos, ao lado do Latim literário da decadência do Império.

A relação das duas línguas, a clássica e a vulgar, se revela no sistema vocálico, que conservou a acentuação na penúltima ou antepenúltima vocal, mesmo depois de perdida a quantidade, na mesma vocal. Na morfologia, foi simplificada a declinação dos substantivos e adjetivos, da mesma

forma que a conjugação dos verbos. Na sintaxe, a livre colocação dos termos da proposição cedeu lugar a um sistema construtivo, que não permitia a separação arbitrária dos vocábulos. (Cf. Erradonea, 1954: 956-8. v. II) Ao elegante período ciceroniano: Quousque tandem abutere, Catilina, patientia nostra?, sucede o cotidiano: Respondeo dicendum quod das Summas medievais.

O Latim Vulgar permaneceria, ao longo da Idade Média, vinculado às necessidades pedagógicas da Igreja. A estabilidade do saber estava garantida pela prelação que tinha a Teologia sobre outras formas de conhecimento. O papel do Latim Vulgar como veículo para o acesso ao conhecimento da tradição eclesial e da liturgia, vinculava-se a essa alta finalidade teológica e religiosa. O trivium e o quadrivium medievais, longe de serem um tirocínio na cultura clássica em si, estavam destinados, basicamente, a manter viva a tradição da Igreja. (Cf. Bréhier, 1978: 38)

O caráter instrumental que desempenharam o Latim e, em geral, a cultura clássica, ao longo da Idade Média, abriu as portas para a paulatina substituição da Língua do Lácio pelas vernáculas, quando entrou em crise a síntese da escolástica medieval. Elemento fundamental dessa crise foi, sem dúvida, o espírito do Nominalismo que, de forma análoga aos antigos céticos, se insurgiu contra a hegemonia dos grandes sistemas metafísicos e aderiu à dúvida perante essa realidade. Assim caracterizou Bréhier essa reação: Temos pela frente, nos séculos XIV e XV, ao lado de espirituais e místicos, homens práticos e lógicos, de espírito frio e sóbrio, que perderam o entusiasmo religioso animador das gerações das grandes cruzadas, e adquiriram, na complicada diplomacia que exige nessa época o menor assunto, esse espírito claro e positivo que caracteriza sua doutrina. O nominalismo dessa época é algo muito diferente de uma solução particular do problema dos universais: é um espírito novo que desconfia das realidades metafísicas que os peripatéticos e os platônicos acreditavam haver descoberto, que se atém, tanto quanto possível, experiência e, sem rejeitar as verdades da fé, consideram-nas, em geral, heterogêneas e inacessíveis à razão. (Bréhier, 1978: 183-4)

A crítica ensejada pelos Nominalistas, notadamente por Guilherme de Ockham (1280-1349) ao peripatetismo, especialmente à doutrina dos universais, marca o início da crise da escolástica. Alguns Nominalistas como Nicolau Oresme (que estudava Teologia em Paris em 1348, e faleceu em 1382, como bispo de Lisieux) começaram a escrever os seus tratados em língua vulgar. Oresme escreveu o Comentário aos livros do céu e do mundo em que, além de criticar a física que se ensinava na Idade Média, formulava conceitos como o de coordenadas (que posteriormente foi desenvolvido por Descartes) e descobriu a fórmula exata do espaço percorrido por um corpo que cai em movimento uniformemente acelerado. Galileu posteriormente trabalhou sobre esta fórmula. (Cf. Koiré, 1966: 60-94) Vê-se, neste caso, de que forma, ao passo que a problemática filosófica muda (conferindo autonomia à observação científica), evolui também a forma de se comunicar essa problemática: passa-se do Latim à língua vernácula.

Esfacela-se a unidade cultural da Europa medieval, representada na unidade de temática e de perspectiva das grandes sínteses da Escolástica. Ao lado do surgimento das línguas nacionais como formas de comunicação no mundo da cultura, aparecem problemáticas bem típicas das diferentes nacionalidades. Poderíamos mencionar alguns aspectos desse novo perfil cultural: o primado da experiência no mundo anglo-saxão; a questão religiosa da interpretação das Escrituras na Alemanha de Lutero; a virtù, entendida como dimensão puramente humana e a visão do Estado como obra de arte, na Itália de Maquiavel; o agravamento da polêmica acerca das relações entre fé e razão (em decorrência do legado dos averroistas latinos e dos questionamentos dos Nominalistas), na Universidade de Paris; e o sentido de missão que empolga os nascentes impérios espanhol e português, consolidados numa luta secular contra o invasor muçulmano etc.

Um fenômeno que mostra a perda da unidade cultural da Europa é a progressiva preferência dos pensadores pela língua nacional. Ao passo que um filósofo da projeção de Leibniz (1646-1716) escreve as suas primeiras dissertações em Latim (De principio individui, 1663; Dissertatio de arte combinatoria, 1666; Hypothesis de physica nova, 1671; Theoria motus abstracti, 1671), reserva para a língua vulgar os seus mais importantes tratados (Discours de Métaphysique, 1686; Système nouveau de la nature, 1695; Considérations sur la nature d'un esprit universel, 1697; Nouveaux essais sur l´entendement humain, 1701-1704; Essais de Théodicée sur la bonté de Dieu, la liberté de l´homme et l´origine du mal, 1710; Monadologie, 1714; e Principes de la nature et de la grâce fondés en raison, 1719).

Fenômeno semelhante encontramos num contemporâneo de Leibniz, Sir Isaac Newton (1642-1727). Sabe-se da importância que o grande físico dava às questões teológicas. Este autor escreveu em Inglês justamente a parte da sua obra relativa a esse item, sobressaindo o livro Observations on the prophecies of Daniel and the Apocalypse of St. John (publicado em 1733). A parte científica da sua obra foi escrita em Inglês (Optick, 1704) e em Latim (Philosophiae naturalis principia mathematica, 1687).

2. As novas questões emergentes no pensamento moderno

À perda da unidade cultural da Europa, ensejada pela ascensão das línguas vernáculas e o recuo do Latim correspondeu, também, outro fenômeno: os pensadores passaram a se questionar, nos diversos países, acerca de problemáticas até então desconhecidas, desvinculadas da questão teológica que encampou o discurso ao longo da Idade Média. O novo espírito do tempo pode muito bem ser exemplificado na descrição que Leonardo da Vinci (nascido em 1452) faz da sabedoria: ela não se encontra no antigo saber escolástico, mas nos conhecimentos obtidos da experiência. A respeito disso, frisa o artista e pensador renascentista: Mesmo que eu não soubesse (...) invocar o testemunho dos autores, citarei algo muito maior e mais

digno, invocando o testemunho da experiência, mestra dos mestres mesmos. Estes andam envaidecidos e pomposos, vestidos e enfeitados, não com as suas próprias fadigas, mas com as alheias, e não querem conceder as mesmas a mim mesmo. E se menosprezam a mim, inventor, quanto mais não poderiam ser censurados eles, que não são inventores, mas pregoeiros e recitadores das obras alheias? (Apud: Mondolfo, 1967: 21-22)

Sem dúvida alguma que a Reforma Protestante significou um passo de importância capital no surgimento das novas questões que empolgariam, doravante, a meditação filosófica. O movimento empreendido por Martinho Lutero (1483-1546) na Alemanha, além de ter representado a primeira grande tentativa de valorização da língua alemã, ensejou, com a tradução do texto sagrado para a língua vernácula e a instituição do livre exame, o primeiro passo de independência do indivíduo em relação à tradição controlada pela Igreja. O primeiro direito individual a ser conquistado no mundo moderno foi este: o de se relacionar pessoalmente com Deus e o de interpretar, no silêncio da própria consciência, as Sagradas Escrituras. É a primeira grande conquista do individualismo, que será continuada, nos séculos vindouros, por outras conquistas, até se chegar à formulação dos direitos inalienáveis dos indivíduos à vida, à liberdade e às posses, de que se desincumbiria a filosofia inglesa dos séculos XVII e XVIII com Locke, Shaftesbury, Hume etc.

Outra questão emergente é a dicotomia moral-religião e a formulação da moral social de cunho consensual na Inglaterra. Quanto ao primeiro aspecto da questão, a dicotomia entre moral e religião, um passo fundamental é dado na Itália, ao longo dos séculos XV e XVI. Maquiavel (1467-1517) será o grande formulador dessa mudança. Contrapondo-se à tentativa ensejada por Savonarola (1452-1498), no sentido de organizar a República de Florença em bases teocráticas, Maquiavel considerava que uma nova ordem de valores devia presidir a construção do Estado. Este possui, entre as suas características fundamentais, o uso da violência. Maquiavel formulou uma nova moral de cunho político, que olhava para o resultado da ação e não tanto para as intenções do agente. É o que Max Weber (1864-1920) denominou posteriormente de ética de responsabilidade, que se diferencia da ética de convicção. (Cf. Weber, 1986) Para o homem da Renascença Italiana, como frisou Jacob Burckhardt (Cf. Burckhardt, 1877: 7-17), o Estado é uma obra de arte que responde a um projeto individual do príncipe. Este deve, antes de tudo, ser virtuoso, no sentido greco-romano do termo, ou seja, capaz de governar e de garantir segurança e tranquilidade para a Polis.

Essa mudança fundamental realizada na Itália renascentista, ao desvincular a moral política da religião, foi continuada posteriormente na Inglaterra. A partir do século XVI vamos encontrar, nas Ilhas Britânicas, a preocupação com a fundamentação de uma moral independentemente da religião e que fosse formulada pela sociedade, através de um consenso. As figuras mais importantes desse empenho foram Anthony Ashley Cooper, conde de Shaftesbury (1671-1713), John Locke (1632-1704), David Hume (1711-1776) e Adam Smith (1723-1790). Outros representantes dessa tendência foram Francis Hutcheson (1664-1746), Joseph Butler (1692-1752) e Bernard de Mandeville (1670-1733). A discussão da moral social acompanhou, na Inglaterra do século XVII, as questões da representação e da tolerância, amplamente formuladas por Locke nas suas Cartas sobre a tolerância (Cf. Locke, 1996) e o Segundo tratado sobre o governo civil (1690). (Cf. Locke, 1998).

Outra questão emergente foi colocada pelo projeto ibérico de alargar as fronteiras culturais sobre os outros Continentes, no contexto do magno esforço colonizador ensejado pela Espanha e por Portugal ao longo dos séculos XVI e XVII. Consoante Richard Morse, (...) A guinada espanhola em direção ao tomismo no século XVI – ou seja, em direção a uma visão do mundo do século XIII, que unicamente tinha conquistado adesões esparsas nos três séculos intermediários – explica-se precisamente pela modernidade da situação histórica da Espanha, ou seja, pela exigência com que se defrontava de conciliar uma racionalidade para um Estado moderno com as afirmações de uma ordem mundial ecumênica, ou de adaptar os requerimentos da vida cristã à tarefa de incorporar povos não cristãos à civilização europeia. (Morse, 1982: 47)

O caso de Portugal era, no sentir do citado autor, semelhante ao da Espanha, embora o papel cartorial do Estado fosse mais marcante. A respeito, frisa Morse: (...) A maior homogeneidade do país, a sua consolidação mais antiga, a monarquia mais centralizada, as aventuras "civilizadoras" menos ambiciosas do país em ultramar, tudo se combinava para limitar os horizontes efetivos da atividade intelectual. (Morse, 1982: 47)

Os dois aspectos analisados revelam que, no início da Idade Moderna, ficou aberta a porta para uma forma diferente de fazer filosofia, a partir das peculiaridades assumidas pela meditação dos autores sobre novas questões emergentes, no seio das várias nações. A quebra da unidade linguística e a adoção das línguas vernáculas favoreceram o processo diferenciador, na discussão dos problemas. A pesquisa iniciada pelos culturalistas, no Brasil, em relação ao pensamento nacional, alargou-se ao pensamento português, tarefa de que se desincumbiu, ao longo dos últimos trinta anos, a geração de pesquisadores formados na Universidade Gama Filho, no início da década de 80 do século passado, por Antônio Paim e Eduardo Abranches de Soveral, ao ensejo do Programa de Pós-graduação em Pensamento Luso-brasileiro. Leonardo Prota, na Universidade Estadual de Londrina e nos Encontros Nacionais de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira (por ele organizados no período compreendido entre 1989 e 2001), fez amplo balanço do caminho tomado pelas principais filosofias nacionais, destacando as semelhanças e as diferenças em face da meditação brasileira. (Cf. Prota, 1989-2003. 7 v.)

3. Características da Aventura do Pensar em Português no Brasil

Quando falamos à luz do Logos,

damos vazão às nossas crenças fundamentais. Ora, quais seriam, no caso da meditação filosófica brasileira, essas crenças que deram ensejo às nossas ideias mestras? Considero que, no caso, entraram na torrente da nossa reflexão duas séries de convicções alicerçadas sobre crenças profundas: primeiro, retomando a herança portuguesa da filosofia da saudade, uma linha de pensamento com raízes neoplatônicas e barrocas, que terminou desaguando na denominada Escola de São Paulo. Constitui o núcleo doutrinário dessa tendência, a crença radical de que há um arquétipo preexistente ao qual tudo deve ser referido para ter validade e, paralelamente, de que houve uma queda da atual feição da realidade, que constituiria, assim, cópia imperfeita da plenitude ôntica de um passado primordial que cumpre reviver, mediante um processo catártico de índole pitagórico-platônica. Constitui esta variante uma retomada do neoplatonismo. Essa linha de pensamento se formou hodiernamente, no caso brasileiro, ao redor do pensamento de Vicente Ferreira da Silva (1916-1963) (Cf. Silva, 1964), que elaborou uma filosofia com tintes órficos e numinosos de intuição do mistério do Ser, dando continuidade, na nossa meditação, à rica tradição ensejada pela metafísica da saudade, tão densa na meditação portuguesa moderna e contemporânea, que aflora hoje na tendência denominada de filosofia portuguesa, fartamente estudada por Antônio Braz Teixeira e, mais recentemente, por uma geração de jovens pensadores, aglutinados ao redor da revista Nova Águia, editada no Porto sob os cuidados da jovem pensadora Celeste Natário.

A segunda linha de pensamento passou a girar ao redor de outra herança portuguesa: a do Iluminismo consolidado na obra pombalina e na sua reforma educacional, que afetou profundamente as nossas instituições de ensino e a meditação filosófica, tendo-as condicionado ao que se denominou de paradigma do empirismo mitigado e da postura cientificista. Consolidou-se tal tendência à luz da crença de que haveria uma ciência primordial de índole prática, à qual deveria ser referido todo o arcabouço do saber, a ser administrado por um líder, no contexto da concepção do despotismo ilustrado. Velha reencarnação do Iluminismo absolutista ensejado na França por Luís XIV que, em Portugal, encontrou o seu ponto alto no reinado de Dom José I e do seu primeiro-ministro, o marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, na segunda metade do século XVIII. A manifestação contemporânea de tal tendência na meditação brasileira se dá na corrente do cientificismo marxista que, misturada a formas agressivas de leninismo, como o pensamento gramsciano, encontrou canais de realização política na era lulopetista (Cf. Paim, 2002), que se assenhoreou do poder a partir de 2002. Na seara doutrinária, tal corrente encontrou adequado canal de manifestação na teologia da libertação (Cf. Vélez Rodríguez, 1987), um de cujos arautos, no terreno filosófico, foi o padre Henrique Cláudio de Lima Vaz (Cf. Paim, 1979a). A manifestação mais abrangente dessa tendência do cientificismo no século XX foi, na realidade brasileira, a vertente conhecida como segunda geração castilhista (Cf. Vélez Rodríguez, 2010), que encontrou em Getúlio Vargas (1883-1954) o seu mais importante demiurgo, o qual se alicerçou no positivismo gaúcho e no saint-simonismo, bem como na doutrina do autoritarismo instrumental formulada por Oliveira Vianna (1883-1951), da qual se louvou, outrossim, o regime militar (1964-1985) para a sua ação reformista (Cf. Vélez Rodrigues, 1997).

Uma terceira linha de pensamento consolidou-se a partir da nossa experiência como Nação, que tentava construir o Estado como instrumento de integração dos clãs esparsos na vastidão continental das fronteiras, que foram estrategicamente alargadas sobre o Império espanhol, à luz do Tratado de Tordesilhas, mantendo a unidade nacional e a identidade linguística. Essa experiência foi forjada pelos estadistas do Império e pela elite denominada por Oliveira Vianna de Homens de Mil. A partir de tal instância cultural foi formulado o ecletismo espiritualista do século XIX por Domingos Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaia, que deitou os alicerces doutrinários para a obra civilizacional e a construção das Instituições do governo representativo, consolidadas no Segundo Reinado. A crença fundamental que alimenta o arcabouço doutrinário desta tendência foi a de que somente na defesa intransigente da liberdade e da consciência individual seria possível construir, de forma duradoura, as instituições que garantissem a dignidade humana. Afinou-se, assim, esta tendência com as modernas versões do liberalismo clássico de Locke, Kant, Jefferson, Tocqueville etc., constituindo versão política alternativa ao democratismo rousseauniano.

A partir da crítica de Tobias Barreto e Sílvio Romero (os mais destacados representantes da denominada Escola do Recife) ao cientificismo de inspiração pombalina e positivista, estruturou-se a Corrente Culturalista que enriqueceu a convicção do ecletismo espiritualista em prol da liberdade e da consciência individual com o desenvolvimento doutrinário de Kant (1723-1804) e do neokantismo. Esta escola de ideias, cujos máximos representantes na atualidade são Miguel Reale e Antônio Paim é, sem dúvida, a que maior envergadura tem mostrado no que tange à sua vitalidade e à função crítica, tanto dos dogmatismos quanto do autoritarismo que, no ciclo republicano, forjou-se nos vários momentos em que se tentou reeditar a ditadura científica (Cf. Paim, 2006) ■

ENSAIO - 5

Produzido por Ricardo Vélez Rodríguez para os estudos do Pensamento Brasileiro no Clube de Aeronáutica. Leia no site www.caer.org.br

RELATO HISTÓRICO DOS ACONTECIMENTOS

AGOSTO 1961-MARÇO 1962

Brig Ar Luiz Carlos Baginski Filho
loise.b@terra.com.br

BASE AÉREA DE CANOAS (BACO)

O presente documento elaborado pelo então Ten Av Luiz Carlos Baginski Filho é um relato dos acontecimentos ocorridos em agosto de 1961, decorrentes da renúncia do presidente do Brasil Dr. Jânio Quadros. Os fatos aqui narrados foram vivenciados pelo autor do texto.

Iniciei minha carreira como oficial aviador na Base Aérea de Fortaleza, em 1957, no 1°/4° GAv, onde realizei o Curso de Formação de Pilotos de Caça voando as aeronaves F-47 e T-6. Ao final do ano fui transferido para o 1º/14° GAv, sediado na Base Aérea de Canoas, para voar as aeronaves Gloster Meteor TF-7 e F8, as primeiras aeronaves a jato da Força Aérea.

O período em que servi no Esquadrão foi extremamente gratificante, pois consegui galgar as qualificações de Líder de Elemento, de Esquadrilha e de Esquadrão. Esta última qualificação foi em uma Missão Operacional em Cumbica, sendo checado pelo Comandante do Esquadrão. Tive, também, a oportunidade de participar de quatro Manobras da Força Aérea/EAOAR, que me deram muitos conhecimentos do Curso de Tática Aérea, o qual iria realizar somente sete anos mais tarde, em 1968.

Para manter as qualificações de Voo por Instrumentos, concorria às Escalas de Voo de T6-G e de C-45 Beechcraft, da Base Aérea e do Quartel-General.

Em 24 de agosto de 1961, fui acionado às 3h para realizar a missão de transporte do Subcomandante da BACO, Ten Cel Evaristo, para Cachoeiro do Itapemirim, em virtude do falecimento de seu pai. O outro piloto escalado foi o Ten Sidiney O. Azambuja e a aeronave foi o C-45 2827 (D-18S). Ao retornar para a BACO, após 11h20 de voo, verificamos que já estava montada a área para receber no dia seguinte, 25 de agosto de 1961 (sexta-feira), o Presidente da República, Dr. Jânio Quadros.

Em 25 de agosto de 1961, pela manhã,

ainda me recuperando da jornada do dia anterior, fui informado em minha residência, de que a Base estava entrando em estado de Prontidão e que eu deveria me apresentar imediatamente. Apresentei-me no 1º/14º GAv, equipado com macacão de voo e com a arma de defesa pessoal (Colt 45), conforme previsto nas Normas para tal situação. Os pilotos permaneciam na Sala dos Pilotos sem saber o que estava ocorrendo. As informações oriundas dos noticiários, transmitidas pelas rádios, eram muito vagas e contraditórias sobre a renúncia do Presidente! De acordo com as Normas Operacionais, na situação de Prontidão, as aeronaves deveriam ser municiadas e estacionadas no pátio com a proa para o sul, por medidas de segurança. Dedicados à operacionalidade do Esquadrão, sem nos envolvermos com atividades políticas, desconhecíamos o que estava ocorrendo no Quartel-General da 5ª Zona Aérea, e mesmo no interior da Base. Notícias sobre o impedimento da posse do Vice-Presidente e a criação da Rede da Legalidade comandada pelo Governador Leonel Brizola, apelando para os sentimentos do Povo Gaúcho, tomaram conta dos radinhos. O Comandante do Terceiro Exército, Gen Machado Lopes, logo se pronunciou favorável à posse do Vice-Presidente, definindo a posição do Terceiro Exército.

No dia 26 de agosto, à noite, surgiu no Esquadrão, a informação de que uma Unidade do Exército estaria tomando posição, com blindados, na cabeceira da pista 30 para impedir a decolagem das aeronaves do Esquadrão, caso fosse necessário. Resolvemos, por iniciativa própria, pagar para ver! Peguei o Jeep do Esquadrão e, juntamente com o Ten Egon Reinisch, nos deslocamos até à Torre de Controle, e prosseguimos caminhando até à cabeceira da pista 30. Não vimos nada de anormal, somente o ruído dos caminhões de carga transitando pela estrada Porto Alegre/Taquara. Assim foi desfeito mais um dos inúmeros boatos que circulam nestes momentos de crise política.

No dia 27 de agosto de 1961, domingo, a Rede da Legalidade estava em grande atividade, particularmente com as palavras do Governador Brizola se despedindo do Povo Gaúcho, porque estava sendo chamado a comparecer ao Comando do Terceiro Exército e que provavelmente não sairia vivo de lá! Puro ato demagógico, apelo aos sentimentos, porque o Governador do estado não é subordinado ao Comandante do Terceiro Exército e, também, porque desde o dia anterior já era do conhecimento público a posição do General Machado Lopes, favorável à posse do Vice-Presidente. Ainda, nesse domingo, assistimos a decolagem do C-47 2077 para o Rio de Janeiro transportando o Comandante da 5ª Zona Aérea, Maj Brig João Arelano dos Passos, e seu staff. Em consequência, o QG ficou acéfalo, tendo então assumido o Comando o Ten Cel Av Alfeu de Alcântara Monteiro, oficial mais antigo que permaneceu no QG.

Os boatos continuavam circulando com maior intensidade! O mais polêmico falava que um radioamador teria interceptado uma mensagem que determinava que os aviões do Esquadrão bombardeassem o Palácio Piratini! Uma mensagem desta natureza somente é transmitida por meio de criptografia e nunca via fonia. Além do mais, a maioria dos pilotos do Esquadrão era de gaúchos e tinham seus familiares residindo em Porto Alegre! Outro boato que fizeram circular, com o objetivo de provocar a insubordinação dos subalternos, dizia que se os aviões decolassem, a Vila Residencial dos suboficiais e sargentos seria bombardeada pelas Unidades do Exército! Neste ambiente de incertezas e boatos, as tensões iam aumentando.

No dia 28 de agosto (segunda-feira), pela manhã, o Comandante do Esquadrão recebeu ordem do Ministro para deslocar as aeronaves para a Base Aérea de Cumbica. Reuniu então os subalternos no interior do Hangar para transmitir as ordens para o deslocamento. Nessa ocasião, surge o Cap Alfredo Ribeiro Daudt, do efetivo do QG-5, conhecido por suas atividades e ligações com o Governador Brizola, questionando as instruções do Maj Cassiano, com a intenção de desmoralizá-lo perante a tropa, tornando a situação mais tensa dessa forma. Com a atitude do Cap Daudt e de um sargento que se dizia parente do Governador, e pelo fato de que ambos não pertenciam ao efetivo da Base, ficou evidente a interferência política no quartel.

Por volta das 19h, chega ao Esquadrão o Comandante da Base, Cel Av Honório Pinto Magalhães, que reúne os oficiais do 1º/14º na Sala dos Pilotos, para informar que ele tinha sido mal assessorado pelo Maj Av Carlos Barcelos Guimarães, responsável pela segurança da Unidade. O Maj Av Guimarães havia assegurado que a situação estava sob controle, quando na realidade os suboficiais e sargentos já tinham se apoderado de todo o armamento da Base. Em face desta situação e não tendo mais nada a fazer, disse-nos que iria ao Comandante do Terceiro Exército se apresentar preso. Situação ridiculamente confortável! Seguindo a atitude do Comandante, a grande maioria dos oficiais da Base abandonou a Unidade! Destacamos a permanência na Organização dos seguintes oficiais: Maj Av Mário de Oliveira I, Maj Av Jaime da Silveira Peixoto, Cap Av Danton Pinheiro Machado, Ten Av Gunther Hans Stolzmann e Ten Av José Alfredo Sobreira de Sampaio.

Ainda atônitos pelas palavras do Comandante da Base, e sem imaginar o que nos esperava na área externa do Esquadrão, eu, juntamente com o Ten Reinisch e o Ten Sergio Santos Pinto, fomos até ao pátio de estacionamento das aeronaves para verificar se as Normas de Segurança estavam sendo cumpridas. Neste momento, o Ten Reinisch observou a presença, não prevista, de um soldado armado junto aos aviões. Interrogado sobre a sua presença naquele local, e se a sua arma estava municiada, o soldado respondeu que havia recebido ordem de um sargento da IG e que seu fuzil não estava municiado. O Reinisch então tomou a arma do soldado, verificando que a mesma estava municiada, contrariando ordens expressas. Durante este diálogo o 3S IG Crispim Antônio

Inácio, portando uma submetralhadora INA, aproximou-se de nós e com atitude agressiva começou a questionar o Ten Reinisch. Próximo ao hangar do Esquadrão estava o Ten Sobreira (José Alfredo), do 2º ECA, que percebendo o desentendimento, juntou-se a nós. O Sobreira estava com uma submetralhadora INA e nós estávamos com a Pistola Colt 45. Neste cenário, noturno, com os holofotes iluminando o pátio de estacionamento, ouvimos os suboficiais e sargentos que estavam homiziados no bosque de eucaliptos, ao lado do hangar, gritarem para que soltássemos o soldado e o sargento, caso contrário, mandariam bala. Em ato contínuo ouvimos o engatilhar de uma centena de fuzis! Ruído que não dá para esquecer! O Ten Sobreira reagiu de imediato encostando o cano de sua INA no peito do Sargento Crispim, dizendo: – Pode mandar bala, que eles vão conosco! A resposta foi que eles morreriam pela causa!

Ao perceber o tumulto, e o ruído das armas sendo engatilhadas, o Maj Av Jaime da Silveira Peixoto, ex-Comandante do Esquadrão, que se encontrava junto à porta do hangar, partiu em direção ao bosque onde estavam ocultos os militares revoltosos, sendo seguido pelo Maj Cassiano Pereira, Comandante do 1º/14º, pelo Cap Danton Pinheiro Machado, da Base, e por nós, que estávamos sendo ameaçados. O Maj Peixoto, ao passar entre os militares revoltosos, abriu a camisa da farda, disse alguns palavrões e pediu para atirarem se fossem homens! Ao sairmos no final do bosque nos deparamos, ainda, com um pelotão de recrutas, com apenas sete dias de quartel, comandados por um sargento Músico, com os fuzis apontados para nós. Por sorte não ocorreu qualquer disparo acidental, o que poderia ter gerado um morticínio.

Voltamos para o Hangar e determinamos que todas as portas fossem fechadas. Cerca de dezoito cabos que eram de nossa confiança ficaram nos acompanhando e, posteriormente, recuperaram nossos aviões, que tinham sido sabotados. No QG do Terceiro Exército, o Maj Ex Léo Etchegoyen tomou conhecimento da revolta dos subalternos da Base Aérea de Canoas. Decidiu, então, se deslocar para a Base Aérea com dois Carros de Combate, tendo o cuidado de não entrar no perímetro da Unidade, a fim de evitar melindres, como o ocorrido em 1954, na Base Aérea de Santa Cruz. Da entrada da Base até ao Prédio do Comando o Maj Etchegoyen deslocou-se a pé, acompanhado apenas por seu Ordenança. O oficial mais antigo presente na Base era o Maj Av Mário de Oliveira I, Comandante do 2º ECA. Após tomar conhecimento da real situação pelo Comandante do ECA, o Maj Etchegoyen dirigiu-se ao alojamento onde os suboficiais e sargentos estavam concentrados. Ordenou, então, com voz alta e clara, que o suboficial mais antigo se apresentasse. Com a apresentação deste determinou que ele reunisse todos os militares, juntamente com o armamento tomado da Base, no prazo de 30 minutos, caso contrário, entraria na Unidade com seus carros de combate. De imediato a ordem do Maj Etchegoyen foi cumprida. A tropa foi mantida em forma até à nossa decolagem para Cumbica.

Com a situação sob controle na Base, tratamos de inspecionar nossas aeronaves, que tinham sido sabotadas. Todas as 11 aeronaves que estavam no pátio tiveram seus pneus esvaziados, carenagens soltas, traqueia de oxigênio sob a cadeira de ejeção desconectada. Além disso, todas as cablagens do sistema de armamento foram cortadas. Pelo risco que tais atos envolviam, temos a certeza de que foram planejados e não fruto de emoção momentânea. Em consequência, os militares envolvidos nos atos de sabotagem deveriam ter sido enquadrados por crime, conforme prevê o Código Penal Militar. A atitude destemida e corajosa do Maj Etchegoyen permitiu que fosse restabelecida a ordem e a disciplina na Base Aérea.

Ao clarear do dia 29 de agosto, o Maj Cassiano nos reuniu para informar que por ordem do Ministro nos deslocaríamos para a Base Aérea de Cumbica. Alertou-nos, também, que deveríamos redobrar os cuidados para o deslocamento, porque não contávamos com informações meteorológicas, nem com os auxílios rádio para a navegação nem com o controle de tráfego aéreo. Por volta das 10h decolamos com destino a Cumbica, onde pousamos após 1h25 de voo. Estacionamos nossos aviões no antigo pátio do CAN, nosso conhecido pela participação em quatro Manobras da EAOAR. Alojamo-nos no velho prédio de madeira dos Serviços Gerais da Base. Depois do que havíamos passado na noite anterior, e pelo conhecimento de fatos históricos, decidimos montar pilhas de tijolos na cabeceira de nossas camas (para proteção). A guarda deste prédio e

dos nossos aviões era feita por nós, fato este que não agradou o Comandante da Base que estava nos hospedando. Os demais oficiais do Esquadrão, os dezoito cabos de nossa confiança e o material de apoio foram transportados em um C-47 colocado à disposição da Unidade. No dia 30 de agosto, o Ten Petersen juntou-se a nós com o décimo segundo Gloster, que se encontrava em revisão no Esquadrão.

Passados alguns dias, na data de 5 de setembro (terça-feira), com muitas apreensões e incertezas o Comandante do Esquadrão nos informou que nos deslocaríamos para a Base Aérea de Santa Cruz. Tomadas todas as providências para o deslocamento, com o Esquadrão pronto para iniciar o táxi, surge no pátio de estacionamento um Jeep com o Cel Av Roberto Faria Lima, Comandante da Base Aérea de São Paulo (BASP), fazendo sinal para cortarmos as turbinas. O motivo desta ordem foi mais um daqueles boatos de que o Exército nos abateria caso decolássemos. No dia 6 de setembro 1961 (quarta-feira), finalmente nos deslocamos para a Base Aérea de Santa Cruz, onde ficamos sediados até o dia 26 de outubro (quinta-feira). Neste período as Autoridades da Aeronáutica ficaram decidindo qual a solução que seria dada para o Esquadrão, pois todos os suboficiais e sargentos tinham se envolvido em atos de insubordinação e de sabotagem, ações caracterizadas como crimes pelo Código Penal Militar. Lamentavelmente, as Autoridades da Aeronáutica esqueceram de aplicar a lei. Esta omissão certamente serviu de estímulo para que em 1963, em Brasília, os suboficiais e sargentos da Aeronáutica promovessem mais uma revolta! Novamente o Exército teve de intervir com a Unidade de Paraquedistas para sufocar os revoltosos.

Após este longo período de indefinições, decidiram pelo nosso retorno a Canoas. Tratamos, então, de como seria a convivência com os subalternos, pois não seria fácil o dia a dia com pessoas que nos tinham apontado armas e sabotado as aeronaves que voávamos, colocando em risco nossas vidas. Em face dessas preocupações e cientes dos problemas de convivência que teríamos de enfrentar, o Cap Av Jorge Frederico Bins nos transmitiu a orientação do Maj Av Cassiano (Comandante) que nos dava a opção de transferência da Unidade ou de retorno à sede do Esquadrão. Apenas dois oficiais pediram para serem movimentados. Voltamos para a sede da Unidade (BACO) no dia 26 de outubro de 1961 (quinta-feira), praticamente dois meses após os tristes acontecimentos da noite de 28 de agosto de 1961. Este período ficou muito marcado em nossas vidas, pois nos sentíamos abandonados, cheios de incertezas, sem definição das Autoridades e sem notícias dos familiares, que ficaram no Sul. Somente saíamos da Base, quando algum colega nos emprestava um traje civil, pois saímos de Porto Alegre apenas com o macacão de voo. No dia imediato ao nosso retorno, o Maj Cassiano passou o comando do Esquadrão para o Maj Alberto Bins Neto.

Em setembro de 1961, o Cel Av João Paulo Pereira Pinto, oficial brilhante, sério, discreto, educado e militar na acepção da palavra, assumiu o comando da BACO. Em pouco tempo restabeleceu a organização e a disciplina militar na Unidade. O Cel Pereira Pinto permaneceu no Comando até 1965. Como Oficial Ajudante do Esquadrão, responsável pelo controle do pessoal e pela disciplina militar, foi muito difícil tratar os problemas surgidos com total isenção de ânimo! No período de 18 de dezembro de 1961 a 23 de janeiro de 1962, respondi pelo Comando do Esquadrão, devido ao período de Férias. Para minha surpresa, recebo uma mensagem informando que eu estava sendo transferido para Fortaleza. Fiquei muito decepcionado com tal fato, pois dois meses antes eu havia me comprometido a permanecer na Unidade mesmo sabendo da desagradável tarefa que teria de enfrentar com a convivência com os suboficiais e sargentos que me haviam apontado armas e sabotado o avião em que eu voava! Aguardava o retorno dos oficiais de férias para iniciar o meu desligamento. Tal transferência, da forma como ocorreu, eu atribuí à minha atitude estritamente militar e que, certamente, não agradava aos subalternos que não tinham sofrido qualquer punição em consequência dos atos de insubordinação e sabotagem.

No dia 20 de janeiro de 1962, participava da cerimônia militar pelo aniversário de Criação do Ministério da Aeronáutica, no QG-5, quando o então Maj Av Silas Rodrigues me convidou para trabalhar com ele, na 2ª Seção do EM do QG-5, Seção de Informações. De pronto aceitei o convite e, no dia 2 de março de 1962, fazia a minha apresentação no QG-5 ■

Brig Ar Luiz Carlos Baginski Filho
loise.b@terra.com.br

O presente documento elaborado pelo então Ten Av Luiz Carlos Baginski Filho é um relato dos acontecimentos ocorridos no período de março 1962 a abril de 1964. Os fatos aqui narrados foram vivenciados pelo autor do texto. Além disso, para que houvesse uma composição dos acontecimentos, foi inserido um trecho do relato do Maj Av Lutke redigido pelo próprio.

RELATO HISTÓRICO DOS ACONTECIMENTOS
MARÇO 1962 - ABRIL 1964

QUARTEL-GENERAL DA 5ª ZONA AÉREA

No dia 2 de março de 1962 me apresentei no Quartel-General e logo assumi diversas funções, por ser um dos poucos tenentes aviadores da Unidade. Fui designado para assumir o cargo de Adjunto da Seção de informações, Chefe do Posto CAN, Chefe da Seção de Aviões, Chefe da 3ª Seção do EM-5 e ainda outras funções relacionadas à área de Informações (PLD e SZAER) ligadas diretamente ao EMAER.

Inicialmente, a adaptação ao trabalho burocrático foi difícil, pois estava acostumado a voar quase todos os dias e agora, estava encerrado numa sala lendo pilhas de documentos sigilosos, fazendo Termos de Incineração para depois destruí-los. Após um mês, recomecei a voar bastante graças às minhas qualificações operacionais: instrutor de C-45 e posse de Cartão de Voo por Instrumentos, credencial não muito comum naquela época.

O Maj Brig Adamastor Beltrão Cantalice comandava a 5ª Zona Aérea. Era uma pessoa de trato agradável, o que facilitou em muito o trabalho na Unidade, em um período muito conturbado politicamente. O Chefe do Estado-Maior era o Cel Av Leonardo Teixeira Collares, outra pessoa admirável e tranquilo, que me transmitiu muitos ensinamentos e do qual me aproximei muito pelos momentos difíceis que vivemos nos anos 1962-1964.

Após os acontecimentos políticos de agosto de 1961, ficou marcante a divisão entre os militares da FAB: um grupo era contra Jango/Brizola e, o outro, a favor. No QG-5, o Cel Collares liderava o grupo *contra*, e o Ten Cel Alfeu Alcântara Monteiro, politicamente muito ativo e intimamente ligado ao Governador Brizola, liderava o grupo dos *a favor*.

Os oficiais da confiança do Cel Collares no QG-5, eram: Ten Cel Av Carlos Duarte Neto, Ten Cel Av Pantoja, Maj Av Silas Rodrigues, Maj Av José Rabiço Jr., Maj Méd Carlos Maia de Assis, Maj Av Eng Cláudio Moreira Sá, Maj Av Odony de Almeida Ramos, Maj Av Carlos Lutke Filho, Ten Av Luiz Carlos Baginski Filho, Ten Av Guilherme Sarmento Sperry, Ten Adm Octaviano, e mais alguns oficiais da 3ª ELO, comandados pelo Cap Av Carlos Treptow. Da parte do Ten Cel Alfeu destacavam-se: Ten Cel Av João Baptista Monteiro Santos Filho, Maj Av Oscar da Silva, Cap Alfredo Ribeiro Daudt e o *pombo correio* do Brig Francisco Teixeira, Ten Esp Av Adão Silveira. Sempre que as atividades políticas em Brasília ficavam mais acirradas, percebia-se uma intensa movimentação deste grupo.

Continuando no trabalho de *limpeza* dos arquivos da Seção de Informações determinado pelo Maj Silas, recebi três cofres imensos, duas máquinas de criptografar manuais e uma elétrica para me *distrair*! Desta forma, me especializei em trocar o segredo dos cofres e, também, na manutenção das máquinas de criptografia.

Seis meses após sair do Esquadrão, voltei lá para fazer *um voo da saudade*. Ao chegar na Sala de estar dos Pilotos, vi uma grande quantidade de recortes de jornais, todos de caráter político! Esse fato me deixou surpreso e muito apreensivo, em virtude do que ocorrera meses antes, no Esquadrão, com os mesmos oficiais, e por não ser permitida atividade política no interior do quartel. Essa observação pessoal estava reforçando informes que havíamos recebido do Terceiro Exército sobre o envolvimento de oficiais do Esquadrão em atividades políticas ligadas ao Governador Brizola. Destacavam-se nestas atividades os tenentes aviadores Reino Pecala Rae, Sergio Santos Pinto, Osvaldo França Jr. e Guimarães.

Durante o comando do Maj Brig Cantalice, a convivência no QG-5 era boa, porque ele não permitia o desenvolvimento de assuntos políticos no quartel. Em março de 1963, assume o comando da 5ª Zona Aérea, o Brig Ar Othelo da Rocha Ferraz, pessoa ligada ao Brig Francisco Teixeira e as atividades pró Jango/Brizola tornaram-se mais intensas.

No 1º/14º assume o comando o Maj Av Mello, filho do Ten Brig Corrêa de Mello, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. Mellinho, como era conhecido, em sua primeira reunião com os oficiais do Esquadrão, transmitiu suas orientações e alertou que quem trouxesse política para dentro da Unidade seria punido com 30 dias de cadeia, além de ser transferido imediatamente. Acabaram-se as doutrinações políticas no Esquadrão!

Em maio de 1963, fui chamado pelo Cel Collares para me informar que eu seria designado Ajudante de Ordens do Comandante. Ponderei que eu não era o oficial indicado para tal função, por ser contrário politicamente ao grupo do Comandante. Ele me disse então que eu fora indicado justamente por este motivo, e que minha missão seria dificultar o acesso de certos oficiais ao Comandante. Tal designação deu-se também pela minha qualificação operacional.

No segundo semestre de 1963, começaram as transferências. Meu chefe, Ten Cel Silas, e o Maj José Magalhães Rabiço Jr. são transferidos para São José dos Campos. Assim, foram sendo removidos os obstáculos ao grupo Jango/Brizola. Antes de passar a chefia da 2ª Seção, o Ten Cel Silas me passou a guarda de 12 metralhadoras Thompson e 12 granadas destinadas ao nosso uso pessoal. Todo este armamento ficaria guardado em um

dos grandes cofres, cujo segredo de abertura ficaria sob a minha responsabilidade e de conhecimento, também, do Cel Collares.

O Ten Cel Oscar da Silva, pessoa ligada ao Ten Cel Alfeu, assumiu o A-2 (Seção de Informações). A convivência com o meu novo chefe ficou muito difícil, a ponto de ele me levar ao Comandante e pedir a minha saída da Seção. Foi quando o Comandante explicou a ele que eu havia sido designado para aquelas funções (PLD e SZAER) pelo Estado-Maior da Aeronáutica, e que ele não tinha autoridade para me afastar da Seção.

Fato hilário - Nos primeiros dias de março de 1964 fui chamado pelo Cel Collares que me informou que teríamos *serão*: – *Avise em casa!* A minha missão seria tentar impedir a vinda, para Porto Alegre, de uma aeronave Paris C-41 que estava pousada em Curitiba, e que transportava emissários do Brig Francisco Teixeira. Sabendo da pequena autonomia da aeronave e da pouca experiência dos pilotos em aeronaves a reação, sugeri ao Cel Collares que eu emitiria boletins meteorológicos falsos com *forte aproximação de nevoeiro*! O plano foi aprovado e, nos horários previstos para os boletins, saía um pior do que o outro! Às 21h30, a etapa Curitiba/Porto Alegre, com a vinda dos *emissários*, foi cancelada. Contei com a ajuda do 1S RT-TE Queiroz, que foi colocado de serviço por nós. Constantemente recebíamos na Estação Rádio a visita do Ten Cel Alfeu para saber informações sobre o voo. Lembro que, naquela época, as comunicações eram muito precárias, e os boletins meteorológicos eram transmitidos por telegrafia por intermédio da Estação Rádio do QG.

O Cel Collares mantinha um relacionamento muito bom com os oficiais do Terceiro Exército e, desta forma, estava sempre bem informado sobre os acontecimentos na cidade de Porto Alegre. Com o agravamento da situação política nacional no dia 31 de março de 1964 (terça-feira), todas as Unidades da 5ª Zona Aérea entraram em estado de *prontidão*. No 1º/14º GAv, o Comandante, Maj Av Mello, determinou que o Esquadrão operasse em *esforço máximo*, por dois dias, não permitindo que seu pessoal ficasse ocioso e se envolvesse em assuntos políticos. Havia uma preocupação muito grande com a Base Aérea de Canoas pelo que tinha ocorrido em 1961. Entretanto o excelente trabalho disciplinador realizado pelo Cel Pereira Pinto produziu os resultados esperados. Dias antes de eclodir a contrarrevolução ele foi procurado por um grupo de suboficiais, que lhe asseguraram a absoluta tranquilidade no meio dos subalternos, e que se houvesse alguma anormalidade eles próprios o informariam.

Comandava o Terceiro Exército o Gen Benjamim R. Galhardo. Entretanto no dia 2 de abril chega a Porto Alegre, designado pelo Ministro do Exército, o Gen Ladário Pereira Telles, com o objetivo de montar um dispositivo de resistência e proteção ao já então ex-Presidente. De imediato, o Gen Ladário convocou para uma reunião todos os oficiais generais comandantes de Bagé, Uruguaiana, Santa Maria e Santiago. Para tal, solicitou à 5ª Zona o transporte aéreo dos comandantes, com a ressalva de que deveriam ser transportados, individualmente, ou seja, um em cada avião! Esta ressalva serviu para reforçar a informação que o Cel Collares havia recebido pouco antes, de que se algum general discordasse do Gen Ladário, ficaria preso em Porto Alegre. O Cel Collares determinou que eu acionasse as missões, com o cuidado de escalar pilotos da nossa confiança e que eles, ao chegar nos respectivos destinos, informassem aos generais sobre as intenções do novo Comandante do Terceiro Exército. Apenas um general atendeu à convocação para a reunião. Foram empregadas três aeronaves C-45 e um C-64 Nordween.

Em reunião na residência oficial do Comandante do Terceiro Exército, o Gen Ladário, após um rápido Exame da Situação, pelo não atendimento à convocação dos generais comandantes das grandes Unidades do interior do Rio Grande do Sul, teria declarado aos presentes, ex-presidentes João Goulart e Leonel Brizola, que nada mais poderia ser feito, uma vez que as principais Divisões sediadas no interior do estado teriam definido suas posições pró contrarrevolução, declarando-se solidárias ao Comandante da 3ª DI, de Santa Maria, Gen Mário Pope Figueiredo. Após essa reunião, o Gen Ladário, desejando retornar ao Rio, solicitou transporte aéreo para o dia seguinte. Foram escalados para realizar a missão os majores Odony de Almeida Ramos e Carlos Lutke Filho, no C-47 2077.

Nota 1 - O movimento revolucionário iniciado na madrugada do dia 31 de março foi considerado encerrado e vitorioso em todos os estados, na noite de 1º de abril, com a saída de Brasília do Chefe do Governo para destino ignorado, dando ensejo ao Presidente do Congresso Nacional de declarar vago o cargo de Presidente da República. O mesmo não ocorria no Rio Grande do Sul pela presença do ex-Presidente em Porto Alegre, pelo apoio do Comandante do Terceiro Exército, e pelo poder de arregimentação de massas de Leonel Brizola, tentando fazer ressurgir a *Cadeia da Legalidade* e, mais uma vez, transformar o Rio Grande do Sul na última *trincheira da resistência* à deposição do Presidente. Em consequência, as ações do movimento revolucionário se prolongaram por mais dois dias no estado.

Nota 2 - Deve também ficar registrado que o Ten Cel Alfeu já estava desligado do QG-5 por ter recebido Ordem de Matrícula no Curso Superior de Comando, com início previsto para o dia 6 de abril de 1964, conforme Boletim Interno nº 46 da ECEMAR, de 10 de abril de 1964. O referido militar estava em trânsito para o Rio de Janeiro, por meios próprios. Ao chegar em Curitiba, tomando conhecimento do agravamento da situação política no país, decidiu retornar a Porto Alegre, apresentando-se como adido ao QG-5!

A seguir, será apresentado um trecho do relato do Maj Av Lutke, redigido pelo próprio, com o intuito de dar continuidade

ao registro dos acontecimentos no QG-5 em abril de 1964:

No dia 3 de Abr, após cumprirem a missão de transporte do Gen Ladário para o Rio, os pilotos se hospedaram no hotel de trânsito do Clube da Aer. À noite, quando já estávamos recolhidos, o Maj Ramos foi chamado ao telefone, tendo recebido instruções do Cel Av Délio Jardim de Mattos para que comparecêssemos às 9 h do dia seguinte (sábado, 04/04/64) na sala de reunião do Estado-Maior da Aeronáutica, no prédio do Ministério. Conforme determinado, na hora estabelecida chegamos ao Estado-Maior, já encontrando alguns Brigadeiros e Coronéis que logo solicitaram que fizéssemos um relatório verbal da real situação das Unidades da Aeronáutica sediadas em Canoas (QG-5, Base Aérea, 1º/14º GAv e Hospital de Canoas), posição dos respectivos Comandantes, o estado da tropa face ao desfecho já vitorioso do movimento, etc. relato este feito pelo Maj Ramos. Ao que parece, havia a intenção de substituir o Cmt da 5ª Zona Aérea, mas havia um certo constrangimento em fazê-lo uma vez que o Brig Othelo era sogro do Cmt do 1º/14º GAv, Maj Av Aroldo Corrêa de Mello, filho do então Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica e Ministro em exercício da pasta, Ten Brig Francisco de Assis Corrêa de Mello, que não estava presente à Reunião. Entre várias sugestões apresentadas pelos Oficiais-Generais, o Brig Afonso Celso Parreiras Horta dizendo-se muito amigo do Brig Othelo prontificou-se a ir ao Sul e convencer o colega a se afastar do cargo, sem trauma, dando tempo para que fosse indicado seu substituto definitivo. Pedindo a palavra, fiz ver aos presentes que, em minha opinião, face a presença no QG-5 do TCel Alfeu que exercia certa influência sobre o Cmt da Zona, caso viesse a ser definida a substituição do Brig Othelo, esta deveria ser feita imediatamente, de forma determinada e positiva, sem rodeios e, se possível, por um Oficial-General com ascendência hierárquica bem definida, isto é, por um Maj Brig. A seguir, o Maj Ramos e eu fomos dispensados com instruções para que aguardássemos no Clube de Aeronáutica uma eventual convocação. Por volta das 13h quando almoçávamos no restaurante do Clube, chegou junto a nossa mesa o Cel Roberto Hippolyto da Costa trazendo consigo sua inseparável bolsa de paraquedas que era seu "pequeno arsenal", determinando que nos preparássemos imediatamente para retornar a Porto Alegre. "Sim senhor", respondi-lhe, "vou avisar aos sargentos para prepararem o avião". "Nada disso", retrucou o Cel; vamos com outros meios. O 2077 é muito conhecido da rota. Estamos seguindo com o Maj Brig Nelson Freire Lavenère-Wanderley que está aqui nos aguardando. Reunidos todos na portaria do Clube, apresentamo-nos ao Maj Brig partindo em seguida para o Aeroporto do Galeão (Galeão Antigo). Lá chegando, o Cel Hippolyto solicitou a presença do funcionário do DAC responsável pelo aeroporto, pedindo que lhe informasse qual o primeiro avião e a respectiva empresa, a decolar para uma viagem programada. Levantada a informação, dirigiu-se ao balcão da Cruzeiro do Sul, cujos funcionários estavam despachando um voo de rotina para Salvador no equipamento Caravelle, onde apresentou ao gerente local da empresa um documento de "Requisição de Aeronave" para cumprimento de "Missão Militar". Foi então solicitada a presença do Comandante da aeronave o qual foi informado sobre a requisição do equipamento inclusive de sua tripulação. O piloto prontamente aquiesceu perguntando: Para onde vamos, Cel? "Para Belém", respondeu-lhe o Cel Hippolyto. Neste caso devemos reabastecer o avião a pleno, completou o Comandante. "Pois tome as providências necessárias e nos avise quando poderemos embarcar finalizou o Cel. O Maj Ramos e eu ficamos sem entender este destino, mas como estávamos ali apenas "cumprindo ordens", calamo-nos. Em seguida fomos conduzidos ao pátio de manobras, embarcamos e partimos com mais tripulantes a bordo do que passageiros. O voo transcorria normalmente quando, ao passarmos na vertical de Belo Horizonte o Cel Hippolyto dirigindo-se ao Maj Brig Lavenère-Wanderley disse: "Brigadeiro está na hora de mudarmos a rota, vou dar instruções ao piloto". Foi à cabine e ao retornar transmitiu ao Brigadeiro as instruções que havia dado, isto é, que daquele ponto a rota deveria ser alterada para Porto Alegre e que as mensagens de controle de tráfego e também, para a sua Companhia deveriam ser reportadas como se para Belém fôssemos (na época o Controle de Tráfego ainda não contava com os Dacta 1, 2 e 3). O voo prosseguia sem qualquer anormalidade, auxiliado por um "céu de Brigadeiro" da decolagem ao destino.

Nota 3 - Neste dia, 4 de abril de 1964 (sábado), o Superior de Dia ao QG-5 era o Maj Av Jaime da Silveira Peixoto e eu, Ten Baginski, seu Adjunto. Dia muito movimentado, com vários pedidos de busca oriundos do Terceiro Exército, acionamento de voos de helicóptero para atender tais pedidos, informes sobre possíveis levantes por parte dos subalternos, dentre outros. Em face da preocupante situação com as atividades do grupo liderado pelo Ten Cel Alfeu, informei ao Cel Collares que as metralhadoras Thompson estavam municiadas e prontas para serem distribuídas para os oficiais indicados por ele.

Nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho, conforme instruções recebidas, o primeiro e único contato rádio do Comandante do Caravelle com a torre de controle foi estabelecido já na Zona de Tráfego, deixando o Operador atônito e confuso, pois não havia notícia de qualquer tráfego aéreo com destino à capital gaúcha naquela hora. Por sua vez, o sargento da torre cumprindo instruções recebidas, comunicou-se imediatamente com o chefe do EM do QG-5, informando-o do que estava ocorrendo. Estacionado o avião em frente à estação de passageiros o Cel Hippolyto desceu só, para certificar-se de que havia segurança para o desembarque do Brigadeiro. O fator "surpresa" fora alcançado, pois estava tudo normal. Deixamos então o avião e enquanto nos dirigíamos para o saguão do

aeroporto, surgiu um helicóptero circulando sobre o aeródromo, deixando o grupo um pouco apreensivo; no entanto, logo que foi identificado como sendo da própria área do QG-5, tudo voltou à calma. Tratava-se do Maj Av Jaime da Silveira Peixoto, A3 do QG-5, naquele dia também Superior de Dia e do Ten Hélio Bernd da 3ª ELO que, por determinação do Cel Collares se deslocaram para o aeroporto para tomarem conhecimento de quem estaria chegando naquele voo sem prévio aviso. O Maj Brig Lavenère-Wanderley após manter contato com o Cel Collares dando-lhe ciência de sua missão, pediu-me que o colocasse em contato com o Brig Othelo. Dirigimo-nos ao balcão do CAN de onde liguei para a residência oficial do Cmt da Zona Aérea, tendo sido atendido pelo taifeiro de serviço. Identifiquei-me informando-o ainda que desejava um contato pessoal e direto com o Brig Othelo. Enquanto esperava para ser atendido, percebi um intenso vozerio e gargalhadas que, naquele momento ali estaria acontecendo uma reunião muito festiva; reunião esta, posteriormente confirmada, destinada a festejar pelos liderados do Ten Cel Alfeu a falsa notícia de que o Brig Othelo seria confirmado no cargo. Ao atender o telefone, o Brig foi muito cordial comigo e após cumprimentá-lo informei-o de que o Maj Brig Lavenère-Wanderley que estava ao meu lado no Aeroporto Salgado Filho, desejava falar-lhe. Após passar o telefone ouvi o seguinte monólogo: "Othelo, é Wanderley. Trago instruções para assumir o Comando da 5ª Zona Aérea. Quando poderá transmiti-lo?" Após a resposta o Maj Brig Lavenère-Wanderley prosseguiu: "Então às 20h30 no prédio do Comando, obrigado." Olhei para o relógio e eram exatamente 18h40 do dia 04/04/64. A seguir, nos dirigimos ao QG-5 em Canoas onde eu, como responsável pelo setor administrativo da Unidade, dei início às providências para a solenidade de transmissão do cargo, convocando os oficiais do próprio QG-5 e da Base Aérea e também a preparação do Boletim Interno que iria transcrever o documento oficial da troca de Comando. Passava das 20:30, com a presença de ambos os Brigadeiros e a maioria dos Oficiais Superiores da Guarnição, dei início à leitura do Boletim Interno da Unidade o qual na III Parte transcrevia o documento assinado pelo Ministro Interino, Ten Brig Corrêa de Mello que exonerava de suas funções o Brig Othelo e designava para Comandante da 5ª Zona Aérea o Maj Brig Lavenère-Wanderley. Finda a leitura, com os dois Brigadeiros perfilados, um em frente ao outro, houve a clássica passagem de Comando. Encerrada a curta cerimônia, ambos se cumprimentaram.

Neste ponto, volto a seguir com o meu relato, por estar envolvido e participado diretamente dos acontecimentos ocorridos na noite de 4 de abril de 1964.

Encerrada a curta cerimônia, o Maj Brig Wanderley acompanhou o Brig Othelo até ao automóvel que o levaria a sua residência. O Collares e eu acompanhamos os oficiais generais até à entrada do prédio do QG. Quando estávamos retornando para o Gabinete do Comando, o Maj Brig Wanderley parou no meio do primeiro lance de escadas e dirigindo-se ao Cel Collares disse: – *Preciso falar com o Ten Cel Alfeu, mande-o ao meu Gabinete*. Eu segui para a sala do Ajudante de Ordens, que ficava ao lado da sala do Comandante, onde encontrei o Comandante da Base, Cel Pereira Pinto; o Comandante do 1º/14º, Maj Mello; e o Ten Sperry. Somente estes oficiais e eu (Ten Baginski) é que assistiram ao início do atentado ao Maj Brig Wanderley.

Logo após o Ten Cel Alfeu apresentar-se ao Maj Brig Wanderley, este lhe deu instruções para que seguisse destino para a sua nova Unidade, a ECEMAR para fazer o Curso Superior de Comando. Neste momento, ingressou na Sala do Comandante, via Salão Nobre, o Maj IG Phyrro, que desejava apresentar-se ao novo Comandante. Enquanto ouvia a apresentação do Maj, o Ten Cel Alfeu interrompeu a apresentação deste oficial e, dirigindo-se ao Maj Brig, disse: – *Mande dizer ao Estado-Maior que se alguém me prender estará praticando o último ato de sua vida*. Diante deste ato de insubordinação, o Maj Brig Wanderley determinou que o Maj Phyrro chamasse o Cel Collares. Mandei chamá-lo porque estou, neste momento, prendendo o Ten Cel Alfeu por ato de insubordinação. Incontinente, o Ten Cel sacou seu revólver e, apontando para o Comandante, declarava que não aceitava a prisão! De nada adiantavam as palavras do Maj Brig e do Cel Collares para demovê-lo dessa atitude insana. Cada vez mais exaltado dizia: – *Ou o Senhor relaxa a prisão ou lhe atiro!* Na sala do Ajudante de Ordens, ao lado, e com a porta ligeiramente aberta, ouvíamos em altos brados as palavras do Ten Cel Alfeu. Nessa hora o Cel Pereira Pinto ingressa na sala do Comandante, deixando a porta aberta, e se depara com um quadro assustador: o Maj Brig Wanderley à frente de sua mesa sob a mira de uma arma, e o Cel Collares próximo à porta da sala de Reuniões. Todos estavam desarmados. O Cel Pereira Pinto tenta, ainda, dialogar com o Ten Cel Alfeu que lhe responde: – *Não se meta nisto Pinto!* As coisas estavam neste elevado grau de tensão quando o Cel Hippolyto, que fazia um lanche no andar térreo, é informado por um oficial do que estava ocorrendo na Sala do Comandante. O Cel Hippolyto entra na sala pela Sala do Ajudante de Ordens, se depara com uma cena assustadora e recua rapidamente para sacar a sua pistola. No momento em que o Ten Cel Alfeu percebeu a presença do Cel Hippolyto, fez dois disparos contra o Maj Brig: um atingiu a região orbicular e, o outro, o ombro. Ato contínuo o Cel Hippolyto reagiu disparando sua arma contra o Ten Cel Alfeu. Foram disparados cerca de dez a doze tiros! Quando cessaram os disparos, entrei na Sala do Comando. A cena era dantesca: a sala totalmente enfumaçada; o Maj Brig Wanderley em frente à sua mesa, levantando-se com o rosto todo ensanguentado; e o Ten Cel Alfeu caído no tapete, junto ao armário, tentava, ainda, pegar sua arma que estava caída sobre o tapete!

Em face do ato insano que acabava de presenciar, lembrando pelo que havia

passado durante a revolta dos suboficiais e sargentos, na BACO, em 1961, e dos informes sobre a possibilidade de outra revolta por parte dos subalternos, tratei imediatamente de pegar a minha metralhadora Thompson, que estava na sala ao lado (Seção de Informações), levando outra para o Cel Hippolyto que, inicialmente, ficou um pouco surpreso, porque estava me conhecendo naquele instante.

O socorro médico chegou rápido devido à proximidade do HACO. Após uma primeira avaliação, os médicos verificaram que os ferimentos do Maj Brig, por um milagre, não eram muito graves. Quando os médicos tentaram colocá-lo em uma maca, para levá-lo ao Hospital, ele não aceitou e disse que iria caminhando! O Cel Hippolyto, já com a sua Thompson, e eu fomos dando proteção ao Maj Brig, no deslocamento do QG até o Hospital. Ficamos bastante preocupados neste deslocamento, porque o nevoeiro era muito intenso, até para caminhar!

Nota 4 - Por muito pouco não se repetia a tragédia que havia ocorrido com o pai do Maj Brig Wanderley, Gen Bda Alberto Lavenère-Wanderley, morto com um tiro no peito, disparado pelo Tenente getulista Juracy Montenegro Magalhães, que, com Juarez Távora e Agildo Barata, assaltavam o 22º Batalhão de Caçadores, sediado na capital da Paraíba.

Retornando do Hospital para o QG-5, ainda perplexos com o que havia ocorrido, eu e o Ten Flávio da Rocha Fraga recebemos ordem do Cel Hippolyto para prender e fazer uma revista minuciosa nos militares do grupo Jango/Brizola mais envolvidos politicamente. A 3ª Seção do EM-5 nos foi indicada para servir como cárcere. Após pouco tempo o Cel Hippolyto nos traz o primeiro e único prisioneiro: o Ten Cel Av Oscar da Silva, meu chefe do A-2, nos mostrando como deveria ser feita a revista pessoal. O fato foi bastante constrangedor para nós, que não estávamos preparados psicologicamente para tal ação. Felizmente esta missão teve pequena duração, e logo fomos dispensados da *missão de carcereiros*.

O Ten Cel Alfeu sofreu ferimentos gravíssimos na região abdominal, sendo encaminhado para um hospital de Porto Alegre que dispunha de mais recursos médicos. Cerca de uma hora após os acontecimentos, recebemos a notícia do falecimento do Ten Cel Alfeu. Conversei então com o Cel Collares sobre a necessidade de informarmos aos subalternos o que realmente tinha ocorrido, isto para evitar que os boatos tomassem conta do Quartel. Como as horas estavam passando e o Cel Collares estava muito assoberbado com todos os acontecimentos, lembrei-lhe uma vez mais da minha preocupação. Determinou-me, então, que reunisse os subalternos e fizesse um relato dos fatos ocorridos, pois eu tinha presenciado todos os acontecimentos. Aproximadamente às 23h30, me dirigi ao alojamento dos suboficiais e sargentos para fazer uma comunicação oficial do que havia ocorrido. O alojamento era dotado de camas beliche, com pouco espaço e com um mínimo de iluminação; ambiente tétrico! Com muitas preocupações, falando de forma segura e franca, transmiti a eles o que realmente tinha ocorrido. Minhas palavras foram muito bem aceitas, sem questionamentos, e ao final recebi agradecimentos pela atenção a eles dispensada.

Pela manhã do dia 5 de abril de 1964 (domingo), depois de uma noite estressante, mais uma surpresa! O Cel Collares me chama determinando que eu deveria comparecer ao EMAER, no Rio, para fazer um relato dos acontecimentos ocorridos no QG-5. Isto depois de ter passado a noite em claro e sob tensão! Peguei o voo do Electra da Varig e fui para o Rio. Lá chegando, me dirigi ao prédio do Ministério e ao sexto andar, onde funcionava o EMAER. Subindo as escadarias, encontrei o Cel Délio Jardim de Mattos que de imediato me pediu um relato verbal dos acontecimentos. Lembro que vários outros oficiais do EMAER pediram para que relatasse os acontecimentos novamente. Creio que perceberam que eu estava exausto, depois que dormi durante um depoimento!

No dia seguinte, 6 de abril de 1964, retornei a Porto Alegre pelo voo do Electra da Varig. Tratamos de *colocar a casa em ordem*, recolher as Thompson que havíamos distribuído na noite anterior, entre outras atividades.

No dia 11 de abril, eu e minha esposa fomos convidados pelo Cel Collares para almoçar em sua residência com o Maj Brig Wanderley, já recuperado, e com sua esposa, a Sra. Sophia Helena, recém-chegada do Rio.

No dia 17 de abril de 1964, fui escalado para uma viagem ao Rio transportando o Maj Brig Wanderley, no C-47 2077. Tripulação Maj Lutke e Ten Baginski. Ficamos hospedados no hotel do Clube de Aeronáutica. À noite, o Maj Lutke recebeu uma ligação telefônica do Maj Brig Wanderley para que comparecêssemos a sua residência, no Flamengo, a fim de recebermos novas instruções. Lá chegando, o Maj Brig Wanderley nos informou que havia recebido do Presidente Castelo Branco o convite para assumir o Ministério da Aeronáutica, e que deveria seguir para Brasília no dia seguinte. Nesta ocasião, determinou que retornássemos a Porto Alegre, e nos convidou para trabalharmos com ele no Gabinete do Ministro.

Designado Ajudante de Ordens do Ministro da Aeronáutica, em 29 de abril de 1964, me apresentei logo em Brasília, tendo em vista a situação tumultuada do país. Foi um período muito difícil para minha família, pois minha esposa estava grávida de oito meses e eu tendo de permanecer em Brasília ou no Rio de Janeiro. Somente no final de junho é que consegui levar minha família para Brasília.

Permaneci na função de Ajudante de Ordens do Ministro da Aeronáutica, Ten Brig do Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley até dezembro de 1964, quando o Ministro pediu exoneração do cargo, por discordar da decisão do Presidente Castelo Branco com relação ao emprego da Aviação Embarcada ■

SE POUSAR UM NORTH-AMERICAN T-6 JÁ NÃO ERA FÁCIL, IMAGINE (QUASE) SEM COMANDOS DE VOO...

Vicente Cavaliere
Cel Av
cavalierev2002@yahoo.com.br

Passaram-se cinquenta anos, mas lembro-me do fato como se o estivesse vivenciando agora.

Eu era um Cadete Aviador da FAB, com apenas vinte e um anos de idade e com pouca experiência de voo, mas pilotando solo um T-6[1] na final para pouso na pista do Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro (RJ).

Lembro-me que a manete de aceleração do motor já estava toda reduzida, os flapes baixados no máximo e o manche totalmente colado atrás. Porém, sem conseguir levantar um milímetro sequer do nariz do avião, no intuito de diminuir a velocidade de 130 milhas/hora para a ideal na final, que era de 100 milhas/hora, e de, principalmente, modificar a atitude agressiva – em relação à arfagem[2] – em que o avião se encontrava.

Com certeza, iria entrar voando pelo chão a dentro... Seria morte certa!

Mas como cheguei a tal ponto e como me saí dessa?

No dia 14 de janeiro de 1969, estava executando mais uma missão de formatura composta por dois aviões voando lado a lado – *elemento*, unidade básica de combate aéreo –, constituída pelos aviões do líder e do ala. Essas missões, assim como as próximas, compostas por quatro aviões – *esquadrilha*, reunião de dois *elementos* – seriam as últimas do Curso de Formação de Oficiais Aviadores. Elas tinham como objetivo, além de ensinar a voar em formatura, selecionar aqueles Cadetes que tinham condições de serem indicados, após a conclusão do curso, para a Aviação de Caça. Nessa época, os Cadetes Aviadores recebiam instrução acadêmica de nível superior e de voo na antiga Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro. Após 1970, a formação passou a ser efetuada na Academia da Força Aérea – AFA, em Pirassununga (SP), em virtude do congestionamento do tráfego aéreo sobre o Rio de Janeiro. Essa transferência de local de instrução também aconteceu porque, outrora, em 1959, já havia ocorrido a colisão de um avião de treinamento de Cadetes com uma aeronave Viscount da VASP, fazendo 41 vítimas entre tripulantes, passageiros e pessoas no solo. Após a conclusão do curso na Escola de Aeronáutica, os Cadetes eram declarados "Aspirantes a Oficiais Aviadores". A seguir, os Aspirantes selecionados para a Caça eram movimentados para Fortaleza (CE), a fim de realizarem o Curso de Piloto de Caça. Os demais seguiam para Natal (RN), para realizarem o Curso de Bimotor de Transporte. A Aviação de Caça era cobiçada pelos Cadetes Aviadores, mas apenas poucos eram selecionados.

North-American T-6

Nessas formaturas, eram realizadas

T-6 após o acidente

algumas manobras mais simples similares àquelas utilizadas em voos de caça. Para tanto, os Cadetes deveriam, além de voar com qualidade nas formaturas, demonstrar que tinham determinação e coragem para permanecer na ala – em outras palavras, garra e sangue para brigar pela posição correta do avião na formatura. Assim, qualquer erro ou vacilo significava ser desligado da possível indicação para a Caça. E a crença nessa assertiva exercia uma forte pressão psicológica.

O avião do líder do *elemento* era pilotado pelo meu instrutor de voo, um Tenente Aviador. Eu voava solo em sua ala, pilotando o T-6 1501. No decorrer do voo, como eu havia demonstrado capacidade de permanecer na ala durante a execução de manobras mais difíceis – considerando as condições e a experiência de pilotagem de um simples Cadete Aviador – o instrutor julgou que poderia ir além das manobras previstas para a missão e para um Cadete inexperiente em voo (menos de 100 horas), conforme o próprio instrutor narrou após o incidente. Então, ele decidiu partir para a execução de acrobacias na ala, embora estas não estivessem previstas para Cadetes, realizando uma série de *touneaux barril*[3] e, após, de *loopings*[4]. Em todos os *touneaux* e no primeiro *looping*, permaneci firme e corretamente na ala. No entanto, no segundo *looping*, deixei meu avião atrasar e fiquei um pouco recuado na posição na ala, ou seja, fora da posição correta. Por causa da pressão psicológica, pensei: Vou ser desligado da Caça! Não posso atrasar mais!... E faltava apenas um mês e meio para a cerimônia de Declaração de Aspirantes... Assim, no início do próximo *looping*, procurei me antecipar e acelerei indevidamente o motor do avião um pouco mais que o necessário para acompanhar o líder. Esse foi o meu erro...

Durante a subida do *looping*, por minha inexperiência em acrobacias na ala, deixei meu avião ir adiantando por baixo da asa do líder, perdendo então as referências visuais com o outro avião, necessárias para o voo de ala, e o ultrapassei bem no topo da manobra, com ambos os aviões na posição de dorso. Perdi de vista o avião do líder e, simultaneamente, ouvi o barulho típico e inconfundível de hélice destruindo o alumínio da cauda de meu avião...

Felizmente, não ocorreu o choque das duas aeronaves. Ambos – eu e o instrutor – poderíamos ter falecido nessa ocasião. Os danos causados, como apurei mais tarde, foram apenas a perda do profundor direito e de parte do leme de direção de minha aeronave. No avião do líder, apenas algumas mossas na hélice.

A próxima visão era a de um avião mergulhando na vertical em direção ao autódromo de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. A minha decisão imediata foi saltar de paraquedas. Para mim, não haveria o menor problema e nenhum receio, uma vez que, na época, mesmo sendo apenas Cadete, eu realizava saltos de paraquedas no Clube de Oficiais Paraquedistas do Exército – COP. Seria apenas mais um salto. A nacele já estava aberta, pois voávamos com esta totalmente aberta para facilitar a saída do avião em caso de necessidade, pois este não possuía cadeira de ejeção.

Entretanto, senti que ainda havia algum comando da aeronave. Puxei o manche e consegui voar nivelado. Concluí que poderia preservar a aeronave da destruição. Olhei para trás, pelo lado esquerdo da nacele, para verificar as condições estruturais do avião, e vi o profundor inteiro, sem nenhum dano. Se tivesse olhado pelo lado direito, seria bem diferente. Teria visto que não havia mais nada de profundor nesse lado..., e aí o susto seria bem maior... Mas eu não olhei para trás por esse lado... Entretanto, eu estava consciente de que a sequência do voo seria com restrições, pois algo havia acontecido, algo havia sido destruído lá atrás... Só não conseguia ver direito o que era...

A seguir, fiquei uns 10 minutos procurando pelo avião do líder em todas as direções, no nível de voo, acima e abaixo de mim, mas não consegui achá-lo. Não consegui ver também se, pelo contrário, o líder já estava me seguindo. Decidi retornar para pouso no Campo dos Afonsos. Tentei falar pelo rádio com a torre de controle dos Afonsos para solicitar "emergência", mas não consegui, pois a antena do rádio havia sido cortada pela hélice do líder.

Na final para pouso, encontrei-me na situação narrada no início deste relato. Vi que, para minha felicidade, os carros de bombeiros estavam posicionados na lateral, ao longo da pista. Concluí que o líder já havia acionado o esquema de emergência pelo rádio. Mas, considerando a situação adversa em que eu estava – voando em direção ao chão – decidi que a única saída possível seria arremeter para tentar novamente a aproximação para pouso, talvez em melhores condições. Se, em situação normal, já era difícil efetuar um pouso com o T-6[5], quanto mais agora, em situação adversa. Empurrei a manete para a frente, a fim de acelerar o motor e arremeter...

Nessas horas, segundos representam anos e tudo passa pela nossa cabeça. Assim é que, de imediato, em função da reação do avião com a aceleração do motor, lembrei-me de uma história real que havia lido na revista *Seleções do Reader's Digest* quando eu ainda era criança, em torno de dez anos de idade. Uma aeronave de passageiros, quadrimotor, havia colidido em voo com outra aeronave de pequeno porte. Esta última teve perda total, com falecimento do piloto. A aeronave maior perdeu os profundores e o leme de direção, mas o piloto conseguiu efetuar um pouso de emergência, controlando a atitude do avião – em relação à arfagem – apenas com a variação da potência dos quatro motores.

Hoje, pesquisando sobre o assunto, descobri mais duas situações similares.

A primeira ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial. Um B-17G dos Estados Unidos foi seriamente danificado, atingido pelas balas dos caças inimigos e pela artilharia antiaérea. Estava sem bússola e perdido, voando cada vez mais para dentro do território inimigo (Alemanha). Seu piloto lutava com o que lhe restava dos comandos para conseguir manter o avião voando nivelado. O piloto de caça alemão – Franz Steigler – designado para abater a B-17G, descreveu a situação da seguinte forma: "*Nunca vi um avião naquele estado. A seção traseira, leme e profundores muito avariados, artilheiros feridos, a proa do quadrimotor danificada e furos por toda a fuselagem*". Este piloto alemão, num gesto de nobreza, em vez de dar o golpe de misericórdia, escoltou o avião avariado e indicou um rumo seguro de volta para a Inglaterra.

A outra ocorreu em 1986, quando um C-47 foi atingido por um míssil terra-ar SA-7 ao sobrevoar Ondagwa (Namíbia). A

C-47

explosão arrancou a maior parte da cauda, deixando-a em frangalhos. O piloto diminuiu a velocidade para 100 nós, ordenou aos passageiros para se moverem pela

B-17 e Caça alemão

cabine para regular o centro de gravidade e usou apenas os motores e os flapes para controlar a arfagem e, assim, efetuar o pouso em segurança.

Uma terceira história poderia ser contada aqui, mas, infelizmente, seu desfecho foi trágico. Por ironia do destino, o Tenente Aviador Marcos Alexandre Cavaliere, meu sobrinho, pilotava uma aeronave Bandeirante cargueiro e efetuava lançamento de paraquedistas militares no Rio de Janeiro, em maio de 1998. Um destes militares, ao saltar do avião, colidiu com o profundor, arrancando-o totalmente. Neste caso, os pilotos não conseguiram controlar a aeronave, ocorrendo o falecimento dos três tripulantes (dois pilotos e um mecânico de voo), além do paraquedista. Os demais paraquedistas se salvaram, pois conseguiram sair do avião, mesmo estando este em condições adversas, totalmente descontrolado.

Voltando à minha história...

Surpreendentemente, após acelerar o motor, o *nariz* de meu avião mudou de atitude e elevou-se. Percebi que, em assim procedendo e tendo por base a história que recordei, conseguiria atingir a pista em uma atitude favorável, menos agressiva, para efetuar o pouso. Mantive o manche puxado para trás, colado ao corpo, e acelerava o motor a fim de corrigir a arfagem, para que ficasse com o *nariz* mais elevado. Antes que a velocidade aumentasse, eu reduzia a aceleração para que o avião continuasse a descer em direção à pista. E assim sucessivamente.

Cabe lembrar que, considerando a redução de velocidade e a pouca atuação do que restava dos profundores, o avião poderia ter entrado em parafuso a baixa altura, sem chances de recuperação. Mas, na época, eu tinha pouca noção sobre esse aspecto.

Não sei dizer se as reações aerodinâmicas ocorridas em meu avião foram as mesmas que ocorreram na aeronave de passageiros mencionada anteriormente. Deixo a explicação do fenômeno para os especialistas em aerodinâmica. Tive êxito em minha empreitada, tudo passando em segundos, e fiz um pouso de pista, ou seja, tocando-a apenas com as rodas dianteiras e mantendo a bequilha no ar. Porém, já no chão, ao perder velocidade, o que restou de comando no profundor foi perdendo a eficácia, e o *nariz* do avião foi ficando mais pesado que a cauda, culminando na pilonagem[6]. Este ainda deslizou uma boa distância pela pista nesta posição esdrúxula, até à parada total.

Porém, os sustos ainda não tinham acabado...

Após a parada do avião, ao olhar para a frente, a primeira pessoa com que me deparei foi o Comandante da Escola de Aeronáutica, Brigadeiro do Ar Geraldo Labarthe Lebre, famoso por sua severidade. Era conhecido também por ser um líder atuante, sempre presente na instrução aérea dos Cadetes, zelando pela sua qualidade, inclusive em voos noturnos e em voos nos finais de semana. Nesse momento, não poderia ser diferente. Ele estava lá, presente, de pé bem à frente do avião, para ver o que tinha acontecido com um de seus Cadetes. Ele havia pegado carona em um dos carros contra-incêndio.

Na hora, ao vê-lo, pensei: estou preso ou fora da Caça, ou pior ainda, desligado da Escola de Aeronáutica. Aí sim, tremi de medo.

Desci do avião com a ajuda dos soldados bombeiros e me dirigi ao Comandante.

Porém, este tinha um senso de justiça incomum e, após ouvir de mim o ocorrido, chegou à conclusão de que aquelas acrobacias na ala não estavam previstas na instrução aérea para Cadetes, e muito menos estava previsto um inexperiente Cadete pousar (quase) sem comandos de voo. E, no entanto, eu tinha conseguido controlar o avião e efetuar o pouso. E ele reconheceu a minha proeza – não fui preso, nem desligado!... E fui indicado para a Caça...

No dia seguinte, já estava voando novamente... ■

NOTAS

1 Avião monomotor a pistão, de fabricação norte-americana (North American Aviation, Inc.), com capacidade para dois tripulantes (instrutor e aluno) e destinado à aprendizagem de voo mais avançada, utilizado pela FAB na instrução aérea para Cadetes desde após a Segunda Guerra Mundial até ao final do ano de 1969.

2 *Arfagem* é a posição relativa da aeronave em torno do eixo transversal, eixo imaginário que vai da ponta da asa direita à ponta da asa esquerda. Definido também como o movimento em torno do eixo transversal de uma aeronave, relacionado ao efeito de subir (*cabrar* – puxar, por meio do manche, o *nariz* do avião para cima da linha do horizonte) e descer (*picar* – empurrar o *nariz* do avião para baixo da linha do horizonte).

3 O *touneaux barril* é um tipo de acrobacia aérea que consiste em combinar um *roll* (giro completo de 360º em torno do eixo de tração) com uma trajetória helicoidal (Observação: não confundir helicoidal com espiral), ou seja, o *touneaux* é como uma rosca, enquanto o *roll* simples é apenas um giro de 360º executado na mesma linha de voo. É chamado de *touneaux barril*, pois é como se o avião descrevesse uma trajetória circular em torno de um barril imaginário, iniciando a trajetória em uma base do barril e concluindo-a na base oposta.

4 O *looping* é um tipo de acrobacia aérea que consiste em descrever uma trajetória perfeitamente circular na vertical. O avião vem em voo nivelado, com plena potência, e começa a subir descrevendo um arco perfeito até ficar completamente de dorso. Neste ponto, o piloto coloca o motor em marcha lenta, completando a circunferência de modo que a semicircunferência de descida tenha o mesmo raio da semicircunferência de subida. O ponto de entrada e o de saída do *looping* devem coincidir.

5 O T-6 tinha a característica de ser instável no pouso, requerendo muito cuidado nos comandos, sob pena de efetuar um "cavalo-de-pau", situação em que a aeronave muda bruscamente de direção e gira no solo sem controle até parar por si só.

6 *Pilonagem* é o ato de encostar o eixo da hélice e o motor do avião no chão, ou seja, "embicar" o *nariz* do avião (que tem bequilha traseira) contra o solo. Normalmente, isto ocorre pelo uso excessivo dos freios após um pouso com muita velocidade. A figura de uma *pilonagem* é o avião apoiado no solo em três pontos (as duas rodas dianteiras e o *nariz* do avião), ficando a cauda com a bequilha apontada para o alto.

O VOO DO 2º GTE PARA BRASÍLIA

Maj Brig Ar Carlos Sergio S. Cesar
Assessor de Relações Internacionais GOL/VRG
carlos.sergioc@gmail.com

A História da Força Aérea Brasileira, em Brasília, tem início ainda durante a gestação da cidade, quando, em 27 de novembro de 1957, foi criado o Destacamento de Base Aérea de Brasília para dar apoio ao deslocamento de pessoal e material necessários à sua construção.

Três meses após a inauguração da então nova capital, o Destacamento deu lugar à GUARNAER BR (Guarnição de Aeronáutica de Brasília), que passou a abrigar o Comando e o 1º Esquadrão do GTE (Grupo de Transporte Especial), Unidade Aérea encarregada do transporte do presidente da República, do Ministro da Aeronáutica, seus pares, outras autoridades governamentais e visitantes ilustres, quando solicitado.

A origem do GTE remete à Seção de Aviões do Comando, criada em 4 de junho de 1941, para receber as aeronaves advindas da Aviação do Exército, que tinham por missão o transporte do presidente. Sua localização era a Ponta do Calabouço, atual Aeroporto Santos-Dumont, e seu primeiro comandante foi o Cap Av Nero Moura.

Em 31 de março de 1954, a Seção de Comando foi transformada em Esquadrão de Transporte Especial, passando a contar com aeronaves C-47 e C-45 para logo depois receber os dois Viscount (VC-90), que marcariam a época do presidente Juscelino Kubitschek, e serviriam a mais quatro de seus sucessores, sendo substituídos pelos BAC-111, em 1968.

Há que assinalar aqui que, em que pese o Comando e o 1º Esquadrão do GTE terem ido para Brasília nos idos de 1960, o 2º Esquadrão permaneceu no Rio, até porque a mudança dos ministérios e de outros órgãos do governo para Brasília se fazia lentamente, e o atendimento às autoridades assistidas se dava lá e cá, com intenso movimento na ligação entre a antiga e a nova capital.

Com a aquisição e chegada de seis aeronaves Avro-748, denominadas C-91 na FAB, que ocorreu ao longo de 1963 – o primeiro C-91 2500 chegou às vésperas do Natal de 1962 – estas passaram à dotação do 1º Esquadrão do GTE, junto com os dois VC-90, enquanto os C-47 se concentraram no 2º Esquadrão.

Julguei oportuno fazer este preâmbulo sobre o tema central de nossa estória com este histórico, a fim de que houvesse a compreensão pelos companheiros mais novos, que não conhecem o desdobramento de nossa Força naquela década.

A minha ligação com Brasília, quase tão antiga quanto a cidade, tem lugar em 24 de agosto de 1961, quando, 1º Ten Av, recém-promovido, me apresento à então GUARNAER, sendo minha função a de Oficial de Operações. No dia seguinte, 25 de agosto, o Presidente Janio Quadros renunciaria... mas esta já é outra estória.

Em 17 de dezembro de 1964, passei a pertencer ao efetivo do GTE, sendo designado para o 2º Esquadrão, no Rio de Janeiro, o que me faz não somente testemunha como participante do episódio tema deste artigo.

Sem medo de estar atrasando a narrativa principal, não posso deixar de assinalar um episódio anterior, por inusitado e contrastante com o deslocamento em tela. Até 1965, as instalações da Base Aérea de Brasília (BABR), como as do GTE, eram no lado norte da pista, nas mesmas edificações da antiga GUARNAER; a maioria improvisada, em alvenaria e madeira, ainda da época da construção da cidade. O Plano Diretor, no entanto, previa a alocação da nova Base no lado sul da pista, em posição frontal à antiga.

A primeira edificação a ficar pronta foi o hangar destinado ao GTE, estrutura moderna e gigantesca em relação às então

existentes, enquanto os prédios destinados à instalação da Base mal começavam a ser edificados. O então Comandante da Base, Cel Av Roberto Hipólito da Costa, ao tempo bem conhecido por sua determinação e voluntariedade, decidiu ocupar parte do hangar com seu efetivo, na verdade, transferindo a BABR para lá, e o fez de forma, no mínimo, atípica. Utilizando a mão de obra do efetivo, fez as adaptações provisórias necessárias: transportou os móveis e utensílios nas viaturas da própria Base; e, como grand finale, solicitou a interdição da pista por alguns minutos, cruzando-a com o efetivo em formatura, com a banda à testa e, como último pelotão, o prédio da cadeia, que era um pré-fabricado de madeira, transportado pelos próprios presos. Estava criada uma nova norma para Deslocamento de Unidades.

Já nossa estória propõe-se a narrar o processo de deslocamento do 2º Esquadrão do GTE, do Rio de Janeiro para Brasília, sem interrupção de suas atividades, dentro do preconizado pela NPA (Norma Padrão de Ação) de Deslocamento de Unidades Táticas, a qual aquela geração conhecia do Curso Tático da EAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais). Seria oportuno lembrar que não efetivei qualquer busca documental para resgatar esta estória, valendo-me apenas de minha memória, já octogenária, para dar lugar a esta narrativa que, consequentemente, pode conter alguma impropriedade de nomenclatura, mas é fiel aos fatos.

O nominado Grupo Precursor, pela NPA (Norma Padrão de Ação) que regulava a matéria, era comandado pelo Maj Av Gandra (Mauro José Miranda Gandra) e integrado pelo Cap Av Cesar (Carlos Sergio de Sant'Anna Cesar), pelo Cap Av Castilho (Oziris Castilho) e por um subalterno (suboficial ou sargento) de cada área de atividade do Esquadrão. O Grupo deslocou-se para a BABR 120 dias antes da data prevista para o início das operações na nova Base, e dedicou-se à preparação da infraestrutura para recebimento do efetivo, designado por Grosso da Tropa.

Este período foi dedicado a efetivar, na infraestrutura do hangar destinado às instalações do 2º GTE, as adequações necessárias ao funcionamento dos diversos setores, como oficinas de manutenção, armazéns de suprimento, áreas administrativas, salas operacionais etc. Isso tudo foi feito em estreita coordenação com o Comando do Grupo e com o 1º Esquadrão, que lá já se encontravam. Além disso, foram realizados os ajustes das atividades administrativas que caberiam à BABR prover ao efetivo do 2º GTE, o qual passaria a abrigar.

Havia que fazer ainda a interface com a Prefeitura de Aeronáutica de Brasília (PABR), com o objetivo de estabelecer uma forma de acolher as inscrições e o provimento de residências para o efetivo que viria, uma vez que Brasília, na sua primeira década de existência, não possuía oferta de residências para todo o efetivo do Governo Federal que a demandava, enquanto eventual moradia para aluguel, igualmente escassa, estava fora da faixa salarial dos militares. Na época, uma portaria ministerial disciplinava que a liberação pela OM de origem, da Guia de Transferência para militar destinado a Organização com sede em Brasília, só poderia ocorrer após a liberação de um próprio nacional a ele destinado pela PABR. Com o apoio das OM envolvidas (BABR, GTE e PABR) e com um ou outro socorro do GABAER (Gabinete do Ministro) aquele Grupo Precursor pôde encerrar sua missão, e liberar o deslocamento do Grosso da Tropa dentro do prazo previsto.

Daqueles distantes tempos vividos em Brasília para a adequação da nova sede, guardo a recordação do dia a dia compartilhado com o Gandra e o Castilho, na pequena sala a nós destinada no hangar, e no quarto do alojamento que compartíamos, no mínimo de segunda a sexta, quando não por quinze dias, emendando um fim de semana, naquela estranha rotina, diversa da que exercíamos no Rio de Janeiro, hangar do III COMAR, Aeroporto Santos-Dumont, cidade que também abrigava nossas famílias. Minha memória se compraz, ao relembrar o entusiasmo e a dedicação que entregávamos, todos, àquela missão, não somente pelo ineditismo, mas pelo espírito que animava os integrantes daquela nossa então pequena Força Aérea, em que podiam faltar recursos e conhecimentos atualizados, em comparação com Forças Aéreas de países desenvolvidos, mas sobravam garra e paixão, que acredito persistam também no efetivo de nossos dias.

Há agora que exercitar os restantes

neurônios de então, para descrever o deslocamento aéreo e terrestre na rota SBRJ/SBBR, que ocorreu naquele longínquo julho de 1967. O deslocamento do Grosso da Tropa compreendia um grupamento terrestre, composto pelas viaturas orgânicas do Esquadrão, e um grupamento aéreo, com todas as aeronaves disponíveis, que deveriam convergir para a BABR transportando material e pessoal, e que ali adentrariam ao mesmo tempo. Assim, o planejamento da missão, a cargo do setor de operações, viveu o interessante desafio de coordenar quadros horários de diferentes modais.

O Grupamento Terrestre deslocou-se em três dias pelas rodovias que interligam o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e Brasília, tendo pernoitado no Parque de Lagoa Santa (PALS); e, em Paracatu, em coordenação via rádio, cruzou os portões da BABR, ao tempo que o Grupamento Aéreo pousava suas aeronaves. Já o Grupamento Aéreo, constituído por um Esquadrão de duas esquadrilhas de três C-47 e uma esquadrilha de três C-45, era previsto decolar de SBRJ às 08:00P, de 31 de julho de 1967 para, após o percurso estimado em três horas e quarenta minutos, pousar em SBBR e, em taxiando, incorporar-se, junto com seu Grupamento Terrestre, à tropa da BABR, formada em homenagem aos seus novos integrantes. As condições meteorológicas daquela chuvosa manhã de segunda-feira, contudo, levaram ao fechamento do Aeroporto Santos-Dumont, antes mesmo do horário previsto para nossa decolagem.

Cumpridos o briefing e os pré-voos, restava-nos a coordenação com o Serviço Meteorológico e o de Controle Aéreo para conhecer as condições do aeródromo, de maneira a permitir a decolagem do nosso Grupo e, do mesmo modo, manter a BABR e o Comando do GTE informados sobre os ajustes na solenidade de recepção. No briefing foram revistos e enfatizados os procedimentos de decolagem, o intervalo em rota, a posterior reunião em caso de condições visuais, o pouso e as comunicações para deslocamento em voo de grupo por instrumentos (IFR), por não serem habituais em nossas atividades aéreas.

Após a abertura do campo para operação IFR, e exaustivas tratativas com o Controle de Tráfego, logramos dar início à decolagem do Grupo em torno das 10:00P. Hoje creio ser impossível encontrar registro da hora exata, com o procedimento previsto para formaturas se deslocando em condições de voo por instrumentos, isto é, com intervalo de três minutos entre as decolagens de suas aeronaves; posicionamento lateral alternado em relação ao eixo da aerovia; altitudes defasadas e contiguas (300m), por esquadrilha; contato rádio de cada aeronave com órgãos de controle; e interformatura, por frequência militar.

Ao aproximar-se de Paracatu, local provido de um radiofarol balizador da aerovia, a aeronave líder, sob o comando do Ten Cel Rabiço, Comandante do GTE, encontrou condições visuais e, via rádio, comandou a reunião do Grupo, iniciando uma orbita sob aquele RF. Reunidas as três esquadrilhas, aproou Brasília, onde, em chegando, efetivou uma passagem baixa sobre a Base e completou o pouso do Grupo, em torno das 14:00P e, taxiando lentamente, proporcionou a reunião do Grupamento Terrestre. Aeronaves estacionadas, tripulações formadas sobre as asas, Grupamento Terrestre anexado em idêntica postura, o Ten Cel Rabiço apresenta o 2º GTE ao Comandante da Base, Cel Av Hipólito, a cujo comando administrativo passaríamos a nos subordinar, declinando: – Missão cumprida ■

Nota 1: *Na reta final do pouso do Grupo, o C-47 2011 (número 2, da segunda esquadrilha) pipocou o motor direito. Pé bobo, motor bobo, identifica..., quando se ouve aquela exclamação: – "M....., não desliguei o aquecimento do carburador!" Motor normal, pouso normal... susto anormal. Tripulação? Cap Cesar/Cap Hermano;*

Nota 2: *Às 16:00P, um C-47 do 2º GTE decolou para SBRJ, a fim de cumprir OM (Ordem de Missão) exarada pelo GABAER, que teria início naquela localidade, comprovando que a Unidade Tática havia se deslocado, sem interromper o cumprimento de sua missão.*

Aeronave e automóvel presidenciais, que podem ser vistos no Museu Aeroespacial (MUSAL)

Clube de Aeronáutica
SEJA SÓCIO!
Para você e seus dependentes!
ISENÇÃO DE JOIA por tempo limitado
Militares e seus ex-dependentes - R$140,00
Civis sem vínculo - R$230,00
www.caer.org.br
SEDE BARRA
LAZER E ESPORTE